



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Cinara Sabadin Dagneze

**O RISO EM TEMPOS DE DITADURA: OS (NÃO)
SILENCIAMENTOS (RE)VELADOS PELO PASQUIM NO
PERÍODO DE 1969 A 1971**

Passo Fundo
2010

Cinara Sabadin Dagneze

O RISO EM TEMPOS DE DITADURA: OS (NÃO)
SILENCIAMENTOS (RE)VELADOS PELO PASQUIM NO
PERÍODO DE 1969 A 1971

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a Dr. Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2010

1 D126R DAGNEZE, CINARA SABADIN

O riso em tempos de ditadura: os (não) silenciamentos (re)velados pelo Pasquim no período de 1969 a 1971 / Cínara Sabadin Dagneze. – 2010.

151 f. : il. color. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2010.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Carme Regina Schons.

1. Análise do discurso. 2. Brasil – História – 1964-1985. 3. Imprensa alternativa. 4. Resistência ao governo. I. Schons, Carme Regina, orientador. II. Título.

CDU: 801.73.

A comicidade se dirige à inteligência pura.

Henri Bergson

[...] o poder se exerce acompanhado de um certo silêncio.

Edgar Morin

Ao Gabriel Lucas, ao João Otávio e ao João,
razões de minha vida.

HORA DE AGRADECER E DE DEDICAR

Durante o longo percurso trilhado até o final deste curso de mestrado, há muito a agradecer, e a muitos. Ao mesmo tempo em que registro meus agradecimentos, dedico um pedacinho desta vitória às pessoas que merecem este reconhecimento, que, por serem muitas, tornam difícil a decisão de saber por onde iniciar. Primeiramente, citarei a minha mãe, Irani, que, repetindo o que já registrei em meu trabalho final de conclusão de curso, quando me graduei em Letras pela Universidade de Passo Fundo, sempre acreditou em mim e, mais do que isso, sempre acreditou que eu era a melhor. A meus irmãos, André e Eduardo (Déco e Dudy), às minhas cunhadas, Régia e Fabiane, e aos meus adoráveis e adorados sobrinhos, Augusto, Laura e Pedro, a quem também dedico um pedacinho deste título. Vocês completam a minha vida, eu gostaria de tê-los (ainda) mais perto de mim! À Grazi (já que nunca a chamei de Graziela), que, além de colega nesta jornada, revelou-se uma grande amiga quando precisei e quando não precisei. À professora Neusa Rocha, exemplo de pessoa, de profissional, de chefe e de amiga, com quem muito aprendi. Ao João, amor da minha vida, que esteve sempre ao meu lado e cuja “simples” presença já faz minha vida mais feliz. Saiba, João, que eu amo você e que não digo isso por convenção. A você, meu amor, além do meu agradecimento, dedico esta conquista. Agradeço também por fazer minha vida mais feliz e por me dar o melhor presente que estes últimos anos me reservaram, nosso lindo e adorável João Otávio. E já que falei nesse assunto, como não poderia deixar de ser, dedico também esta vitória aos meus outros dois grandes amores (já que sou uma mulher de sorte e coleciono amores em minha vida), meus filhos Gabriel Lucas e João Otávio, que me mostraram que o amor transcende as palavras e a quem dedico este trabalho e cada um dos dias de minha vida.

Ao Gabriel Lucas, que desde muito jovem se mostrou um linguista nato e perspicaz, como quando insistia comigo que “se emocionar é chorar”, referindo-se a uma música que ensaiava para a apresentação da escolinha, cuja letra dizia “A sapinha se emocionou, e o sapinho também chorou...” . Naquele momento, só não me soletrou a palavra *também* para justificar sua importância na significação porque, aos quatro anos, embora dominasse o alfabeto, ainda não sabia uni-lo em palavras. Já aos seis, surpreendeu-me com uma piada – de sua autoria – aparentemente sem nenhum *efeito de sentido*, mas que, em seguida, mostrou-se repleta de significação. A piada era mais ou menos assim: “ – Mãe , por que os elefantes são grandes? Porque o céu é azul!!!” E agora peço licença aos mais renomados linguistas para dar crédito a este pequeno teórico, que, no momento em que eu lhe disse que não havia

compreendido a piada, me respondeu: “– Mas você não sabe, mãe, que é isto que faz a piada engraçada, quando a resposta é diferente daquela que esperamos?” Era meu pequeno linguista mostrando já compreender um pouco deste complexo – e maravilhoso – mundo das língua(gen)s.

Ao meu pequeno João Otávio, que ainda não conhece o mundo das letras e das palavras. Espero, meu amor, que você cresça em um mundo repleto de cultura, de letras e das melhores significações que a vida pode reservar a alguém. Eu amo você! É para que o mundo tenha mais sujeitos e crianças cheias de significação que nos dedicamos tanto ao estudo desta complexa e apaixonante teoria.

Finalmente, à vida, que, em especial no ano de 2009, se mostrou tão difícil, dedico este trabalho, que me ensinou, pela história d’*O Pasquim* e dos muitos heróis que não silenciaram diante das barbáries da ditadura, que não devo jamais silenciar diante das barbáries dos homens. Acredito que Deus, quando permite que uma mulher se torne mãe, já a carrega de muitos sentidos e das mais diferentes ideologias e formações discursivas das quais precisa para lutar contra o mundo, se necessário for. Aprendi que, mesmo diante das torturas da vida, não é possível silenciar e que há de haver sempre uma forma de comunicar o que é necessário. Aprendi que vale a pena e que vivemos, hoje (2010), tempos melhores porque estes heróis – por vezes anônimos, por outras não – nunca se deixaram silenciar pela repressão. Ao meu filho Gabriel, deixo meu compromisso: jamais deixarei que me silenciem, eu amo muito você e você vai sempre valer a pena! E, por fim, mas nada menos importante, agradeço e dedico esta vitória à professora Dr. Carme Regina Schons, sobre quem, se eu fosse registrar tudo o que era devido, redigiria ainda várias páginas neste início de trabalho. Agradeço por todos os sentidos, mesmo diante de tantos silêncios. vAgradeço pela paciência, pela confiança, pelo exemplo de vida. Obrigada por mostrar-nos que saber e humildade podem, sim, andar juntos. Obrigada pelo excelente trabalho de orientação e, muito mais do que isso, por ter, mesmo lutando contra uma doença que injustamente entrou em sua vida, muitas vezes me colocado acima disso tudo, silenciando suas lágrimas em detrimento das minhas. Obrigada, prô Carme, por nunca desistir de mim!

RESUMO

Examina-se, nesta dissertação, *O Pasquim*, jornal que marcou época e que em plena ditadura foi um instrumento de combate à censura. Nele, a utilização do humor constitui uma forma de resistência contra a interdição feita pelo aparelho estatal e suas forças de controle sobre o cidadão brasileiro. A “viagem” por suas páginas revela-nos o caráter de resistência do discurso pasquiniano, bem como traz à tona uma infinidade de posições-sujeito e de formações discursivas que significavam através do riso na ditadura. O fato de a irreverência crítica superar as questões da censura e a extrema rigidez do controle militar leva-nos à busca da compreensão das razões, ou das formas como os deslocamentos aconteciam e significavam, bem como à busca da compreensão de como os atores pasquinianos conseguiam, por meio do riso, trazer à tona, o tempo todo, o interpretar, o significar e o produzir sentido. Esta investigação teve suas raízes no questionamento sobre como o humor era produzido em tempos de ditadura militar e sobre como o humor aparece, se presentifica na cultura e no lazer da época, dentre outros questionamentos que, ao intrigar-nos, conduziram-nos a tão gratificante estudo pelos caminhos da Análise do Discurso. Criado e comandado, dentre outros, pelo passo-fundense Tarso de Castro, o *Pasquim* veiculava textos muito diferentes daqueles que circulavam à época, marcada pelos fortes rigores da ditadura. Esses textos, que se destacavam pela irreverência e pela crítica política, faziam ressoar sentidos que eram apagados, silenciados pela ditadura. A análise do *corpus*, composto por sequências discursivas e por imagens verbais e não verbais veiculadas nas páginas do tabloide, permite que compreendamos que o discurso pasquiniano faz ressoar os sinais de um sentido dominante, o sentido que contempla a ilusão do que é natural, óbvio ou evidente e, por conseguinte, um sentido oprimido, nem sempre silenciado. Esse (não) silenciamento se imprime na manifestação das resistências, e é, portanto, voltando o olhar para essas resistências e para o papel social (de porta-voz da população) que *O Pasquim* exercia nos tempos de ditadura que esta pesquisa justifica sua importância. As análises, que, por um lado, permitem-nos compreender (ao menos em parte) o que o discurso pasquiniano revelava num tempo em que a censura “ditava” aquilo que (não) podia ser dito, por outro, também nos mostram os reflexos ainda hoje sentidos daquele período, num povo que não tem voz diante de tantas barbáries cometidas na esfera política do país. Esse silenciamento (contemporâneo) é fruto de uma semente plantada nos porões escuros da ditadura e que, dada a “força” de seu plantio, também significa – ainda hoje – muita resistência.

Palavras-chave: Ditadura. Imaginário. Pasquim. Resistência. Silenciamento.

ABSTRACT

This work examines *O Pasquim*, a newspaper that marked its time for being an instrument against censorship throughout Brazilian dictatorship. The newspaper used humour as a form of resistance against the interdiction imposed by the state apparatus and its controlling forces upon Brazilian citizens. A “journey” through its pages shows the resistance character of the pasquinian discourse and brings out a multitude of subject-positions and discursive formations that put meaning across with laughter during the dictatorship. The fact that critical irreverence was above issues of censorship and the extreme strictness of military control lead us to try to understand the reasons through which – or the ways how – displacements happened and meant, as well as to try to understand how the authors of the *Pasquim* managed, through laughter, to bring out, all the time, the interpretation, signification and production of meaning. This research was rooted on questionings on how humour was produced in times of military dictatorship and on how humour was shown and became a part of the culture and leisure of those days, among other questions that, for being intriguing, have taken the researcher to the rewarding study of Discourse Analysis. Created and led, among others, by Tarso de Castro, from Passo Fundo, the *Pasquim* showed texts that were very different from others issued at that time, which was marked by the heavy restrictions of dictatorship. Such texts, which stood out due to their irreverence and political criticism, echoed meanings that were erased, silenced by dictatorship. The analysis of the corpus, composed of discursive sequences and verbal as well as non-verbal images published in the tabloid, allows us to understand that the pasquinian discourse voiced the signs of a dominant sense, one that comprehends the illusion of what is natural, obvious or evident and, thus, an oppressed and not always silenced sense. This (un)silencing is printed in the manifestations of resistance and it is, thus, by looking upon such resistances and the social role (of the people’s spokesman) that the *Pasquim* played during the dictatorship that the relevance of this research is justified. On the one side, the analysis allows us to understand (at least partially) what the pasquinian discourse revealed at a time when censorship “dictated” what could (not) be said; it also shows, on the other side, the implications that are still experienced now as a result of those days, such as the people who stand speechless before so many atrocities observed within the political sphere. This (current) silence is the fruit of seeds planted in the dark basements of dictatorship and, given the “strength” of the planting, also bear – even today – strong resistance.

Key words: Dictatorship. Imaginary. Pasquim. Resistance. Silence.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Eu Quero Mocotó.....	40
Figura 2: Capa nº34 – Sig colhendo asteriscos.....	44
Figura 3: Blá blá blá – 1ª parte	46
Figura 4: Blá blá blá – 2ª parte	46
Figura 5: Capa nº22 – Leila Diniz	64
Figura 6: Brasil, ame-o ou deixe-o	94
Figura 7: Brasil, ame-o ou deixe-o – Deus é brasileiro	95
Figura 8: Brasil, ame-o ou deixe-o – Chute.	99
Figura 9: Somos contra o governo.....	111
Figura 10: Alfabeto censurado	124
Figura 11: E agora José? E agora Brasil?.....	127
Figura 12: Chorar de barriga cheia	134
Figura 13: Só DOI quando eu rio	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AI 1 – Ato institucional n.º 1

AI 5 – Ato institucional n.º 5

DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de
Defesa Interna

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Imaginária

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Socialista Democrata

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O PASQUIM À VISTA!.....	19
1.1 A imersão de Tarso de Castro na história de <i>O Pasquim</i>	22
1.2 A (in)subordinação e a contradição marcadas na/pela língua	34
1.3 O riso na política e na notícia	51
1.3.1 O discurso jornalístico, o discurso <i>de</i> e o discurso <i>sobre</i>	54
1.4 O funcionamento da história na estrutura da língua.....	61
1.5 Ideologia, formação imaginária e formação discursiva.....	67
2 PROCESSOS DE DISCURSIVIZAÇÃO, RISO E POSIÇÃO-SUJEITO NO PASQUIM.....	76
2.1 O processo de discursivização da repressão	78
2.1.1 A norma, o decreto AI-5.....	81
2.2 Forma-sujeito e posição-sujeito	89
2.2.1 Negação à campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o”.....	92
2.3 A polícia e os mecanismos de controle e poder.....	103
2.4 O silenciamento local e a resistência.....	106
3 O RISO COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIA – UMA COSTURA TEÓRICA	114
3.1 A AD e o discurso político	114
3.2 Ainda sobre o <i>corpus</i> e suas condições de produção	118
3.2.1 O riso em tempos de ditadura: o <i>corpus</i> e os sentidos políticos na política do <i>silêncio local</i>	122
3.3 Análise d’<i>O Pasquim</i>	123
3.3.1 O alfabeto censurado	124
3.3.2 E agora José? E agora Brasil?	127
3.3.3 Chorar de barriga cheia	134
3.3.4 Só DOI quando eu rio!	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	148

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui num estudo sobre o *Pasquim* e seus atos (re)velados de resistência e de (não) silenciamentos, especialmente em textos publicados no período de 1969 a 1971, tendo no riso um elemento de denúncia aos atos de repressão que marcaram um dos períodos mais duros registrados na história do Brasil.

O interesse por esta pesquisa surgiu de alguns estudos por mim realizados sobre o discurso da resistência ainda quando aluna do curso de graduação em Letras, inicialmente, em atividades pedagógicas em que o jornalismo foi tomado como objeto de análise e recurso didático, servindo de incentivo à produção de textos de opinião por parte de alunos. Os muitos deslocamentos provocados e as diferentes formações discursivas identificáveis nas leituras feitas despertaram em mim o desejo de aprofundar os estudos sobre o tema. Posteriormente, justificou-se em razão de o caráter político do jornalismo se mostrar relevante, uma vez que não só forma opinião, mas também cria um imaginário e memória acerca daquilo que está noticiando. E isso se justifica pelo fato de que, conforme Orlandi (2007, p. 29), “o ser humano está condenado a significar”. Em todo discurso, falado ou escrito, há sempre significação. As diferentes escolhas feitas também contribuem para a significação, seja na escolha das palavras, das cores, seja pelo olhar, pelos objetos, ou pelo silêncio, dentre tantos outros. Não há como não significar.

Considerando a opacidade da língua, ou seja, a (não)transparência das palavras, e o fato de que não é possível “colar” uma significação a uma palavra, tem-se que o mundo também é opaco. As palavras não estão “coladas” às coisas, nem para quem fala, nem para quem interpreta. O ato de ler traz à tona, o tempo todo, o interpretar, o significar e o produzir sentido, ou seja, alguns sentidos vão “colar” e outros não serão compreendidos. Nem a realidade é objetiva, nem as palavras são colocadas em sua objetividade.

Há de ser ponderado ainda o fato de que a língua(gem) é instrumento de comunicação, no entanto, se (tão somente) assim o fosse de fato, sempre que alguém a usasse seria compreendido por seus interlocutores, sem nenhum tipo de ruído, o que não ocorre, pois o ato de interpretar/significar nos remete, em virtude dos muitos deslocamentos provocados, à produção de sentidos, que acontece, para cada um, com base em diferentes olhares e significações.

Volta-se, nesse intuito, especial olhar para *O Pasquim*, jornal que marcou época e, em plena ditadura, foi um instrumento de combate à censura. Nele, a utilização do humor

constitui uma forma de resistência contra a interdição feita pelo aparelho estatal e suas forças de controle sobre grande parcela da sociedade brasileira. Considerando que, para Orlandi (1987, p. 68), a linguagem e o sujeito se constituem no mesmo ato e que a linguagem é efeito dos processos histórico-sociais, observou-se o nível em que se encontram os jornais brasileiros, mais especificamente no que diz respeito aos programas humorísticos contemporâneos, tanto na mídia televisiva quanto na imprensa, os quais têm como característica principal o deboche, sem, contudo, apresentar uma postura político crítica. São, ainda, marcados por um vazio de sentido e constituídos por textos caracterizados pela passividade ou inatividade.

Nessa perspectiva, intrigou-nos o fato de que a irreverência crítica do discurso pasquiniano superava as questões da censura e da extrema rigidez do controle militar. Dessa perspectiva, questionamos sobre como o humor era produzido em tempos de ditadura militar; que tipo de deslocamentos acontecia; como o humor aparecia, presentificava-se na cultura e no lazer da época; se os textos denotavam uma obediência ao regime militar ou representavam uma obediência disfarçada; bem como nos perguntamos sobre a forma como a resistência estava marcada nos textos, enfim, como era possível “o riso na ditadura”. Tais questionamentos levaram a este trabalho de análise e investigação, proporcionando-nos prazerosos momentos de pesquisa e de descobertas.

Nosso *corpus*, composto por 37 seqüências discursivas e quatro textos que combinam elementos verbais e não verbais, datados de maio e agosto de 1970, de maio/junho de 1971 e de agosto de 1969 – nesta ordem porque, intencionalmente, deixamos para o final o texto que melhor responde ao nosso questionamento sobre como funciona o riso na ditadura –, tem sua escolha justificada em razão de que tais textos contemplam diferentes abordagens da repressão militar e dos atos da ditadura: a censura, a exploração do entretenimento como cortina/máscara para esconder os problemas da nação, o “milagre econômico” vinculado à campanha publicitária que pregava que o país passava por um período de progresso ímpar e a revelação da força dos mecanismos de poder. A cortina de fumaça, no caso específico de uma das imagens analisadas – com suas questões interdiscursivas – remete à exploração da Copa Mundial de Futebol, no ano de 1970, como uma política de “Pão e circo”, a exemplo da adotada em Roma dois mil anos antes, com o mesmo propósito. Julgamos que este *corpus* contempla os diferentes aspectos da resistência d’*O Pasquim* e a “não inércia” de seus atores na luta incansável pela denúncia das barbáries de uma época.

Voltamos, então, no primeiro capítulo, nosso olhar para a língua, com sua (in)subordinação e para a contradição que a constitui, o que possibilita que constatemos que, assim como seu idealizador, o jornal era marcado pela coragem de questionar e de resistir. Tal resistência mostrava que em todo o discurso há o sentido dominante, o sentido natural, óbvio ou evidente, mas, por outro lado, há também a manifestação das resistências. É olhando para essas resistências e para o papel social (de porta-voz da população) exercido pelo *Pasquim* nos tempos de ditadura que procuramos analisar, na perspectiva da AD, o discurso jornalístico da época da ditadura militar do governo Médici, o discurso *sobre* e o discurso *de*, no intuito de detectar as questões linguísticas relacionadas à resistência, bem como entender que efeitos esses mecanismos de poder provocavam na população brasileira, em especial o tipo de memória construída sobre a “liberdade” de imprensa.

Para que isso seja possível, necessário se fez compreender que a história atravessa a (estrutura da) língua, que, por sua vez, significa pela ideologia e pela formação imaginária e formação discursiva nas quais o sujeito do discurso se inscreve.

Trazemos para Passo Fundo, neste capítulo, o crédito pelo nascimento de um dos jornais mais irreverentes da história do Brasil, “resgatando” um pouco da história do passo-fundense Tarso de Castro, cujo percurso no jornalismo brasileiro foi elemento de grande significação, não só pela criação do *Pasquim*, mas pelas importantes contribuições que esse(a) (posição) sujeito deu ao país ao longo de sua vida de muitas resistências. Dessas, a primeira – no que concerne ao jornalismo – teria sido publicada no jornal *O Nacional*, em Passo Fundo, e despertado a ira de uma autoridade católica da cidade. Este texto compõe a segunda sequência discursiva do nosso *corpus* e seria só o primeiro dos embates políticos nos quais Tarso se envolveria até seus últimos dias.

Tem-se, com base em Orlandi (2007, p. 101), que o silêncio é constitutivo do dizer, assim como a contradição é constitutiva da linguagem e do político. O silêncio não é transparente; é tão ambíguo quanto as palavras, eis que produzido em condições específicas que constituem seu modo de significar. Não é a ausência de palavras; quando imposto, o silêncio não cala o interlocutor, mas o impede de sustentar outro discurso. É nessa perspectiva que os textos de *O Pasquim* – repletos de significação e silêncio – significam. Tal significação, na perspectiva da Análise de Discurso, contudo, não é transparente e se produz no jogo das mais diversas formações discursivas, relacionando-se, portanto, de forma diversa com cada sujeito. Em razão disso, propomo-nos, nesta dissertação, a analisar um dos momentos mais importantes da história brasileira no que concerne a um espaço de crítica e de resistência.

Na tentativa de descobrir como a imprensa alternativa encontrava argumentos para “driblar” a censura e se fazer significar, fomos surpreendidos pela maestria com a qual os atores do *Pasquim*, pelo recurso do riso em tempos de ditadura, informavam aos brasileiros o que os militares tanto tentavam mascarar.

Focalizamos, então, no segundo capítulo, nosso estudo sobre o riso em tempos de ditadura, tentando compreender se as (re)formulações do gênero jornalístico sinalizam para novos sentidos, criando (ou produzindo) alguns silenciamentos em favor de outros sentidos. Procuramos detectar, ainda, os efeitos de sentido provocados pelos dizeres recuperados, pelo interdiscurso, e para que posições-sujeito apontam no nível do intradiscurso.

O segundo capítulo lembra também o ato institucional n. 5, AI-5, responsável pela legitimação do cerceamento de liberdade que caracterizou os *anos de chumbo* vividos pelo Brasil durante a ditadura. Após, “costura” teoria e uma análise da (não) patriótica campanha governamental “Brasil, ame-o ou deixe-o” e os sentidos nela velados, além de mostrar quais eram os mecanismos de poder com os quais o governo contava na época e de voltar especial olhar sobre o silenciamento e a resistência. Também são analisadas a forma-sujeito e a posição-sujeito, conceitos indispensáveis para a compreensão do discurso na perspectiva da AD. No estudo da campanha, tentamos identificar, dentro do movimento “Brasil, ame-o ou deixe-o”, questões referentes à (não)liberdade do brasileiro, bem como referentes à maneira como este é convocado (obrigado) a obedecer ao regime militar, sob pena de sofrer os duros atos de repressão comuns à ditadura naquela época.

Já o terceiro capítulo da dissertação contém as análises e as muitas ponderações sobre os múltiplos sentidos despertados pelos textos do *corpus*. Mostrando como o discurso político funciona na AD (ou como a AD funciona com o discurso político), são evidenciados os sentidos políticos em uma política de silêncio local, ou seja, quando não se pode dizer tudo. Nessa perspectiva, identificamos a forma como estão explicitadas as coerções e ameaças no discurso militar, bem como verificamos a maneira como o discurso d’*O Pasquim*, com seus deslocamentos, respondia a tais ameaças fazendo uso do humor.

As análises nos mostram que os sentidos despertados relacionam-se com a imagem que posições-sujeito antagônicas têm umas das outras, ou de como militares e militantes de oposição veem uns aos outros. Ao final de cada uma destas análises, procuramos produzir um efeito de fechamento, antecipando algumas considerações e trabalhando a posição-sujeito e a formação discursiva antagônica (da imprensa de resistência (*O Pasquim*)) versus a formação discursiva (militar), mostrando como o discurso-outro (o discurso militar) é negado pelo

sujeito do discurso, revelando o imaginário produzido sobre as posições-sujeito e sobre o leitor brasileiro.

Nossas páginas foram, portanto, recheadas de deslocamentos, de (re)sentidos, de muitas descobertas, que nos fizeram crescer ou lamentar por esta parte da história de nosso país. Tentemos, então, em nossa caminhada, ter um pouco da resistência pasquiniana, o que nos fará maiores!

1 O PASQUIM À VISTA!

Tomamos o enunciado inaugural do Brasil para demarcar o espaço em que nasceu *O Pasquim*. Diferentemente do ritual ocorrido toda vez que os navios encontram lugar para aportar, aproximamo-nos deste enunciado dos descobridores talvez para olhar o que abarca o visível sobre *O Pasquim* em nossas leituras e sobre o noticiado no período da ditadura. A história, assim como o imaginário, se faz de memórias, de imagens, de relatos e também de notícias, de discursos. Podemos, assim, dizer que “*Pasquim à vista!*” pode também representar nosso gesto de leitura do publicado na imprensa alternativa, a “descoberta” dos sentidos (re)velados. Neste caso, não se trata de Pero Vaz de Caminha, mas de seu idealizador, que deu o primeiro passo para lavrar a certidão d’ *O Pasquim* em terras passo-fundenses: Tarso de Castro, um passo-fundense com “75 kg de músculos e fúria”¹, conforme o denomina o também jornalista Tom Cardoso em sua obra sobre “um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros”².

Na sintaxe, em uma perspectiva discursiva, considera-se aquilo que é próprio do real da língua e da história, visto que fora da relação com a história não há real da língua. Para a Análise do Discurso, no entanto, falar de constitutivo implica considerar a relação da língua com a exterioridade e vice-versa, e o conceito de discurso se dá no imbricamento entre língua x história x ideologia. É considerando, então, que a língua não é transparente e que é passível de diferentes interpretações, que temos o acontecimento discursivo, o qual não exclui a estrutura, mas observa nela o funcionamento da história, da língua e do sujeito.

Entende-se por acontecimento histórico aquele que é despertado pelo encontro de temas diversos e que significa pela ação da memória. Para Pêcheux (1995, p. 192), uma formação discursiva coloca “sempre-já” ideologias e práticas; ganha distinção por sua identidade e é constituída por domínios de saberes próprios. As relações de produção e suas transformações repercutem, portanto, como determinação de um real e de um exterior nos processos discursivos, produzindo deslizamentos amparados por ideologias e formações discursivas, sendo, de tal forma, fundante o trabalho da memória. Em outras palavras, o trabalho da interpretação é afetado por uma exterioridade.

¹ Refiro-me, aqui, ao título do livro *Tarso de Castro – a vida de um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros – 75 kg de músculos e fúria*, de autoria do também jornalista Tom Cardoso, obra à qual recorro em diversos momentos deste trabalho.

² Idem.

O Pasquim é, portanto, um acontecimento histórico e discursivo porque, por trás do gesto inaugural na imprensa brasileira, encontramos discursivizações de uma história de resistência, de disputa político-partidária entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de oposição, e o Partido Social Democrático (PSD), de situação. O primeiro, fundado por Getúlio Vargas, tinha como base eleitoral o operariado urbano e era fortemente vinculado aos sindicatos; o segundo, também formado sob os auspícios de Vargas, formava, junto com o PTB de Múcio de Castro, o bloco pró-getulista em oposição à antigetulista União Democrática Nacional (UDN). Tal coincidência de ideais políticos não os impedia, contudo, que se encontrassem em posições políticas de confronto. Após a extinção do PSD, provocada pelas forças da ditadura, em 1964, muitos de seus membros filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido que apoiava o regime instalado em 1964 (FAUSTO, 2004, p. 424-425).

O partido da Arena, por sua vez, foi criado após o golpe militar de 1964, em face do ato institucional n.2, que determinou a extinção do pluripartidarismo e dos (treze) partidos políticos existentes, à época, no Brasil. O AI-2 (seguido do ato complementar n. 4) implementava, assim, o bipartidarismo no Brasil (FAUSTO, 2004, p. 474).

A Arena fora criada com o intuito de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do golpe, à qual se filiaram políticos não democráticos, que desprezavam a democracia e apoiavam as forças militares. O PTB, por outro lado, era, entre os partidos da época, o mais da esquerda, sendo constantemente intitulado de comunista, ou acusado de defender políticas comunistas. Sua política de governo pregava diversas reformas, tais como a urbana, a agrária e a educativa, e dava ênfase ao crescimento econômico, ao desenvolvimento industrial, à nacionalização de recursos e à educação. Esta era, também, a política que compunha a plataforma do petebista João Goulart quando presidente da República do Brasil e que instigaria os militares à “Revolução” de 1964 – como os militares costumavam chamar o golpe instaurado naquele ano –, pelo qual Jango (como era conhecido João Goulart) seria destituído da presidência (FAUSTO, 2004, p. 474-475).

Como resultado desse contexto de resistência e de conflitos partidários nasceu o *Pasquim*, criado e editado na cidade do Rio de Janeiro e fruto da vida de lutas (e de muitas resistências) de Tarso de Castro.

O reconhecimento de um real específico sobre a história de um jornal que compõe parte da história da imprensa brasileira é o que podemos chamar de acontecimento, de acordo com Pêcheux (1995), para o qual “a língua está constitutivamente exposta ao equívoco” (p. 50), uma vez que “todo enunciado, em uma descrição, é intrinsecamente suscetível de tornar-

se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p. 53).

Neste trabalho, o deslocamento de “Terra à vista!” para “*O pasquim* à vista!” está relacionado à história da fundação de um jornal que inaugurou uma nova geração da imprensa (alternativa), a qual se valeria do humor para comunicar e seria presença constante nas bolsas de couro cru carregadas pelos jovens da época. É, pois, na relação entre o real da língua e o real da história que existe dentro de uma complexidade contraditória que nós, como analistas, buscamos compreender o discurso jornalístico em tempos de ditadura.

Sobre o real, Morales (2008, p. 44), ao analisar *a língua inatingível*, de Pêcheux e Gadet, destaca que “o real sofre, na AD, uma transformação advinda da relação com a história e o inconsciente”. Afirma ainda que existe, para Pêcheux, um real da língua, que tem a ver com a ordem da língua – ordem significante em funcionamento –, a qual é marcada pela falha, bem como existe a ordem da história, que dá lugar ao equívoco, que “impede o sucesso total das investigações e obriga o sujeito a tomar uma posição, a interpretar.” (p. 44). É possível, dessa forma, perceber o deslizamento de sentidos e a interpretação em todo discurso. Para Morales, ao se analisar a posição tomada pelo sujeito, “é possível conhecer as filiações sócio-históricas com que um determinado discurso está identificado e os deslocamentos causados pela emergência do *real da língua*” (p. 44). Dessa forma, o sentido que era dominante pode, pela interpretação, ser subvertido, do que resulta o surgimento de um “novo” sentido. Prossegue Morales:

Pêcheux considera o *real da língua* e o *real sócio-histórico*. O primeiro é o “impossível de dizer e o impossível de não dizer”, que irrompe na estrutura da língua; o segundo, o real sócio-histórico é da ordem dos processos sociais e tem como agente o sujeito. (2008, p. 44)

Desse modo, para iniciar este primeiro capítulo faz-se imprescindível reportarmo-nos à história da imprensa escrita, que aparentemente “implementava uma estratégia bastante equivocada, ‘visando a desagregação da sociedade, a decomposição da família e a preparação psicológica para as ações diversas’ – como fazia *O Pasquim*, segundo acreditava o SNI³”

³ SNI - Serviço Nacional de Informação – foi criado pela lei 4.341, de 13/06/1964. Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golberi de Couto e Silva e seu principal objetivo expresso era “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra informação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. (FAUSTO, 2004, p.468)

(FICO, 2001, p. 183). Diferentemente, portanto, do que acreditavam os integrantes do SNI, na nossa concepção, neste texto trazemos uma versão de uma história de resistência, digamos, de resistência ao regime militar, a qual não pode ser encontrada na relação com o discurso, senão, antes de tudo, no plano de rompimento de uma estrutura, no plano de um acontecimento. Os matizes de uma subjetividade coletiva e intelectual começam a se desenhar a partir de um nome: Tarso de Castro.

1.1 A imersão de Tarso de Castro na história de *O Pasquim*

É impossível pensar a história de *O Pasquim* sem conhecer a história de seu mentor e de sua produção, que faz parte das condições de produção e dos processos discursivos. Vale lembrar que, de acordo com Pêcheux (1969), os processos discursivos se realizam necessariamente no sujeito, mas não se originam nele, e as condições de produção determinam “a situação vivida pelo sujeito”, no sentido de variável subjetiva inerentes a uma situação experimental. Vale lembrar também que, de acordo com Orlandi (1996a, p. 54), o texto não é, na perspectiva do discurso, “uma unidade fechada”, dada a sua relação com outros textos, com sua condição de produção e com o interdiscurso. A noção de condição de produção foi também introduzida por Pêcheux (1969), que destacava elementos que remetiam a questões de exterioridade e das formações imaginárias que constituem o discurso. E, em Pêcheux (1975, p. 172), tem-se que, estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido, ou seja, só uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador (ilusão necessária e sua descrição) pode pensar o texto enquanto discurso. Por isso, nesta seção, mostraremos o percurso trilhado por Tarso de Castro, desde seus primeiros passos dentro da redação d’*O Nacional* até a sua passagem pelo *Última Hora* e a criação d’*O Pasquim*.

Tarso de Castro nasceu em Passo Fundo, em 2 de setembro de 1941, e passou parte de sua infância dentro da redação d’*O Nacional*, um dos dois jornais mais importantes da cidade, cujo proprietário era Múcio de Castro, seu pai, famoso pelo rigor e pela austeridade com que dirigia o periódico. Ser filho do proprietário, no entanto, não fez de Tarso merecedor de regalias, Múcio sempre disse ao filho que se quisesse ser um bom repórter deveria antes conhecer a fundo o funcionamento de um jornal. Assim, após anos fazendo milhões de

perguntas ao editor, ao chefe de redação e aos repórteres, aos treze anos, o primogênito de uma família de seis irmãos já era linotipista do jornal da família.

Segundo Cardoso (2005), o trabalho no linotipo teria contribuído não só na construção de uma das maiores personalidades jornalísticas brasileiras, mas também para colocar Tarso de Castro em contato com algo que o acompanharia ao longo da vida – e que o teria levado à morte em 20 de maio de 1991: o álcool. Naquela época cada linotipista recebia, ao final do dia, um litro de leite, pois se acreditava que a bebida amenizava os efeitos do contato diário com o chumbo derretido. O antídoto, no entanto, virou veneno, pois mais tarde se descobriria que o leite, depois de calcificado, duplicava a ação da substância nos pulmões, razão pela qual foi substituído por um copo de cachaça. “O caçula da turma de linotipistas, de treze anos, nunca mais bebeu leite” (p. 37).

Passo Fundo já contava, na época, com diferentes lideranças, que traduziam diferentes focos de resistência e Tarso de Castro estava entre essas, seguindo os passos do pai, talvez com mais perspicácia e muito mais ousadia e ironia. Existiam, na cidade, dois espaços públicos da sociedade tidos como privilegiados, o Rotary Club e o Café Elite. O primeiro era uma organização internacional de líderes de negócios e profissionais liberais; o segundo um ponto de encontro de políticos e autoridades locais, onde o prestígio político do freguês era medido pelo número de cadeiras que conseguia reunir em torno das mesas de mármore do bar localizado em frente à praça Marechal Floriano. Esses dois espaços, de certa forma, representavam duas instâncias de poder. Observemos como essa questão se traduz na sequência abaixo:

s.d. 1 – Duas mesas eram cercadas por dezenas de cadeiras, a de Múcio, proprietário de *O Nacional* e mandachuva do PTB, e a de seu maior inimigo, Túlio Fontoura, líder do PDS na região e dono do *Diário da Manhã*, o outro grande jornal de Passo Fundo. Brigas e xingamentos entre os dois grupos eram comuns. Tarso ajudava o pai e os amigos a puxar o coro contra a turma de Túlio Fontoura, tendo como alvo sempre o *Diário da Manhã*: “**Pasquim! Pasquim! Pasquim!**”, gritava, em uníssono, o linotipista de *O Nacional*. (CARDOSO, 2005, p. 41) (grifo nosso)

A historicização do dizer ocorre pela repetição e, ao mesmo tempo, pelo deslizamento dos sentidos, produzindo efeitos de evidência e de naturalização para a designação “Pasquim”. A partir do nome Pasquim é construído o “fio” do discurso referenciando a correlação de forças, a posição política contrária ao jornal concorrente na cidade de Passo Fundo. Neste movimento de análise, passamos a tomar a designação “Pasquim” como um nome que estabelece fronteiras não só entre dois jornais da cidade, mas também entre dois partidos políticos. Era a cristalização de uma posição antagônica, da correlação de forças em

relação à disputa política dos dois jornais. Múcio de Castro representava Passo Fundo na Assembleia Legislativa, pelo PTB, partido que tradicionalmente ocupava o Poder Executivo do município e que ainda o fazia por muitos anos. Naquele ano, Daniel Dipp ocupava a cadeira mais importante da Prefeitura, enquanto Ernesto Dornelles também representava o PTB no governo do estado. Na presidência da República, à época, usariam a faixa presidencial Café Filho (PSP), Carlos Luz e Nereu Ramos (PSD), seguidos por Juscelino Kubitschek. O embate político entre Múcio de Castro e Túlio Fontoura representava, como visto nas primeiras páginas deste capítulo, um elo muito maior, pois não envolvia apenas duas personalidades locais, nem dois jornais concorrentes, mas duas ideologias, traduzidas em direita e esquerda, em situação e oposição e, portanto, em discursos políticos antagônicos.

A posição política e irreverente do filho de Múcio de Castro já se revelava quando, aos quinze anos, já havia cumprido com disciplina as etapas estipuladas pelo pai desde seu ingresso no linotipo, tendo atuado na gráfica e na revisão. Tal postura, posteriormente, estaria inscrita n’*O Pasquim*, como poderemos perceber na análise do *corpus* e das sequências discursivas representadas ao longo desta dissertação. O primogênito da família Castro ganhou, então, um importante posto no jornal: seria o titular da coluna “Observando”, espaço que noticiava os principais acontecimentos na cidade. A partir de então, o proprietário d’*O Nacional* nunca mais teve sossego, porque, embora se orgulhasse do talento incontestável do filho para o jornalismo, não esperava que Tarso tivesse tanto apetite para a polêmica. (CARDOSO, 2005, p. 41).

A veia polimista de Tarso foi revelada no ataque a um peixe grande, o bispo dom Cláudio Colling, maior autoridade religiosa da região. Na época do Natal, dom Cláudio assinou um artigo em um dos suplementos d’*O Nacional*, sob o título de “Vamos a Belém”, no qual anunciava a vinda do Menino-Deus, que nasceria mais uma vez “sobre as palhinhas pobres do presépio”. Tarso nem sempre reprovava a Igreja e seus representantes, tanto que, quando criança havia sido coroinha, fase em que se aproximou do padre Alcides Guareschi⁴, alvo de inúmeras críticas por não usar batina e por frequentar o mundo social. Agora, no entanto, o ex-coroinha não entendia como a mesma Igreja que reprovava tais atitudes podia aceitar as mordomias impostas por dom Cláudio, que, para deixar a diocese de Santa Maria e vir a Passo Fundo, exigiu dos cofres da Prefeitura uma casa na melhor região da cidade e um automóvel Dodge. (CARDOSO, 2005, p. 42).

⁴ O padre Alcides Guareschi foi reitor da Universidade de Passo Fundo por 16 anos consecutivos, durante o período de 1982 a 1998. Foi secretário da Educação na gestão do prefeito Airton Dipp (2005-2008) e é, hoje, secretário da Cultura do Município de Passo Fundo, no segundo mandato de Dipp (2009-2012).

A reprovação à Igreja e a dom Cláudio ficou evidente no artigo publicado n’*O Nacional* e assinado por Tarso sob o pseudônimo TeDeCê, do qual extraímos a seguinte sequência:

s. d. 2 – O menino nada havia recebido, a não ser esmolas **deles – hipócritas**, pelos quais nutria um sentimento que muito se aproximava do ódio. Dormira, como sempre, no chão da terra, esquecido do pai, que chegara bêbado, e da mãe, que há muito não lhe beijava. Havia ido lá na loja, onde **iam distribuir presentes, mas sua vez nunca chegara**. O Natal, enfim, era igualzinho aos outros. Como nos outros, o Papai Noel não chegará. (CARDOSO, 2005, p.43) (grifo nosso).

Percebemos, nessa s.d. 2, que o lugar de onde o enunciador fala sobre o Natal não é o mesmo ocupado por alguns segmentos da sociedade. Ao falar do menino que deveria receber alguma coisa na data, mas não recebe outra coisa “a não ser esmolas” –, chama atenção pra o fato de que a ação de dar esmolas não cumpre o sentido natalino e não transforma a sociedade, uma vez que se mantém a mesmice na prática – o autor do texto assume uma posição que retoma não só saberes antagônicos à formação discursiva dominante, como também mobiliza saberes de outras formações discursivas envolvidas. Esse é um saber que vai reger todo o funcionamento discursivo d’*O Pasquim* e trazer a imersão de um sujeito inscrito numa formação discursiva revolucionária. Nesse caso, para que se atribuam determinados sentidos (a partir dos processos discursivos e das condições de produção como veremos adiante) é preciso fazer trabalhar a memória. Para Pêcheux,

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível. (1999, p. 52).

Orlandi (2006), por sua vez, define memória discursiva como aquela que “é trabalhada pela noção de interdiscurso: “fala algo antes, em outro lugar e independentemente”. Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer” (p. 21 – grifos da autora). Se, para a autora, interdiscurso é um conjunto de enunciações irrepresentáveis e que já foram ditas e esquecidas, uma vez que “todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória” (p. 21), a memória discursiva é constituída pelo esquecimento.

Pelo trabalho dessa memória podemos ver o que retorna para significar no texto de Tarso de Castro. Há uma (in)determinação de quem se deseja “atingir” com o emprego da pronominalização “**deles – hipócritas**”, construindo o efeito de evidência de que o espírito natalino deveria ir além de cerimônias religiosas ou da prática de dar presentes. É considerando as condições de produção e pelo trabalho da memória que se tornam legíveis e interpretáveis sequências como a s.d.2, porque “deles” pode ser qualquer um, mas “hipócritas” são aqueles que despertam o sentimento de ódio, de revolta, de abandono, de desafeto, de promessa de um presente e de um dia que nunca chegam. É pela quebra dos discursos logicamente estabilizados, pela ação da memória e pela alteridade, que se dá a determinação de *hipócritas*.

Para Pêcheux (1999), a memória não é da ordem do individual, mas do social, daquilo que é compartilhado por um grupo de pessoas num dado momento da história e em uma dada formação social. O espaço da memória, para ele, não é um lugar no qual sentidos são depositados cumulativamente, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (p. 56).

Hipócritas, então, representa o discurso não estabilizado do cotidiano. É a cristalização de um sentido não esperado, a oposição aos dizeres despertados pelo discurso natalino. A determinação de hipócritas é problematizada no artigo jornalístico publicado no *O Nacional* quando resgata a presença do religioso, do moral, a cada dizer, fazendo ressoar o eco dos dizeres historicizados acerca do Natal.

Conforme relata Cardoso (2005, p. 43), o texto foi facilmente reconhecido pelo bispo como uma provocação e a família Castro foi convocada a explicar-se com o chefe da diocese passo-fundense. O episódio não foi bem visto pela família, pois Múcio de Castro, como empresário, teve de ponderar que uma briga com dom Cláudio podia representar a perda do leitor católico, maioria na cidade. E havia ainda o fato de que a mãe de Tarso, dona Ada, era uma católica fervorosa, de modo que nada que afrontasse a Igreja receberia sua aprovação. Assim, não demorou para a família decidir que Tarso se mudaria para a capital gaúcha.

Prossegue Cardoso (2005, p. 45) assinalando que em Porto Alegre Tarso não desistiu de se dedicar ao jornalismo e aos 18 anos conseguiu emprego na redação do jornal *Última Hora*. Ali iniciou como plantonista da editoria de polícia e era responsável por noticiar tudo de importante que acontecia no principal pronto-socorro da cidade. Alguns anos depois, já no Rio de Janeiro, Tarso assinava a coluna mais importante do jornal, a “Hora H”.

Seu primeiro texto na “Hora H”, em 17 de setembro de 1968, época em que o Brasil tinha na presidência o general Arthur da Costa e Silva, foi assim:

s. d. 3 – Sob a inspiração do governador Israel Pinheiro, **revolucionário autêntico**, inicia-se em Minas Gerais o diálogo entre estudantes e policiais: dez homens foram treinados, no Dops, durante quatro meses, para aplicar golpes mortais de karatê e outros dos mais avançados métodos de luta. *Eles formarão, agora, a linha de frente contra os movimentos estudantis e continuarão, inclusive, com um veículo especial munido de dispositivos especiais para lançamento de gases, seis fuzis e quatro metralhadoras – sendo protegidos por chapas de aço.* Os dez policiais especialmente treinados não poderão ser usados para a captura de ladrões ou assassinos, sua função específica é enfrentar os perigosíssimos estudantes e suas potentes armas, tais como lápis e papel. (CARDOSO, 2005, p. 22 – grifo nosso).

A exemplo do que acontecera no *O Nacional*, o primeiro texto de Tarso naquela coluna já polemizava o assunto e mostrava o caráter de denúncia que jamais o abandonaria (ou a seus textos) ao longo de sua vida/carreira. A partir da s.d.3, acima, observamos que “Eles” estabelece fronteira, relação de confronto entre o “eu” e o “outro”, a qual não se faz mais dentro dos mesmos segmentos da sociedade, como a Igreja, o comércio, a sociedade passo-fundense, mas abrange uma outra esfera, aquela que detém controle sobre o modo como a sociedade deve e pode se comportar, uma vez que *“Eles formarão, agora, a linha de frente contra os movimentos estudantis e continuarão, inclusive, com um veículo especial munido de dispositivos especiais para lançamento de gases, seis fuzis e quatro metralhadoras – sendo protegidos por chapas de aço”*. Quando se refere a “Eles”, Tarso não evoca tão somente os dez policiais treinados, mas tudo o que eles representam – ou os deslocamentos provocados por essa afirmação – ou seja, as “forças revolucionárias” e a predisposição da ditadura para resolver conflitos com o uso de violência. Quando desperta o humor, o jornalista está, na verdade, chamando atenção para a enorme disparidade estabelecida entre as duas classes, militares armados x militantes indefesos, além de denunciar que, enquanto as Forças Armadas massacram a força militante (ou, na concepção da primeira, a força subversiva), esta parte da população não tem voz e sofre uma revelada opressão. A referência à “linha de frente contra...” e ao “veículo especial munido de dispositivos especiais” faz clara alusão à constante presença armada nas ruas e nos mais diferentes espaços, públicos e privados. Eram as vozes d’*O Pasquim* que começavam a ressoar, delineando um papel político que seria de extrema importância ao país.

O que Tarso de Castro designa como revolução autêntica, ao adjetivar Israel Pinheiro como revolucionário autêntico, é o que está na perspectiva do golpe, denominado, na concepção dos militares, de revolução, no entanto, ao costurar tal informação com o humor,

Tarso sugere o contrário, propondo que o autêntico é aquele que se posiciona contra o golpe e contra os militares.

O humor se presentifica, ainda, na s.d.3, pela quebra de expectativa, quando, ao citar *potentes armas*, o discurso é completado com *tais como lápis e papel*. A ironia se firma, também, pelo recurso ao uso do superlativo *perigosíssimos*. Bauman (2000, p. 67) destaca que “o riso de Bakhtin é a maneira de lembrar que esse é de fato o caso. É a maneira também de representar as oportunidades abertas pela lembrança”. É por meio dessas estratégias de riso que o texto significará.

O efeito de evidência do discurso seria confirmado se a expressão *potentes armas* fosse atribuída a armas de fogo ou de conhecido potencial de destruição, o que justificaria a ação do governo de capacitar um grupo de policiais para o combate a este grupo de oposição (estudantes). Ao contrário disso, ao final da s.d.3 há a revelação de que as potentes armas são *lápiz e papel*, o que marca a fronteira entre o humor e os intelectuais. A ironia se fortalece, ainda, pela informação de que os militares contam com *veículo especial munido de dispositivos especiais para o lançamento de gases além de seis fuzis e quatro metralhadoras*. Neste caso, “revolucionário autêntico” passa a designar aquele que é filiado ao regime militar, ou seja, considerando a concepção francesa de revolução, de revolucionário este não tem nada. Logo, ressoa a evidência de que as potentes armas estão em poder dos militares (governo) e não dos estudantes, colocados, no texto, por Tarso de Castro, numa situação de desvantagem, pois não há como conceber um embate justo quando do confronto entre *fuzis e metralhadoras* versus *lápiz e papel* ou ainda entre *dez homens treinados, no Dops, para aplicar golpes mortais de karatê e outros dos mais avançados métodos de luta* versus *estudantes*. Disso se depreende que o verdadeiro revolucionário não é aquele que critica ou questiona e que, nesse caso, *revolução* é muito diferente de *golpe*. Assim, ressoa na fala do *Pasquim* a fala dos militares e, se o discurso de resistência faz emergir a fala dos militares, em forma de riso, de comicidade, o faz para criar um espaço de subversão.

Também pareceria evidente investir em treinamento considerando a existência de um *perigosíssimo* grupo, sentido que não se confirma na s.d.3, uma vez que este grupo contra quem os *policiais especialmente treinados* vai atuar é formado por estudantes, ou, mais do que isso, por estudantes armados com lápis e papel. Tarso de Castro não usou, para esses, adjetivos como indefesos ou inofensivos, deixando esta *interpretação* por parte da memória, do acontecimento. É pelo recurso à expressão “autênticos revolucionários” e pelo contraste entre “inofensivos estudantes” e “policiais especialmente treinados”, ou entre “lápiz e papel” e

“fuzis e metralhadoras”, que se estabelece o humor, fazendo com que o texto *signifique* por meio da ironia, da quebra do logicamente estabilizado.

O editor-chefe do jornal, mesmo chocado com a “molequice imperdoável” (CARDOSO, 2005, p. 23) de Tarso, não repreendeu o novo titular da coluna, pois julgara que “havia sido apenas arroubo de principiante, deslumbrado com um espaço poderoso no jornal”. No dia seguinte, contudo, constatou que errara em sua análise, pois a coluna seria ainda mais ousada:

s.d 4 - O ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, anda muito preocupado com os “pontos falhos” do Ministério. E isso porque muitos dos seus geniais planos são revelados pela imprensa antes de sua concretização, o que diminui o impacto junto à opinião pública. Por isso mesmo o Ministério está tratando de *afastar todos aqueles elementos sobre os quais recaía qualquer suspeita de transmitir informações à imprensa*. Gama está cada vez mais convencido de *que os jornais são culpados por metade do que acontece no Brasil. Só o poder de censurar a imprensa* já faz com que o ministro da Justiça passe a noite a embalar seu sono pelo alegre sonho de decretação do estado de sítio. (In: CARDOSO, 2005, p. 23 e 24 – grifo nosso)

Nesta quarta sequência discursiva denuncia-se a perseguição sofrida pela imprensa, satirizando o fato de que Gama e Silva costumava atribuir à imprensa a responsabilidade pelo que (de ruim) ocorria no Brasil, talvez em razão das antecipações que a mídia permite em razão de sua postura de denúncia, pois, ao pré-anunciar as ações do ministro, tira dele o crédito por ações pensadas possivelmente mais com o propósito de ganhar credibilidade do que com o intuito de proporcionar qualquer tipo de crescimento ao país.

Os “pontos falhos” a que se refere Tarso de Castro podem significar os elementos considerados traidores e que seriam responsáveis por divulgar – em um ato anônimo, ou ao menos não revelado – à imprensa o que aconteceria. Depreende-se disso que os “pontos falhos” representam os elementos que traíam o governo e implicavam uma resistência, a ação fora da instituição, que eram *todos aqueles elementos sobre os quais recaía qualquer suspeita de transmitir informações à imprensa*, o que representa uma dimensão de generalidade, em que qualquer um passa a ser suspeito e, portanto, culpado. Também curiosa é a denúncia do quanto significava para os representantes do regime militar monitorar a imprensa, como se vê na sequência “os jornais são culpados por metade do que acontece no Brasil”, tanto é que “*Só o poder de censurar a imprensa* já faz com que o ministro da Justiça passe a noite a embalar seu sono pelo alegre sonho de decretação do estado de sítio”. Disso se infere, por exemplo, que a tendência totalitária precisa da ideologia utilitária, ou seja, precisa mostrar serviço, ação, tanto que o espaço de sua ação se dá num ambiente confuso e

inseguro, para que os dirigentes possam estar no topo e, assim, tais ações põem fim à argumentação, ao confronto de opiniões, às diferenças de interesse.

No nosso estudo, estado de sítio veda a entrada e saída de qualquer cidadão do país, e censura à imprensa significa, pela esfera pública, criar o medo individual, tornar impotente, bloquear os canais de comunicação entre o público e o privado e, portanto, criar mais subordinados.

Ao contrário do que o editor-chefe esperava, as “molequices” de Tarso foram responsáveis por uma explosão no número de exemplares vendidos todos os dias e o titular da coluna mais lida no jornal, ao invés de sofrer qualquer tipo de sanção, em poucos dias já recebia salário maior do que o recebido por seu antecessor. (CARDOSO, 2005, p. 23-24).

A liberdade para tanta irreverência, contudo, não durou muito, pois em dezembro de 1968 o ministro da Justiça Gama e Silva (o mesmo que Tarso ironizara recentemente em sua coluna), por ordem do presidente Costa e Silva, anunciava a implantação do ato institucional n. 5, com o qual o presidente da República passava a ter poderes para comandar atos como o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos, a intervenção em Estados e Municípios, a suspensão de direitos políticos ou o decreto de uma censura exacerbada à imprensa. Por conseqüência, jornais e revistas que não apoiassem a presidência estavam com os dias contados. A partir de então, a presença de três censores – dois coronéis e um major – passou a ser constante na redação do *Última Hora* e de outros tantos jornais brasileiros, o que representou o completo cerceamento da liberdade de imprensa.

Com o AI-5 a imprensa se calou e Tarso de Castro não mais podia contar com a benevolência de seu editor-chefe. De nada adiantaria desrespeitar a linha editorial do jornal e tecer alguma crítica a algum figurão do regime militar, pois o texto não passaria pelo crivo dos censores. Restava ao jornalista, então, “apelar para uma arma que ele sabia usar muito bem desde os tempos de colunista em Passo Fundo: a ironia” (CARDOSO, 2005, p. 32). Enquanto os jornais do país se limitavam a publicar o factual, Tarso publicava, na “Hora H”, uma lista de seis pedidos a Costa e Silva. Observemos a s.d.5:

s.d 5 - Tarso não queria saber quando o presidente voltaria a dar legitimidade ao Congresso, quando respeitaria novamente as decisões judiciais ou convocaria eleições diretas. Suas reivindicações eram **mais nobres**: o governo tinha de tomar, com urgência, alguma atitude contra o casamento da atriz e *socialite* Regina Rozemburgo, musa de Ipanema, com um estrangeiro, o milionário francês Gerard Lecléry. Também **não podia deixar de punir** o colunista Ibrahim Sued, que insistia em deixar Sílvia Amélia Marcondes Ferraz fora de sua lista de dez mulheres mais bonitas do Rio. O sexto e último pedido de Tarso ao presidente era **ainda mais insolente**: “Não estará o governo atento aos problemas sociais? Se está, já sabe que eu e Carlinhos Oliveira fomos obrigados a reduzir a nossa dose de alimentos de primeira necessidade em razão do violento, inexplicável, e ultrajante aumento do preço do uísque escocês?”. (CARDOSO, 2005, p. 32).

Ao fazer o pedido expresso na s.d.5, que é ancorado em banalidades e na superficialidade, é criado um espaço para dizer algo que é importante e que não podia ser dito, a não ser pelo recurso do riso, que passa a ser instrumento de denúncia. O humor permite, assim, que circulem dizeres mais importantes, ou *mais nobres*, e que não podiam ser expressos na época.

A sátira política, assim, começava a ganhar espaço no jornalismo brasileiro, em especial nos sempre polêmicos textos de Tarso de Castro. Quando escolheu o deboche como arma contra a tirania do regime militar, o passo-fundense já começava a dar forma a *O Pasquim*, um tabloide que misturaria irreverentemente as posições da esquerda política com um jornalismo que se configuraria como uma das maiores revelações editoriais brasileiras. Após ter passado por diferentes jornais, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o jornalista que, dentre outros trabalhos, criou o “Caderno ZH” do jornal *Zero Hora*, dedicou-se ao que seria “o surgimento do único sopro criativo da imprensa brasileira na época, um jornaleco feito por um bando de beberrões de Ipanema que iria influenciar o imaginário político-cultural de toda uma geração: O Pasquim”. (CARDOSO, 2005, p. 107).

Estava nas bancas, então, *O Pasquim*, um jornal que revolucionaria o seu tempo. No dia 26 de junho de 1969 era, então, publicada, sua primeira edição:

enquanto o país testemunhava o mau-humor contagiante do AI-5, um jornal chegava às bancas para reinventar a alegria jornalística. *O Pasquim* era a revolução dentro da revolução. Ali, se deflagraram todos os movimentos. A revolução do jornalismo, a libertação do coloquial, a viabilização do esquerdismo, a libertação do humor e do feminismo, a explosão da contra-cultura, o desatamento do movimento gay. Era a imagem e semelhança de seu criador, Tarso de Castro, que, em poucos meses, conseguira reunir um time de colunistas de primeira grandeza. (CARDOSO, 2005, p. 116).

Não podemos deixar de registrar, após esta “imersão de Tarso de Castro na história de *O Pasquim*”, que esta personalidade encantadora e que tanto *significou* para o Brasil não era uma personagem que a teoria da literatura definiria como “redonda”, eis que cheia de contradições. Permitimo-nos, então, já que falamos de uma personagem complexa e contraditória, também oscilar, neste momento, entre registros feitos sobre ele. A Tarso atribuímos a criação d’*O Pasquim*, logo, um sentimento um pouco bairrista (tentando dar a este termo a conotação menos pejorativa possível) nos permite acreditar que *O Pasquim* nasceu em Passo Fundo! Dentre tantas histórias contadas sobre esse polêmico passo-

fundense, muitas o retratam como um homem muito bonito e de incontáveis conquistas, dentre as quais se podem citar nomes como Candice Bergan, famosa atriz hollywoodiana, Maysa, Nara Leão e Sílvia Amélia. Esta última (cujo nome não integrava a lista de Ibrahim Sued das dez mulheres mais bonitas do Rio de Janeiro, motivo de protesto de Tarso de Castro, conforme s.d.5) foi “roubada” de Tarso por Roberto Carlos, que, para tal, usou “um golpe dos mais baixos” (CARDOSO, 2005, p. 129), compondo para ela a música “Detalhes”: “Não adianta nem tentar / Me esquecer / Durante muito tempo em sua vida / Eu vou viver...” A letra fazia, ainda, menção a um cabeludo (Tarso de Castro), que cruzava na vida dos dois: “Se um outro cabeludo aparecer / Na sua rua / E isto lhe trazer saudades minhas / A culpa é sua...”.

Tarso tinha, com certeza, consciência do estranhamento e do encantamento que suscitava nos funcionários de *O Nacional* – e em todos que com ele conviviam. Uma então colega de trabalho registra hoje, ao lembrar os tempos de em que trabalhou no jornal, que surpreendiam a irreverência, o “jeito solto de ser” e o vocabulário solto empregado pelo jornalista. Segundo ela, “se pudesse, nessa época, colocaria asteriscos no lugar de todas as palavras que ele usava”⁵.

Inteligente e encantador, Tarso de Castro não pode ser visto, aqui, como sujeito empírico, pois não é a Tarso que nos referimos, mas à posição-sujeito que o passo-fundense representa na formação social. Vale lembrar que sempre que nos reportarmos a ele, estaremos tomando-o no sentido discursivo, ou seja, não é Tarso de Castro sujeito empírico, mas o lugar discursivo em que este sujeito está inscrito no discurso em análise, um discurso de resistência, de formação discursiva de resistência, contrária à formação discursiva estatal, discurso que traz saberes da repressão, do regime militar. É esta posição-sujeito⁶ que determina o que (não) pode ser dito e o que (não) deve ser silenciado.

Para Orlandi (1999, p. 17), “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. A autora refere-se, portanto, ao lugar social/empírico do sujeito, que, ao se subjetivar, ocupa no discurso uma determinada posição.

A Análise de Discurso volta sempre seu olhar à linguagem e à sua relação com a exterioridade, levando em consideração a determinação histórica dos processos de produção de sentidos, tendo por base uma perspectiva semântica de cunho materialista.

⁵ Reportamo-nos, aqui, ao depoimento dado pela professora Dr. Maria Cleci Venturini na ocasião em que integrou a banca de qualificação desta dissertação. A professora Venturini trabalhou na redação do jornal *O Nacional* na década de 1970, ocasião em que o filho de Múcio de Castro desempenhava suas atividades profissionais na cidade de Passo Fundo.

⁶ O conceito de posição-sujeito será apresentado no item 2.2 desta dissertação.

Para tanto, Pêcheux e Fuchs (1975) articulam, no quadro da AD, três regiões do conhecimento científico:

O **materialismo** histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a **lingüística**, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; a **teoria do discurso**, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (1997, p. 163-164 – grifo nosso).

Essas três regiões do saber são perpassadas por uma teoria psicanalítica da subjetividade. Desde suas formulações iniciais sobre o sujeito, Pêcheux (1969) concebe-o como um sujeito social, não como sujeito empírico com plenas individualidades e tomado em sua condição linguística. Posteriormente, em 1975, com as concepções de Pêcheux e Fuchs, o sujeito ganha um fundamento essencial para sua constituição, passando os autores a falar numa teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. (GADET; HAK, 1969).

O sujeito não é, então, para Pêcheux, somente social, mas dotado de inconsciente, o que lhe permite produzir seu dizer sob o efeito de duas ilusões, que podem ser observadas por meio do que o autor chama de esquecimentos número 1 e número 2, ou seja, pensa ser ele próprio a fonte do sentido, criador absoluto de seu discurso, e acredita ser responsável pelo que diz.

Posteriormente, Pêcheux (1975) acrescentaria algo importante às suas formulações a respeito do sujeito, ao propor o que chamou de “uma teoria não-subjetiva da subjetividade”. (PÊCHEUX, 1995, p. 133). Vale ressaltar que, embora a noção de sujeito seja fundamental, há, quando se fala em não subjetiva, uma descentralização dessa noção, isto é, no discurso o sujeito não é apreendido como um sujeito em si, mas como um sujeito constituído socialmente, com características que articulam entre si inconsciente e ideologia. Esse inconsciente aparece na língua quando as palavras faltam e os equívocos são produzidos, mostrando que a língua é um sistema passível de falhas, que permitirão o deslizamento dos sentidos, os quais, por sua vez, deslizarão para outro(s) sentido(s) possíveis.

Assim, teoria e análise, em AD, não apontam para o fechamento nem tampouco para a transparência, o que leva a que se abram espaços para a falha, para o silêncio e para a alteridade, em razão da falta ou da marca da incompletude. Em outras palavras, é por meio da incompletude da linguagem que temos a emergência dos sentidos.

Sujeito empírico ou posição sujeito, o fato é que o filho de Múcio de Castro não se subordinava nem a regras, nem à língua, e é dessa (in)subordinação na/pela língua que trataremos no próximo item deste capítulo.

1.2 A (in)subordinação e a contradição marcadas na/pela língua

A Análise do Discurso fundamenta-se na aproximação de dois campos – o da língua e o da história –, e é isso que levará a que a articulação de determinados conceitos e a realização de certos recortes decorram da questão formulada pelo analista diante de um discurso a analisar. Em nossa perspectiva discursiva de abordagem do discurso veiculado n’*O Pasquim*, para melhor compreender essa articulação entre a língua e a história, ao tomá-lo como objeto de estudo, foi preciso pensar *O Pasquim* como um espaço de resistência e de prática política.

Aqui, especificamente, essa percepção acerca do discurso enquanto prática que transforma as relações sociais, bem como a percepção de que o discurso, como político que é, é também atravessado pela contradição, fundamenta-se em Pêcheux (1975), para quem o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico e a representação, no interior da língua, produz efeitos das contradições ideológicas que, inversamente, manifestam a existência da materialidade linguística no interior da ideologia. Dessa forma, tem-se que o discurso não pode ser reduzido à língua, nem mesmo pode ser entendido ideologicamente como “representação”, visto que estabelece uma relação com o campo teórico diversa daquela estabelecida pela língua.

Gadet e Pêcheux (2004, p. 63) destacam que “a ausência de um conceito não produz seu simples contrário” e, reportando-se às lições de Milner (1978), lembram que em toda a língua se consagra o equívoco, uma vez que há um impossível que se assenta sobre o real da língua (alíngua). Dessa forma, “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

Destacam Gadet e Pêcheux (2004) que durante a Revolução Russa a língua foi importante instrumento, pelo qual o “homem novo se prepara para acabar com as contradições da luta de classe”, batalha à qual se referem pelo uso do termo “jardinagem” (p.

93). Lembram os autores que aquela ditadura tentava impor aos camponeses o uso da língua oficial, sobre o que destacam:

O fracasso estratégico da revolução em relação ao campesinato, arrastando consigo um processo de decomposição progressiva das contradições de base da sociedade soviética, repercutiu, através da divisão social e política do trabalho, no conjunto dessa sociedade, encontrando, em toda parte, matéria para agravar-se. E, paradoxalmente, essa divisão do processo revolucionário contra si mesmo tomou a forma de uma vontade de unificar a sociedade, rechaçando tudo o que podia retardar a realização imaginária dessa unidade. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 94)

E concluem: “Nesse ponto, o impossível e a contradição se conjugam, manifestando o real da história” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 94). É apoiando-nos, portanto, nos ensinamentos de Gadet e Pêcheux sobre as línguas nacionais que pensamos, nesta dissertação, no trajeto dos sentidos *possíveis e impossíveis*, lembrando que o materialismo histórico baseia-se na contradição existente no real da história. Nessa mesma perspectiva, Courtine (2006, p. 89) afirma que “o discurso extrai sua legitimidade do fato de falar *em nome de*: da história, dos mortos. E é preciso sublinhar aqui a importância histórica, tanto política quanto cultural”.

Para a Análise do Discurso, a contradição consiste em condição necessária para a interpretação e reconstituição da parte apagada na reformulação. A contradição é, portanto, o trabalho teórico-prático do discurso e se dá entre as diferentes posições-sujeito de mesma formação discursiva (que, por vezes, chamaremos de FD). Cabe destacar que a interpretação não se limita à decodificação dos signos, nem se restringe à descoberta de sentidos exteriores ao texto, visto que o sentido nunca se dá em definitivo. O movimento da contradição se dá pelas aberturas, pelos espaços, e, nesse jogo entre materialidade linguística e não linguística, cada sujeito, inserido em uma dada FD, (re)produz o sentido que quer evidenciar numa determinada situação. Dessa forma, tanto as palavras quanto as imagens adquirem significados distintos em razão da posição ocupada pelo sujeito na FD em que está inscrito.

Para Orlandi (2005, p. 43), a formação discursiva define-se como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito. Para a analista de discurso, este “se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. Disso se infere que o *sentido* das palavras se dá pela força da ideologia e que sua significação será diferente

dependendo da FD na qual se inscreve. É com base na maneira como a ideologia produz seus efeitos que o sentido (determinado pela ideologia) será materializado no discurso.

Em Pêcheux (1975), a noção de FD se entrelaça com a noção de ideologia e tal conceito corresponde, para o autor, a um domínio do saber, cujos enunciados discursivos se relacionam com a ideologia vigente, determinando, de acordo com uma posição dada, “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), apagando, dessa forma, o que não pode e não deve ser dito.

Considerando que esse *poder dizer* está regulado pela FD, Pêcheux, ao mesmo tempo em que nos mostra que o sentido de uma FD está relacionado com as diferentes posições que o sujeito assume no discurso, esclarece que a posição está ligada com a formação ideológica (FI) e com a formação discursiva em que o sujeito está inscrito. Entendemos por FI as representações e ideias que uma classe tem do mundo, sendo tal visão materializada pelo discurso. Pêcheux chama atenção ainda para o fato de que palavras e/ou enunciados se combinam e “*mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido, em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem” (1995, p. 160 _ grifos do autor), razão pela qual podem mudar de sentido ao passar de uma FD para outra.

As páginas d’*O Pasquim* são povoadas por enunciados que mudavam *de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam*, assim como povoavam a interpretação do leitor. Insubordinação e contradição eram intrínsecas à constituição d’*O Pasquim*. Seu embrião foi, segundo Jaguar (2006, p. 7) – um dos idealizadores do projeto –, gerado em 1968, quando morreu o jornalista Sérgio Porto, responsável pelo tabloide semanal de humor *Carapuça*. Porto era também conhecido como Stanislaw Ponte Preta, sem o qual a equipe do jornal sabia que a *Carapuça* não seria mais a mesma, pois “o estilo de Stan era inimitável” (p. 7). Foi quando Tarso de Castro foi convidado a integrar o grupo e tornou-se sócio do projeto, decidindo que era melhor fechar a *Carapuça* e abrir outro jornal.

O Pasquim reuniu renomados jornalistas da imprensa nacional, muitos dos quais também haviam colaborado com jornais alternativos. Seu primeiro entrevistado foi Ibrahim Sued, que, na ocasião, deu ao grupo um grande “furo de reportagem” ao revelar que “o próximo general a mandar no Brasil, depois do Costa e Silva, seria um tal de Garrastazu Médici” (JAGUAR, 2006, p. 7) . Por essa razão, os 14 mil exemplares impressos foram vendidos em dois dias e mais 14 mil foram colocados à venda.

O jornal foi, segundo Sérgio Augusto (2006, p. 9), um risco, pois tratava-se de utopia imaginar “um jornal sem patrão, onde todos os colaboradores podiam escrever o que bem entendessem e como bem entendessem”. A utopia, no entanto, deu certo e *O Pasquim* teve 1.072 números publicados, o equivalente a 22 anos de vida. Destaca Sérgio Augusto:

s.d.6 - Foi, sem dúvida, um risco; quase uma bravata. Entre setembro de 1968, quando a idéia do jornal não era mais que um brilho nos olhos de Jaguar e Tarso de Castro, e 26 de junho de 1969, **quando o primeiro número chegou às bancas, os generais haviam “legalizado” a ditadura com o AI-5 e a censura apertara as caravelhas nas redações menos dóceis ao novo regime.** O Pasquim não pagou barato pela audácia de nascer já “do contra” (sobretudo contra as babaquices da classe média) e “livre como um táxi”, “equilibrado como um pingente”, incômodo como “um folião num velório”. E ainda que nos primeiros tempos fosse mais folgazão, gozador, festivo (a expressão “esquerda festiva” foi inventada por um de seus colaboradores, Carlos Leonam) e atento a questões de comportamento, aos poucos deixou-se contaminar pelo inevitável: **a indignação política.** Sem, contudo, abrir mão do velho preceito de Horácio (reciclado por Jean de Santeuil): **o riso é a melhor arma contra todas as imposturas.**” (2006, p. 9-10 - grifo nosso).

Na s.d.6, em primeira instância, observa-se a sequência *quando o primeiro número chegou às bancas, os generais haviam “legalizado” a ditadura com o AI-5 e a censura apertara as caravelhas nas redações menos dóceis ao novo regime*, que remete a uma posição-sujeito de resistência ao regime. As redações menos dóceis eram aquelas que resistiam, que não silenciavam diante dos atos da ditadura e que, mesmo sendo alvo dos mais diversos atos repressivos dos militares, serviam de instrumento de denúncia. Muitos desses, tal como o *Pasquim*, apelavam para o uso do riso, *a melhor arma contra todas as imposturas*.

A fala de Sérgio Augusto é do ano de 2006, ocasião em que se organizava o material para a publicação da obra *Antologia*, na qual o depoimento foi publicado. Percebe-se, com base em sua fala, que o imaginário de si que os “colaboradores” d’*O Pasquim* tinham na época, de um jornal “incômodo” e “perturbador”, ainda tem força na contemporaneidade. Augusto destaca, ainda, a grande filosofia que sustentou, não *O Pasquim*, mas a posição-sujeito que ele representava: *o riso é a melhor arma contra todas as imposturas!*

Nessa perspectiva, Orlandi (2005, p. 49) lembra que o sujeito discursivo é pensado como “posição” e, com base em Foucault (1969), afirma que não se trata de uma forma de subjetividade, mas de um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. Atua, aí, ainda, o trabalho ideológico, que, como trabalho da memória e do esquecimento, faz com que o dizer produza seu efeito de literalidade só quando passado para o anonimato. É embutido no humor daquilo que é dito e que é negado pela posição sujeito que se revelará aquilo que é velado, silenciado. O riso incentiva o desvio à norma, oferece um acordo, porque simula o silêncio

daquilo que não pode e não deve aparecer. Na perspectiva discursiva, esse silêncio pode vir marcado na língua, na imagem, no símbolo, no desenho gráfico e significa, torna-se visível, por ser visível nas marcas do passado (pelo já-dito) e ser “tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar” (ORLANDI, 1995, p. 105).

Segundo Courtine (2006, p. 88), “o discurso político é um lugar de memória”, que é composta por “furos de memória” (p. 97), os quais conduzem, por sua vez, a pensar nos mecanismos psíquicos do recalçamento, ausência que deixa traços. Para ele, há dois tipos de formação discursiva a serem considerados com relação à memória: “o discurso é reiteração, lembrança, reprodução, repetição na ordem de uma memória plena ou saturada; mas ela é também vazio, vácuo, inconsistência, repetição na ordem de uma memória lacunar: **uma política do esquecimento**” (p. 96-97 – grifos do autor).

Desse modo, ao fazer uso de expressões tais como *redações menos dóceis, já do contra e indignação política*, o discurso permite a emersão de sentidos, oriundos da memória, do inconsciente, e que contribuirão para a interpretação. Pode, ainda, a interpretação se enraizar na repetição, nos elementos de regularidade, de repetição, de lembrança.

O Pasquim não nasceu revolucionário. Em seus primeiros números tratou muito de futebol, amenidades, música, teatro e cinema. Seu estilo irreverente, contudo, era inato, Tarso de Castro debochava de tudo e de todos, de amigos e desafetos, e “fazia o humor mais juvenil, petulante e agressivo do grupo” (AUGUSTO, 2006, p. 10). O tabloide ganhou muito prestígio e antes que chegasse à trigésima edição já estava com uma tiragem semanal de duzentas mil cópias. O leitor padrão do jornal (70% do total) tinha entre 18 e 30 anos, ou seja, representava o “filé mignon do mercado (p. 10). A ditadura e seus apóstolos, no entanto, não integravam a lista de fãs e tentaram destruir *O Pasquim* por todos os meios; por isso, “os militares da ditadura vigiaram com crescente vigor as gracinhas do tablóide” (p. 10). Seu 39º número chegou às bancas, em março de 1970, com o aviso: “Este número foi submetido à censura e liberado”. O fato de vários cortes terem sido feitos pela censura não estava anunciado, no entanto, embora silenciada, o leitor mais atento podia identificar a ação dos militares quando via, naquela capa, uma imagem de Sig, um ratinho que se tornou símbolo do jornal, fantasiado de Estátua da Liberdade, suando de medo e empunhando, à guisa de tocha, um *Pasquim* em chamas.

É o medo, então, instaurado pelos violentos atos de repressão dos militares, que torna necessário, para que determinados sentidos sejam postos em circulação, a exemplo do percebido na s.d.5, que o sujeito encubra, dissimule, pelo uso do humor e da brincadeira.

Bauman (2000, p. 66), ao falar do medo cósmico, religioso, afirma que “noites calmas compensariam a dócil obediência diurna” e na sequência conecta esta mesma lógica ao “medo político, que é uma réplica do seu protótipo, o medo cósmico”. (p. 66). Destaca o autor que, “enquanto seguíssemos o roteiro ao pé da letra, teríamos certeza de que os poderes aterradores estariam cochilando nos bastidores”. Para ele, a vulnerabilidade tem de ser fabricada, não bastando proferir as normas a serem cumpridas, “é necessário, além disso, o terror do castigo para os que desobedecerem às normas, sejam elas quais forem” (p. 66). Destaca ainda que a sabedoria das normas pode ser questionada, mas sua conformidade, seja qual for, não pode ser discutida.

Se o riso foi, em outros tempos, adversário do medo, a modernidade os colocou como aliados, colocando aquele a serviço deste:

O medo não mais se aplica a sufocar e silenciar o riso. É como se o poder tivesse escolhido o riso como seu abrigo mais seguro; como se o medo quisesse mais riso/espaço para se esconder, de modo que a resistência ao poder produtor de medo fosse bloqueada antes de nascer e, se eclodisse, deixasse intacto o que é temível. (BAUMAN, 2000, p. 68-69)

Prosegue Bauman afirmando:

Dizer que a essência passou para o lado das aparências, de modo que todo esforço para captar a essência leva à floresta de aparências, e que o riso é o som que faz ouvir o medo vem a ser a mesmíssima coisa. O riso já não pressagia rebeldia; antes, é reconciliação com o medo, submissão e reconhecimento de sua invencibilidade, decisão de encará-lo alegremente e intenção de domesticá-lo e explorá-lo em benefício do eu. (p. 69)

O medo oficial, ou medo político, produzido pelo poder, segundo Bauman (2000, p. 69), assemelha-se ao seu ancestral, o medo cósmico, no entanto, o medo oficial “com endereço certo no supervigiado mapa das repartições governamentais foi isolado e desintegrado, com a poeira da demolição espalhando-se por toda a vasta extensão da vida pessoal” (p. 69). Para o autor,

chegou a hora de mediar o medo fabricado, que já é uma mediação – a hora de mediá-lo com os incontáveis terrores individuais classificados na rubrica da incerteza, da insegurança, da instabilidade, todos a proclamar (em vários graus e níveis de franqueza) o poder desumano do medo criado pelo homem. (BAUMAN, 2000, p.69).

Retomando nossa reflexão sobre *O Pasquim*, é necessário considerar que o fato de que as edições passavam previamente por uma censura não significava que o jornal estivesse livre de outros tipos de agressão. Alguns dias antes da publicação em que Sig segurava uma edição em chamadas d'*O Pasquim*, uma bomba fora colocada na edição do jornal, “que só não explodiu por incompetência dos terroristas, gente da própria polícia”. (AUGUSTO, 2006, p. 12). Além disso, algumas edições, não obstante “aprovadas” e “liberadas”, foram inopinadamente recolhidas das bancas por alguma autoridade não satisfeita com o trabalho dos censores.

Em outubro de 1970, Jaguar decidiu produzir uma sátira com o quadro de Pedro Américo em que dom Pedro I, às margens do Ipiranga, grita “independência ou morte”. No lugar da célebre frase, o imperador brasileiro aparecia em *O Pasquim* erguendo a espada por uma reivindicação menos nobre: “Eu também quero mocotó!”, parodiando o sucesso musical da época de Jorge Ben:



Figura 1 – Eu Quero Mocotó
Fonte: AUGUSTO, 2006, p. 172.

Como podemos observar no texto, o humor dava à publicação ares de “brincadeira”, mas com ela *O Pasquim* mostrava a que viera: o jogo de sentidos usado entre o ato que consolidava a independência – liberdade – do Brasil e a banalização – ou ridicularização – do ato configurava-se em forte crítica à ditadura e ao cerceamento da liberdade do brasileiro, portanto, os sentidos proibidos se revelavam.

Curioso é o fato de que, se observarmos a imagem, de onde parte o enunciado inscrito no balão, a qual traz a figura de um general com a espada em punho, encontramos também a duplicidade de sentidos: no lugar do imperador, o general; ao invés de independência, mocotó. O deslizamento de sentidos ocorre, portanto, entre liberdade e mocotó, que pode significar tanto substância gordurosa do gado (tutano) como do homem. Nesse caso, um significado do grito do Ipiranga seria de “caldo suculento, substancioso”, ou seja, o grito da liberdade rende uma boa fala, já que, assim como rendeu muitas vantagens ao imperador, sobretudo fama e poder, também renderá energia aos militares. A censura estaria, a exemplo do tutano, “engordando”, ou garantindo a manutenção dos militares no poder. Há ainda de ser ponderado o fato de que o óleo do mocotó é (e foi muito mais em tempos passados) usado com efeitos medicinais, como remédio para o couro cabeludo ou como fortificante e/ou estimulante para enfermidades como dores musculares ou relacionadas à fraqueza nas pernas. Quando clama por mocotó, portanto, o discurso pasquiniano pode estar clamando por uma ação fortificante, denunciando que atos de violência (ou enfraquecedores) vêm acontecendo, bem como pode estar sugerindo que os militares, apesar dos dispositivos de repressão e de censura, necessitam de forças nas pernas.

s.d. 7 – Eu quero mocotó!!

Outro deslizamento provocado pela s.d.7 tem relação com a sonoridade da palavra mocotó em contradição com o trotar do cavalo, “pocotó”. Assim como não é a mera mudança da palavra a responsável pelo sentido, mas o que essa mudança significa numa perspectiva discursiva, não é o trotar do cavalo do imperador que está em evidência, mas o trotar dos cavalos dos militares que fazem a ronda, a perseguição. É a denúncia contra a ditadura que, pelo silenciamento, se revela.

É na estrutura da língua que *O Pasquim* busca sua estratégia de fazer rir. O efeito metafórico provocado pela troca de um único fonema decorre, conforme Edward Lopes (2003, p. 49-50), do fato de que “essa independência entre o plano de conteúdo e o plano da expressão protege a arbitrariedade do signo lingüístico, possibilitando o aparecimento do simbolismo e da semiose”. Prossegue o linguista:

Podendo qualquer sentido associar-se, por convenção semiótica, a qualquer combinação de elementos fônicos, a língua pode produzir mensagens sempre novas – ou seja, capazes de traduzir teoricamente qualquer tipo de experiência –, valendo-se de um número muito reduzido de fonemas. (2003, p. 50).

A experiência à qual Lopes se refere, neste caso, é a de denunciar, pelo ridículo, a ação – também ridícula, segundo a ideologia pasquiniana – dos militares e da ditadura. A importância do fato histórico do grito de independência é reduzida a um clamor por mocotó, assim como a liberdade em si vem sendo reduzida, cerceada pelos militares.

Para Pêcheux (1995, p. 160), as palavras adquirem seu sentido em referência às posições daqueles que as empregam, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais tais posições se inscrevem. Para o autor, “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações ideológicas que lhe são correspondentes.”.

Destaca ainda Pêcheux que uma mesma palavra ou expressão pode receber sentidos diferentes – “todos igualmente evidentes” (1995, p. 161) – com base na FD na qual está inscrita. Em outros termos, uma palavra não tem *um* sentido que lhe seria “próprio” ou literal, seu sentido é constituído ideologicamente, com base “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (p. 161). Da mesma forma, Pêcheux afirma que, se, por um lado, admite-se que as palavras podem mudar de sentido ao mudar também a FD, por outro, é necessário compreender que “palavras literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’, o que [...] representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido” (p. 161).

Há, aqui, então, duas ideologias ou duas formações discursivas antagônicas, de um lado, *O Pasquim*; de outro, o governo militar. Para criar um efeito de evidência, a s.d.7 faz

um jogo de sentidos com as palavras *mocotó* e *pocotó*, provocado (e permitido) pelo efeito metafórico, o que reforça a função persuasiva e de denúncia do discurso pasquiniano. Ao se substituir um fonema (“m”) por outro (“p”), provoca-se o efeito metafórico, que será responsável pelo deslizamento de sentidos, sendo possível, dessa forma, inferir os sentidos inerentes ao discurso de resistência.

A sequência discursiva, ao mesmo tempo em que, pela ridicularização, denuncia a perda da liberdade “conquistada” por dom Pedro, atribui a responsabilidade por tal perda aos militares, representados pelos seus cavalos.

Em decorrência desse ato de resistência⁷, dias depois desta publicação foram presos Jaguar, Sérgio Cabral, Ziraldo, Paulo Francis, Fortuna, Flávio Rangel, Paulo Garcez (fotógrafo do jornal) e José Grossi, diretor comercial. Apenas um mandado de prisão não pôde ser cumprido, o de Tarso de Castro, que conseguira escapar. Dois dias após, no entanto, Tarso se entregaria à polícia após saber que haviam levado sua esposa, Bárbara Oppenheimer. As duas semanas inicialmente previstas para a prisão dos jornalistas se transformaram em dois meses e a razão pela qual foram presos, no entanto, segundo Cardoso (2005, p. 137), nunca lhes foi revelada.

O afastamento dos jornalistas ficou conhecido como “gripe do Pasquim”, A expressão metafórica gripe foi a forma que o jornal, sob censura, encontrou para informar os seus leitores sobre o que estava acontecendo na redação, na qual todos estavam “gripados”. Os jornalistas estavam todos “gripados”. A gripe, na verdade, era o vírus da interdição pela censura e a prisão a ferramenta de tal interdição. Neste caso, funcionou a estratégia do grupo de jornalistas d’O *Pasquim*, que sempre encontrava artifícios para driblar a censura e posicionar-se criticamente sobre o que acontecia na época, por meio do recurso ao humor. Muitos foram os textos em que palavras consideradas impróprias ou de baixo calão pelos censores tinham de ser cobertas com asteriscos, ato que foi satirizado na capa da edição de número 34, publicada em 18 de fevereiro de 1970:

⁷ Na perspectiva da AD, a resistência é tida como inerente à língua e sua constituição é compatível com a natureza do instável, do heterogêneo e do contraditório de um sistema não fechado. Esta noção de resistência será oportunamente trabalhada no item 2.4 desta dissertação.

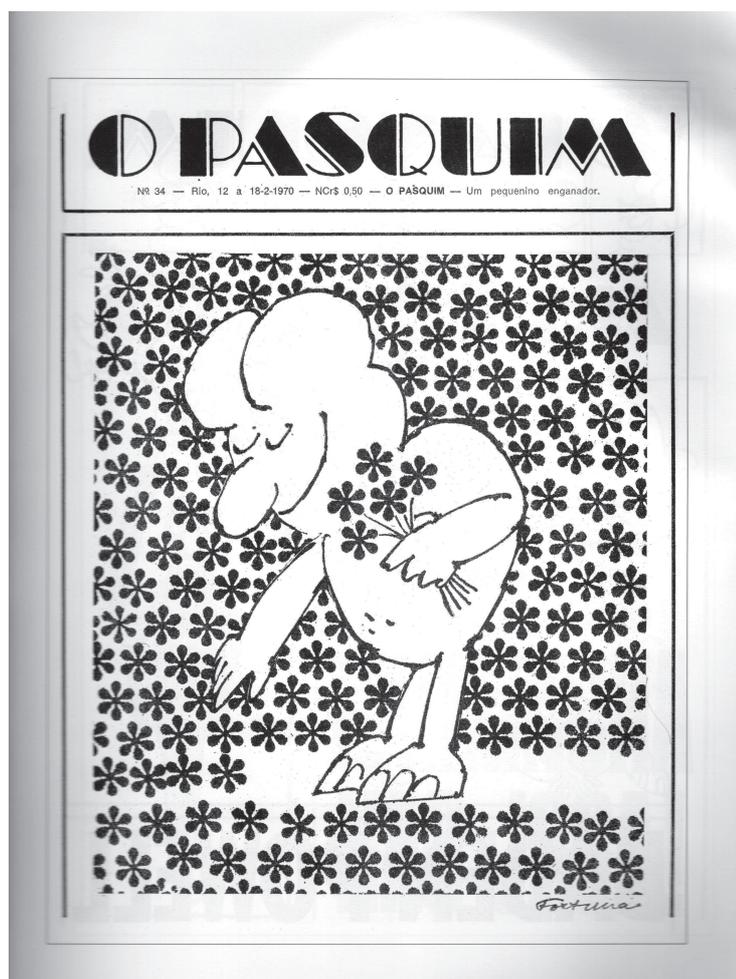


Figura 2: Capa nº34 – Sig colhendo asteriscos
 Fonte: AUGUSTO, 2006, p. 339.

Num primeiro olhar à trigésima quarta capa d’*O Pasquim* via-se um ratinho colhendo flores, todavia, uma análise mais atenta perceberia que as flores colhidas por Sig consistiam nos asteriscos com que muitas palavras eram cobertas pela censura nas edições. O que “confunde” o leitor no jogo de sentidos entre flores e asteriscos são os pequenos caules (de flores) que sustentam os asteriscos, que formam um pequeno buquê na mão de Sig. As flores sendo colhidas podem nos remeter à compreensão de que há o desejo de “arrancar os asteriscos” e, portanto, de que a censura seja banida. Representam também mais uma artimanha para informar o leitor sobre o que acontece nos bastidores da redação e para dizer o que não pode ser dito, além de sinalizar para os não ditos constitutivos do intradiscurso pelo funcionamento do interdiscurso.

Por trás dos asteriscos estavam o silêncio total, as opiniões silenciadas à força pela censura e pela interdição. Os asteriscos, na capa representados por flores, tornam-se símbolo da censura e permitem ao leitor entender que o jornal passava por forte pressão dos militares, que ocupavam o poder no período.

Embora a crítica política tenha ganho muito destaque nas páginas d'*O Pasquim*, este não era o único alvo da irreverência dos colaboradores do tabloide. Foi nas páginas do jornal que se popularizaram expressões que seriam mais tarde imortalizadas, tais como “barato”, “curtir” e “sarro”, bem como gírias como “balaco” ou “balacobaco”. Outras expressões (bastante eufemísticas) fizeram o jornal cair na boca do povo e nos verbetes do Aurélio, tais como “duca”, “paca”, “mifu”, “sifu” e “nusfu”. Tais expressões se traduzem na “iminência do não-dito que pode dizer” (ORLANDI, 1995, p. 72), uma vez que, segundo Dagneze e Schons (2009)⁸, as proibições linguísticas também são formas de representação e vêm determinadas pelas relações sociais.

A capa da edição comentada permitia, ainda, outro deslizamento de sentidos: uma versão mais “paz e amor” de Sig, o ratinho d'*O Pasquim*. A década de 1960 (em especial o ano de 1968) foi marcada pela “revolução da contracultura” no Brasil e no mundo, com atos de protesto como o Levante de Paris, o Festival de Woodstock, a passeata na Candelária, a marcha sobre Washington, dentre outros, tais como o movimento *hippie*, cujo slogan era “faça amor, não faça guerra!”. Este movimento, embora nascido nos Estados Unidos nessa década, só ganharia força em países como o Brasil no início da década de 1970, período que coincide com a publicação da trigésima quarta edição d'*O Pasquim*. O “paz e amor” estava, então, em “evidência”, o que representa condição de produção que permitia a interpretação do sentido (não) silenciado pelo texto da capa do jornal.

A imagem de flores sendo colhidas fazia emergir sentidos que iam ao encontro dos ideais do movimento hippie e, por conseguinte, movimentava sentidos referentes às questões ambientais, à liberação sexual e ao protesto contra armas nucleares. Com isso, Sig pregava também um movimento de paz e liberdade, posicionando-se contrariamente à ação militar e aos seus atos de violência e de censura. Essa era a razão, então, do anúncio na capa do jornal. Vejamos a s.d.8:

s.d.8 – Nº34 – Rio, 12 a 18-2-1970 – NCr\$ 0,50 – O PASQUIM - **Um pequenino enganador**

⁸ “Trapaceando” a língua no governo Médici: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal Pasquim. Artigo inédito de autoria de Carme Regina Schons e Cinara Sabadin Dagneze, apresentado no II Simpósio Mundial de Estudos em Língua Portuguesa, Évora – Portugal: Universidade de Évora (2009) e aguardando publicação.

O pequenino enganador, neste caso, era (representado por) Sid, pois os caules são a base, a sustentação da flor, mas, também, na imagem, permitem que seja sustentado outro dizer, “enganando”, dessa forma, a censura. O gesto de resistência do sujeito autor (na imagem do Sig) se constitui em mostrar que, mesmo que o asterisco imposto pelo censor tente mudar ou esconder a palavra, não obtém êxito, porque a base (os galhos, o caule) sustenta um outro dizer, que é compreendido pelo leitor.

Dentre as tantas expressões popularizadas pelas páginas d’*O Pasquim*, uma em especial daria o que falar na edição de n. 64, de setembro de 1970, para a qual Tarso de Castro prometera revelar a lista de mulheres famosas com quem já se envolvera, sob o título de “Jáco” (CARDOSO, 2005, p. 127). A poucos minutos do fechamento da edição, contudo, Tarso ainda não aparecera na redação, para o desespero de Jaguar, que pedira a Fortuna, o editor de arte, para diagramar a página com uma imensa foto de Brigitte Bardot e outras fotos menores de mulheres célebres. Então, a 5 minutos do fechamento, chegou Tarso de Castro, que se sentou em frente a sua Olivetti e começou a escrever freneticamente. Dois minutos depois gritava: “Fechado!”. Espantados, os demais foram conferir o que o editor redigira em tempo recorde: três laudas com a palavra blábláblá:



Figura 3: Blá blá blá – 1ª parte
Fonte: AUGUSTO, 2006, p. 162.



Figura 4: Blá blá blá – 2ª parte
Fonte: AUGUSTO, 2006, p. 163.

O texto de Tarso foi um sucesso. No alto da página o espirituoso Sig, desenhado por Jaguar, advertia “Esse blabláblá de botequim todo mundo já conhece!”. Ao final do texto uma nota da redação explicava aos leitores a razão de tanto blábláblá: “Estas são algumas das mulheres, sôbre as quais Tarso prometeu escrever, dizendo que jáco. Provavelmente deve estar jácom mais uma, pois não entregou o texto”.

Embora a opção por publicar o blabláblá se justifique pelo prazo exíguo para entregar o texto, o jornalista não o fez sem ter a consciência de como “a brincadeira” seria interpretada. Assim, a justificativa de falta de tempo para a elaboração do artigo não é tão inocente como pode parecer. O fato é que um dos mais polêmicos jornalistas da época não silenciaria inconscientemente o que pretendia dizer, mas valia-se do artifício de humor para revelar que não tinha liberdade para publicar a informação prometida. Se Tarso publicasse ali a informação das mulheres que “já comeu” estaria, com certeza, provocando a ira não só da censura, mas de pessoas sem qualquer relação com o governo do regime militar.

A promessa feita pelo jornalista de que divulgaria a lista das mulheres com que já havia se relacionado (ou que já havia “comido”) não podia ser cumprida. Era preciso silenciar, conscientemente. A estratégia encontrada por Tarso de Castro e pela edição d’*O Pasquim*, no entanto, permitiria – mais uma vez – que muito fosse revelado. A opção pelo uso do blabláblá faz ressoar no eixo da formulação, pelo funcionamento do interdiscurso, o “sentido” dado a tal expressão, à qual se recorre quando se pretende dar a ideia de continuidade, de que aquilo que é silenciado, além de ter continuidade, tem significativa extensão. Tal trecho, no entanto, só é substituído pelo blábláblá quando o interlocutor pode – por meio das condições de produção e pela ação da memória – antecipar o que é suprimido.

s.d.9 – Jáco! Esse blá, blá de botequim todo mundo já conhece.

O texto da s.d.9, dito por Sig, faz ressoar também outro sentido ao qual se recorre frequentemente, o de que as conversas de botequim, em especial aquelas que revelam nomes de mulheres já levadas para a cama, são fruto de ilações exageradas e – muitas vezes – inverídicas. Tal blabláblá, portanto, não seria merecedor de crédito, uma vez que Sig atribui a ele o mesmo caráter de uma “conversa de botequim”.

Há de se considerar, ainda, que a promessa da divulgação de uma lista de nomes pode sugerir outro tipo de revelação. Se, à época, era incontável o número de presos e perseguidos

políticos, bem como era muito expressiva a lista de desaparecidos, a ideia da revelação de uma lista de nomes poderia parecer bem menos informal do que um bate-papo de botequim, pois poderia ser a revelação de que os bastidores militares escondiam muita coisa. A sugestão de uma revelação provoca análise, incita uma reflexão (do leitor) a respeito e, ao silenciar – silêncio que vem “disfarçado” de blábláblá –, diz e significa. Tal revelação podia, portanto, ser bem menos despretensiosa do que seria uma lista de possíveis amantes de Tarso de Castro, mas podia ser a revelação de que atos de resistência estavam sendo calados com perseguições e mortes.

Para a Análise do Discurso há um significativo vínculo entre o silêncio⁹ e a interpretação, merecendo também a incompletude especial destaque quando o assunto é discutido. Afirma Orlandi (1996a, p. 11) que “o dizer também não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso”, pois os diferentes gestos de interpretação cotidianos são indispensáveis para a configuração dos sentidos.

Destaca ainda Orlandi (2007) que o silêncio significa que o homem está “condenado a significar” (p. 29) e que “a linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No sujeito, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente” (p. 29). Logo, na perspectiva do analista do discurso, o silêncio pode representar a dominação (opressão) ou o oprimido (resistência). Prossegue a autora afirmando que *o silêncio é fundante*, ou seja, é significante por excelência, é o real do discurso. Nessa perspectiva, “o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*.” (ORLANDI, 2007, p. 31 – grifos da autora).

O que foi, portanto, silenciado pelo blábláblá remete a uma interpretação, a um sentido, mesmo dentre muitos sentidos a serem interpretados, possíveis. Quando se pensa naquilo que é silenciado, pensa-se também no “avesso da estrutura”. “Então, ao invés de pensar o silêncio como *falta*, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como *excesso*.” (ORLANDI, 2007, p. 30 – grifos da autora). Em outras palavras, o blábláblá de Tarso de Castro não consistia numa falta, mas evitava o excesso.

O sujeito, segundo Schons e Grigoletto (2007, p. 216), “não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de efeitos de linguagem; por isso, é sempre afetado pelo inconsciente e pela alteridade.” Para as autoras, é em função do *sujeito-leitor* que ocorre a ruptura dos sentidos, visto que este sujeito, a exemplo do discurso, “possui a característica da incompletude” (p. 216). Prosseguem lembrando que todo discurso deixa *marcas* que remetem a diferentes possibilidades de leitura; no entanto, salientam que, embora

⁹ O conceito de silêncio será retomado no item 2.4 desta dissertação.

haja uma pluralidade de sentidos, não é possível fazer qualquer leitura, pois há sempre a cristalização de *um* sentido dominante.

É por essa razão que um discurso não é interpretado em si, mas com base nos atravessamentos que nele ocorrem, o que também justifica o fato de que o sentido deste discurso não é nem evidente, nem transparente. Schons e Grigoletto, citando Indursky, justificam a incompletude do discurso pelo fato de que o sentido do texto, consideradas suas condições de produção,

resulta da interlocução estabelecida entre os sujeitos historicamente determinados [...]. **O sentido não pertence, de direito, nem ao texto nem ao sujeito que o produziu**, mas é o resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos na sua produção/interpretação. (2007, p. 217 – grifo nosso)

No caso de nosso *corpus*, também vamos encontrar essa duplicidade porque alguns leitores podem perceber o discurso d’*O Pasquim* como um elogio à política dos militares; o gesto de leitura de outros sujeitos, por sua vez, os faz compreender tal discurso como uma negação a essa política.

Mais uma vez Orlandi destaca a completude e a incompletude do silêncio:

Quanto à completude, já tivemos ocasião de observar em diversas ocasiões que a incompletude é fundamental no dizer. É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o “nada”. **Mas o silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala**, mais possibilidades de sentidos se apresentam (2007, p. 47)

A falta à qual se refere Orlandi é percebida na capa em que Sig aparece colhendo asteriscos, conforme já analisado na s.d.8. A falta, o “nada”, presente na capa, ou seja, o silêncio, que não dizia, mas se multiplicava em sentidos, significa pelo não-dizer. Para a autora (2006, p. 18), antes de se compreender o sujeito na AD é necessário compreender a forma-sujeito, explicada – com base em Althusser – como a única forma pela qual qualquer indivíduo, ou ser social, revestido dela, pode ser agente de uma prática. “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”

(ORLANDI, 2006, p. 18). Sobre o sujeito, lembra Orlandi, com base em Pêcheux, que não se pode pensá-lo como origem de si, e reforça que o sujeito é interpelado pela ideologia, do que resulta uma forma-sujeito histórica, a qual, por sua vez, sofre um processo de individualização pelo Estado. Assim, o sujeito deixa de ser biológico e psicológico e passa a ser um ser social.

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. **A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado.** Não se quantifica o assujeitamento. Quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito ou pouco, ou mais ou menos. [...] Não se pode dizer-se não afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. (ORLANDI, 2006, p.19).

Em outras palavras, para dizer – e significar –, o sujeito se submete à língua. O fato de que o “homem está condenado a significar” justifica-se em razão de que já se supõe interpretação o simples fato de se observar algo ou alguém. Se os sentidos são interpretados pelo homem como “colados” às palavras, as condições de produção se apagam, bem como a exterioridade que o constitui. Quando um sujeito fala, está exercendo plenamente atividade de interpretação de suas próprias palavras. Sentido e interpretação aparecerão para o sujeito como transparentes. Por essa razão, as palavras, quando ditas por sujeitos diferentes, têm sentidos diferentes, que são “colados” de maneira diferente, com base em diferentes condições de produção, o que também significará nas palavras de quem as profere. Da mesma forma, as palavras de um mesmo sujeito, ao se inscreverem em saberes diferentes e, por conseguinte, em uma FD diferente, também podem significar de forma diversa.

A determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos se dá em razão de que não são eternos nem imutáveis, uma vez que históricos: “A materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos/outros lugares, outras posições.” (ORLANDI, 2006, p. 20). Conclui a analista de discurso afirmando que a AD trabalha entre o possível e o historicamente determinado: “a determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica” (p. 20).

Foi pensando na (in)subordinação e na contradição marcadas na/pela língua que organizamos este item. E é sobre o riso na política e na notícia, foco de interesse do presente trabalho, que nos propomos a refletir a partir deste ponto.

1.3 O riso na política e na notícia

Bethânia Mariani (1998, p. 59) destaca a evidência do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia, apontando que “a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias”.

A perspectiva de olhar o político através da notícia permite-nos vários pontos de partida, entre os quais o modo como a imprensa se relaciona, que se cruza e significa o que é noticiado. Neste trabalho, o político assume sentidos contraditórios, que se definem não só pelos limites do enunciado em uma notícia como também pelo silenciado (ou escancarado por meio do deboche, do riso). Nesse sentido, a notícia é sempre espaço de transgressão e contenção – transgressão pelos movimentos ao falar *sobre*; contenção pelos mecanismos de limitação, de vigília e de controle que o próprio riso denuncia.

O que impera são relações de poder. O riso, de um lado, representa poder, porque dá voz e garantia de algum espaço de liberdade de expressão, mesmo nos regimes de censura e repressão, como aconteceu no Brasil durante os anos de ditadura; neste caso, o riso atua como espaço de representação no domínio de espaços públicos. De outro lado, o riso presente na imprensa representa provocações, atuando como agente político.

No intuito de analisar a presença do riso na imprensa, por meio d’*O Pasquim*, refletindo sobre sua importância e o papel que desempenha como agente de resistência, sobretudo quando a censura se estabelece, é que voltamos especial olhar para as estratégias que tornam possível o riso – e sua significação¹⁰.

Para Bauman (2000, p. 69), “o riso já não pressagia rebeldia; antes, é reconciliação com medo, submissão e reconhecimento de sua invencibilidade, decisão de encará-lo alegremente e intenção de domesticá-lo e explorá-lo em benefício do eu”. Bauman faz, ainda, ponderações sobre o riso em Bakhtin, lembrando que, para este, “é a maneira de representar as oportunidades pela lembrança” (2000, p. 67). Questiona o conceito bakhtiniano de que “o riso é o poder dos impotentes” (2000, p. 68), justificando que a modernidade tem no riso um aliado, que não é mais sufocado ou silenciado pelo medo.

Para que seja possível compreender o riso e suas estratégias, faz-se necessário, antes, compreender as rupturas que provoca. Por significarem *paralelamente*, é necessário

¹⁰ O estudo sobre o riso e sua significação, sob uma perspectiva da Análise do Discurso, será retomado no capítulo 2.

compreender a noção de resistência e a noção de língua afetada pelo real. Baseando-nos na lição de Leandro Ferreira (2000, p. 21) para explicitar tais noções, vemos que não se pode negar a evidência da língua, mas é preciso desconfiar “de seu efeito de evidente transparência”, investigando os mecanismos que provocam essa ilusão de transparência.

Se o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela alteridade, se o autor se encontra afetado por uma ideologia e passa a escrever sentidos daquilo que entende como verdade em seu discurso e, por outro lado, se o sujeito está afetado ideologicamente e, ao estar em contato com um discurso, é afetado ideologicamente e produz sentidos, se estabelece, assim, “a ilusão de um sentido desprovido de história e de um sujeito como origem de si próprio”, além do “efeito de evidência da língua” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 21), do efeito de evidência do sentido e de evidência do sujeito.

Nessa perspectiva, Leandro Ferreira defende que há de se falar em resistência como um modo de pôr em questão a tendência de apagar o ideológico nas discussões que envolvem a linguagem. Citando Orlandi, a analista de discurso destaca que o que ocorre é um “silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível” (2000, p. 25) e conclui salientando que tal apagamento (do sujeito) “não deve ser encarado como algo negativo, pois é por essa determinação fundante, indispensável, que ele passa a existir como tal para a AD.” (p. 25).

Já no que concerne à noção de língua afetada pelo real, é necessário compreender, primeiramente, que, “em matéria de linguagem, não se pode dizer tudo” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 26). A autora, recorrendo aos ensinamentos de Lacan, afirma que esse *não dizer tudo*, no conceito lacaniano, se traduz na expressão *o dizer é da ordem do não-tudo*, que, suportado pela língua, constroi o seu *real*: “O termo *real da língua*, vindo da psicanálise e desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner, é tratado em francês como *lalangue*, o que em português corresponderia à ‘alíngua’ ” (p. 26 – grifos da autora). Prossegue a autora:

[...] o fato de que o impossível dá lugar a uma proibição explícita prova que existe pelo menos um lugar de onde se fala do que não se pode falar. Esse lugar é a *alíngua*, ou o *real da língua*, o *inconsciente*. O real, que é da ordem da língua, se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um “impossível”, inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer “as palavras faltam”, o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição. A existência desse lugar singular – que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber no *equivoco* e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 26 – grifos da autora).

A analista de discurso lembra que é necessário trabalhar as dissonâncias entre a língua e o real da língua, e não colocadas à margem como se fosse “um ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 1997). A língua é, portanto, voltada ao equívoco.

Outras duas noções que se mostram importantes para que possam ser reveladas as estratégias do riso são a de ambiguidade – cuja prática pode ser entendida como um “jogo da/na língua que põe em funcionamento mecanismos de indeterminação em graus variáveis.” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 71) – e a de equívoco.

A ambiguidade, para as teorias linguistas, é a representação da duplicidade de sentidos. A busca para que tal “erro” seja eliminado implica a crença de que tão somente *um* dos sentidos “cabe” ou “cola” no discurso, jamais ambos. Enquanto percebe-se, nas teorias linguistas, o esforço para que sejam eliminadas as multiplicidades de sentido – uma vez que a língua é vista como sistema e só conhece sua ordem própria, razão pela qual essas teorias voltam seu olhar tão somente para o estudo da língua – a Análise do Discurso volta seu olhar para o equívoco, não para a ambiguidade, por permitir elaborar um conceito de língua que, na sua própria materialidade, admite contradições. Para a AD, não existe uma relação simétrica entre o real da língua e o real da história, mas uma exterioridade constitutiva que envolve a relação língua, discurso e sentido.

Tais conceitos significam na medida em que entram em cena a ideologia e a formação discursiva. Desse modo, na AD não se trabalha a dicotomia língua x fala, pois, para os analistas de discurso, a língua não é tão somente instrumento de comunicação. Nessa perspectiva, a ambiguidade constitui-se num ponto de difração, visto que os deslocamentos por ela provocados nos levam a conceber a língua como constitutiva e historicamente determinada.

Leandro Ferreira (2000, p. 79), valendo-se dos ensinamentos de Gadet (1981), destaca que a língua passa a ser vista por um novo viés: “deixa de ser juíza implacável que não admite transgressões no cumprimento do ritual”. Para a analista de discurso (Leandro Ferreira) é importante compreender o papel que ambiguidade e equívoco representam dentro da mudança de perspectiva sobre o que é ambíguo e o que é equívoco, bem como sobre o que tem de ser *resolvido*, *suprimido*, e o que tem de ser *compreendido*.

Na AD, “o equívoco deixa de ser o problema para ser o modo de acesso à dimensão que interessa investigar” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 80). É, ainda, a revelação de uma multiplicidade – possível – de sentidos, inscritos na história, que afasta a ilusão do “isso ou aquilo”. Com essa mudança de perspectiva, a opacidade ocupa o lugar da transparência; a

multiplicidade, o lugar da univocidade; e a dispersão de regularidades, o objeto instável e heterogêneo ocupam o lugar da regularidade. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 80-81).

É necessário compreender, ainda, que falar de língua é falar de falta, uma vez que nunca é possível dizer tudo e sempre faltarão palavras; é o *impossível* de ser dito, ou o agramatical, que, por sua vez, refere-se à estrutura, ao inaceitável para o enunciado. Esse impossível se correlaciona com o equívoco, com as falhas da língua, que estão presentes o tempo todo no discurso jornalístico, assunto sobre o qual nos debruçamos no próximo item.

1.3.1 O discurso jornalístico, o discurso *de* e o discurso *sobre*

A prática discursiva jornalística não tem a autonomia que o senso comum supõe, tampouco é “responsável pelo modo como produz as notícias” (MARIANI, 1998, p. 60). Sobre o caráter institucional da prática discursiva jornalística, o leitor há de ser envolvido por um aspecto de convencimento, para tanto, os jornais têm de explicar aos leitores aquilo *sobre o quê* se fala, criando um processo de encadeamento que é responsável pela “ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para o ocorrido” (p. 60). É o *discurso sobre* presente na mídia.

Discursos *sobre* são, segundo Mariani,

[...] discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. São discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja este. Representam, de modo geral, lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (1998, p.60).

Maria Cleci Venturini, a respeito do *discurso sobre*, aponta que este é constituído pelo *discurso de*, que, por sua vez, “funciona como a memória que o constitui e como discurso fundante que retorna e o ancora no eixo da formulação”. (2009, p. 77). É pelo *discurso de* que os sujeitos têm seu dizer filiado a uma determinada FD e falam “com palavras já-ditas” (ORLANDI, 2006, p. 27). Em outras palavras, para elaborar o/um sentido e chegar a uma

interpretação, o sujeito filia-se a uma FD, a qual será fundamental nos processos de significação, visto que o sentido já-lá servirá de/como base para os deslocamentos que o sujeito fará e que retornarão sob a forma de pré-construídos.

Tudo o que rodeia o sujeito é dotado de sentido, o que só ocorre porque se está constantemente interpretando. Nesse movimento da interpretação, o sentido é tomado como evidente, como se estivesse sempre *já-lá*. O sujeito, então, “absorve” este *já-lá* e cria a ilusão de que é ele a origem do dizer que será, na verdade, elaborado a partir disso.

Sustenta Venturini que o discurso *de* “realiza-se a partir do discurso fundante, por intermédio do qual o dizer sustenta-se na materialidade e constitui no intradiscurso efeitos de verdade e de autoridade” (2009, p. 75) e que o discurso *sobre* funda-se na memória histórica, considerados os esquecimentos da ordem da enunciação e do inconsciente – segundo a qual o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido –, bem como considerada a memória dos lugares sociais. Lembramos que os esquecimentos se imbricam em várias memórias e atualizam, assim, o discurso sustentado pela evidência de homogeneidade e de linearidade. Recorrendo a Orlandi (2006, p. 34), Venturini lembra que o *discurso sobre* “representa lugares de autoridade, constituindo-se como uma das formas mais importantes de institucionalização do sentido”, e justifica tal afirmativa no fato de que ao sujeito enunciador é conferido um poder, cuja autoridade legitima seu dizer e é justificada pelo lugar de onde fala. Segundo a analista, que recorre a Foucault, “isso acontece porque a análise centra-se nas relações de poder, não nas relações de sentido” (p. 78).

Para Venturini, o discurso *de* consiste naquilo que autoriza – ou não – o dizer com relação à FD na qual um sujeito está inscrito e pela qual se assujeita pela “identificação, contraidentificação ou desidentificação dos sujeitos locutores e, também, dos interlocutores com o que é próprio da FD, como um saber” (p. 75). Seu discurso, atravessado por outros discursos e outras ideologias, lhe dá a ilusão de ser origem de seu dizer, uma vez que aquilo que ele acredita saber – e sobre o que enuncia – lhe dá autoridade para dizer o que diz. Não é o sujeito empírico, portanto, a origem do dizer, “mas (n)um sujeito imaginário, que, ao dizer, antecipa-se, colocando-se imaginariamente no lugar de seu interlocutor, materializando no discurso o que gostaria de ouvir” (VENTURINI, 2009, p. 78). Prossegue a analista de discurso:

O discurso *sobre* traz para o intradiscurso outros enunciados, que atuam como seus fundadores. De acordo com Orlandi (1990), há sempre um discurso que atua como fundador. A primeira menção à sustentação de um discurso a partir de um discurso anterior aparece em AAD69, quando Pêcheux (1997b) afirma que um discurso remete a outro, com o qual mantém relações de sentido, respondendo direta ou indiretamente por ele. Para Mariani (1998), uma das mais importantes características desse discurso é o fato de tornar objeto aquilo sobre o que fala. As visibilidades, os silêncios e os apagamentos no discurso *sobre* devem-se ao compromisso do enunciatador com o dizer a partir do lugar que ocupa e de onde enuncia. (VENTURINI, 2009, p. 79).

Pondera ainda Venturini que a credibilidade do discurso depende do seu sujeito e do lugar por ele ocupado. Para a analista, “o dizer só entra na ordem do discurso se o sujeito estiver autorizado a dizer o que diz” (2009, p. 79).

Segundo Mariani (1998, p. 60), o discurso jornalístico é considerado uma modalidade de *discurso sobre*, e “um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala”.

O discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, eis que o jornal deve retratar e tornar o mundo compreensível aos leitores. Mesmo de forma fragmentada em diferentes seções de um jornal, o cotidiano e a história ganham sentido ao serem interdiscursivamente conectados a um “já-lá” sobre esses assuntos. É por essa razão que é possível afirmar que o discurso jornalístico contribui para a constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro.

Nesse discurso ocorre o apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Os sentidos vão se somando e se filiando, num processo de cristalização quase imperceptível. Ao relatar os acontecimentos, os jornais determinam sentidos.

O humor encontrado nos textos d’O *Pasquim*, não comum na mídia em tempos de ditadura militar, foi ganhando notoriedade pela repetição e pela crítica, que, por vezes, era expressa, por outras se escondia, velada por meio de explicações ou ironias. Nessa perspectiva, afirma Mariani (1998, p. 63) que a propriedade do discurso jornalístico é constituída por sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, por sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Lembra, ainda, a autora que os grupos sociais minoritários criam seus próprios jornais como forma de escapar desses gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso, que, com base em Venturini (2009), funciona como um discurso *de*.

Fatos podem criar notícias, que, por sua vez, podem criar fatos. Tais fatos – ou a maneira como serão narrados – dependem em muito das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social em cada período histórico. Mesmo que, embora sabido, exista apenas um fato, o que difere é a formação discursiva de quem o interpreta e as condições nas quais ele será narrado.

O texto, além de uma unidade complexa de significação que é afetada pelas condições nas quais é produzido, é também um lugar do trabalho da linguagem e da ideologia, de sua incompletude, e de um jogo de produção de sentidos, não fechado em si mesmo. Para Orlandi, “[...] o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo do texto”. (2005, p. 70). Dessa forma, várias posições podem ser ocupadas por um mesmo sujeito num mesmo texto, que, por sua vez, é atravessado por vários discursos e é constituído pelo encontro de várias formações discursivas, organizadas em razão de uma função dominante. Por essa razão, quando o analista de discurso volta seu olhar para um texto, está, em verdade, olhando para os discursos que o atravessam. Destaca Mariani (1998, p. 65) que a um analista de discurso importa compreender de que modo se deu a produção desses enunciados e, também, como eles singularizam os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando a ilusão de que, literalmente, espelham ‘uma realidade’ exterior ao sujeito.

Quando se fala em condições de produtividade, há de se destacar que o Brasil, no ano de 1969 e nos seguintes, vivia o auge da ditadura militar e do cerceamento de liberdades civis no país, provocado pelo ato institucional n. 5, o que acabou por tolher os espaços de oposição ao regime militar. Fez-se, então, necessária, nos mais variados setores sociais contrários ao regime, a criação de espaços de crítica, de resistência, de contestação, e foi nesse contexto que surgiu – e ganhou espaço – *O Pasquim*.

O tabloide cresceu não se submetendo à censura e diminuindo a carência de informações que moldavam a sociedade brasileira. Ousadamente, passou a ironizar setores e personalidades que apoiavam o regime militar e sua postura crítica teve como resultado a repressão política. Se num primeiro momento o jornal não se pretendia político nem tinha como objeto o confronto e a crítica ao regime, a pressão que sofreu levou a que se tornasse um expressivo espaço para as resistências.

Os acontecimentos mais importantes do panorama nacional e internacional eram criticamente relatados no semanário. Seus textos, inovadores, tinham caráter de comentário pessoal e demonstravam uma espontaneidade incomum aos textos jornalísticos até então veiculados, como o texto de Chico Anysio publicado na quarta edição, datada de julho de 1969:

s.d. 10 - Meu querido Tarso: Esta é uma grande diferença que há entre nós: **eu não prometo e entrego; você promete e não entrega.** Claro que há outras diferenças, claro. Você é Flamengo e eu, como tenho imaginação, sou América, mas isso já é esnobar e longe de mim a intenção de ser o motivo de sua psicanálise (Não faz? Mas precisa!). O Sérgio Cabral me falou uma tarde no maracanã que queria uma colaboração minha para O PASQUIM (que enquanto não pagar, disso não passará) e então aí vão logo duas. É lógico que nenhuma das duas presta mas, pelo preço, você queria o quê? Sendo eu um profissional, não fica bem para a minha cara esse negócio de trabalhar em troca de “muito obrigado”, ainda que seja o seu melhor “muito obrigado”, como costumam dizer os locutores de TV. Eu soube, da chamada fonte limpa, que o meu admirável mestre **Millôr Fernandes anda trabalhando de graça para O PASQUIM.** Eu sei que isso é uma **desculpa que ele está preparando para o Imposto de Renda.** Não sei como ele conseguirá, mas que vai conseguir, disso eu tenho certeza. [...] (ANYSIO, 2006, p. 22).

Mais uma vez, percebe-se a criação de um espaço de resistência pelo recurso ao banal, só possível por meio do humor. Ao se dizerem banalidades são colocadas em circulação coisas sérias, tal como a crítica aos altos impostos, percebida pela afirmação – na s.d. 10 – de que Millôr Fernandes iria sonegar ao imposto de renda a declaração sobre a sua remuneração no *Pasquim*; ou o não cumprimento de promessas políticas, percebida pela insinuação de Chico de que não prometia mas entregava, ao passo que Tarso prometia mas não entregava. Ao nomear Tarso (a posição-sujeito) Chico Any시오 criticava o governo e as promessas não cumpridas. Tais futilidades, como a sonegação ao imposto de renda de Millôr Fernandes e o hábito de Tarso de Castro de não cumprir promessas, que não interessavam no jornal, apareciam justamente para subverter a ordem, para dissimular, fingir que não se dizia nada de interessante, desviando a atenção dos censores. É por meio dessa brincadeira, desse humor, que se cria um espaço para que sejam colocados em circulação sentidos e dizeres não autorizados pelos censores e pelos militares. Dessa forma, finge-se que se respeita o institucionalizado, porém, em verdade, este institucionalizado está sendo afrontado. É pela dissimulação, que coloca outro assunto em foco para dizer aquilo que não pode ser dito, que o discurso significa.

Muitos outros fatores fizeram com que *O Pasquim* ganhasse um papel de destaque e conquistasse o público leitor. Além de um humor descontraído, seus textos comumente constituíam no intradiscurso um efeito de individualidade no que concerne à opinião dos seus colaboradores, o que proporcionava uma leitura diferente daquela oferecida até então pela mídia. O uso de recursos visuais tais como fotos e desenhos ganhou espaço de destaque no semanário e as entrevistas, além de comumente envolverem questões cotidianas a respeito da vida pessoal dos entrevistados, eram transcritas na sua íntegra, sem que fosse feito qualquer tipo de corte ou edição.

Além do grupo de seus jornalistas, *O Pasquim* contava, com colaboradores não permanentes, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Vinícius de Moraes, Tom Jobim, Chico Anysio, Jô Soares, Ferreira Gullar e Luís Fernando Veríssimo, dentre outros.

Em uma época em que a repressão e a censura impunham um silenciamento à imprensa e em que a mídia impressa e visual parecia estar em um vazio de produção cultural, *O Pasquim* rompeu padrões conservadores com sua crítica em forma de sátira e de ironia.

Quanto à forma, o semanário era apresentado em tamanho tabloide e dividido em várias seções, que aparecem e desaparecem no decorrer das edições. Tais seções mantêm uma regularidade na maior parte dos números, mas não com relação à paginação, podendo variar de posição dentro do jornal. Os artigos publicados ocupam, em geral, toda a página, com eventuais espaços sendo preenchidos com fotos e desenhos. Como diferencial com relação à grande imprensa há o fato de que existe uma grande circulação de colaboradores, de que seu layout é constantemente modificado e de que equilibra a seriedade e o humor na construção de uma crítica política.

Quanto à temática, aborda os mais variados assuntos, tais como a discussão dos costumes, do sexo, da política, da ecologia, ou de assuntos que dissessem respeito aos livros, ao teatro, ao cinema, aos problemas econômicos e sociais, etc. Dentre tantos temas, alguns ganham especial relevância, tais como a crítica aos costumes, à censura e ao regime militar. Os textos têm caráter informal e comumente os artigos de uma mesma edição contemplam um mesmo assunto, parecendo revelar um debate de opiniões entre os próprios redatores.

Estranhamente, o período de maior sucesso do jornal foi aquele em que a censura tinha de ser driblada. Criado logo após ter sido decretado o AI-5, seu fim é contemporâneo ao fim da ditadura. Se não tinha, inicialmente, a pretensão de se contrapor ao regime autoritário, foi na resistência e no (não)silenciamento que encontrou força para sua significação, tendo a formação discursiva de um jornal de humor político de oposição ao regime militar. Foi pelo “riso na ditadura” e pelo seu discurso de oposição que *O Pasquim* se consolidou como um espaço de crítica política.

É ilusória a literalidade dos sentidos. O discurso jornalístico atua na ordem do cotidiano, pois adentra em campos sobre os quais seus leitores podem ou devem refletir; no entanto, a língua(gem) nunca é transparente. Dependendo das muitas formações discursivas, também muitos sentidos vão “colar” aos a/enunciados. Conforme Mariani (1998, p.65), o leitor comum, no entanto, nem sempre terá condições de perceber os processos de filiação dos sentidos, os deslocamentos ou realocamentos da memória, o que reforça a ilusão de unidade e

transparência na relação das multiplicidades do presente e das indicações do que pode vir a ser.

O discurso oficial e a propaganda feita pelos militares tinham de ser contrapostos, e foi nessa conjuntura que *O Pasquim* foi pensado e editado. Voltamos, então, nesta pesquisa, um especial olhar para uma campanha específica feita pelos militares, que será oportunamente analisada no próximo capítulo. Nessa campanha, o discurso militar sugere que aqueles que são contrários ao regime devem deixar o país: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. *O Pasquim*, no entanto, vale-se do humor para revelar o propósito de muitos discursos militares e para informar à população que, embora o discurso militar possa parecer patriota e ingênuo, no caso específico da campanha “ame-o ou deixe-o”, aqueles que deixavam o Brasil não o faziam por decisão espontânea ou voluntária, mas porque eram expulsos ou porque fugiam, com o objetivo de proteger sua vida e sua integridade física.

O perfil de resistência *d’O Pasquim* se sustenta nos mais diversos espaços do jornal, bem como se ancora num discurso *de* ou um *já-dito*, como o humor e os variados sentidos dos textos, que acabam por revelar o deboche, as crônicas de opinião, os cartuns e o sarcasmo, provocando um efeito de humor, mas (re)velando os problemas do país e o perfil autoritário e repressor do Estado.

Nesse contexto, é importante compreender as diferenças entre lugar de memória e lugar de história, eis que o discurso pasquiniano viaja pelas estradas de ambos. Segundo Courtine (2006, p. 88), como anteriormente mencionado, “o discurso político é um lugar de memória”, devendo, portanto, “guardar a sete chaves, no eufemismo do implícito, a memória de seus fracassos”, o que supõe “um sistema de conservação do arquivo, uma rede de difusão que permite fazer ressurgir os enunciados, tornando-os, uma vez mais, disponíveis, quando as necessidades da luta os reclamam” (p. 88).

O lugar de memória, para Venturini (2009, p. 66), “ocorre pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos. Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história”. Prossegue a analista de discurso afirmando que o lugar de memória se faz necessário como arquivo, no qual a memória possa se constituir em história, em uma continuidade e estabilidade, o que a institucionaliza:

Lugar de memória é tomado como arquivo, mas não no sentido estático da institucionalização da memória comemorativa, porque não é somente um campo de documentos pertinentes sobre um nome ou objeto. É mais do que isso: é em si mesmo um documento, não como mobiliário material, mas como objeto cultural que representa em si mesmo os conteúdos imaginários constitutivos dos objetos que arquiva. (VENTURINI, 2009, p. 67).

Sobre a construção do arquivo como memória estabilizada, destaca Venturini (2009, p. 68-69) que “os sujeitos falam dos lugares institucionais e realizam gestos interpretativos”, e esclarece que, por meio de tais gestos, “buscam a estabilização do discurso, pela ilusão constitutiva de ser a origem do dizer; desse modo, esquecem que o discurso se relaciona com a língua na história e se constitui pela opacidade, pelo equívoco e pela falha” (p. 69).

No que concerne ao lugar de história, apoiamo-nos, mais uma vez, nas lições de Venturini (2009, p. 72) para destacar que,

se, de um lado a ausência de intenção caracteriza o lugar de história, diferenciando-o do lugar de memória, de outro, no lugar de memória a falha da intencionalidade, a ruptura com a continuidade institucional levam a que este lugar se constitua pela memória, não pela história.

Após voltarmos especial olhar ao discurso jornalístico, ao discurso *de* e ao discurso *sobre*, bem como termos entrado nos espaços de memória e de história, revelam-se muitas das razões pelas quais alguns sentidos são postos em circulação e a maneira como isso se efetiva. Estudaremos, então, agora, o funcionamento da história na estrutura da língua, tema do próximo item.

1.4 O funcionamento da história na estrutura da língua

Para Foucault (1995), a noção de discurso está atrelada às práticas que constituem o objeto, as quais obedecem a regras. Para ele, o discurso consiste em um conjunto de enunciados produzidos sob determinadas condições, não sendo tratado, pois, como documento ou registro, mas como monumento.

Os discursos comportam “dizeres” que vêm de diversos lugares e podem (re)significar ou se (re)escrever, que se produzem/reproduzem e se perfilam ao longo das contingências históricas. Para Foucault, a língua deixa de ser um conjunto de signos quando há um referencial, um sujeito, um campo associado a uma materialidade. Para Orlandi (2005, p. 15), é esse tipo de discurso que faz do homem um ser especial, dada a sua capacidade de significar e significar-se. Para a AD, a linguagem é concebida na mediação necessária entre o homem e o meio social, a qual torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e de sua realidade. O analista do discurso não concebe, portanto, a língua(gem) como sistema abstrato, mas como instrumento de significação, considerando sua exterioridade, seja enquanto sujeito, seja inscrito em uma posição-sujeito, enquanto membro de um dado grupo social. A linguística é, dessa forma, interpelada pela historicidade que apaga, e “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (ORLANDI, 2005, p. 16). Em outras palavras, o analista do discurso não trabalha com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que “é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”, tampouco trabalha “com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato que elas significam”.

Na AD é considerada a relação língua-discurso-ideologia, que se complementa, conforme preceitua Pêcheux (1975), com o fato de que não há discurso sem sujeito nem há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido.

Retomando Foucault (1995), tem-se que a elaboração de um conceito de linguagem faz -se a partir do conceito de história como trabalho arqueológico, devendo sempre ser considerada a renovação contínua dos objetos e das disciplinas que os processos de continuidade e descontinuidade deslocam, sobretudo os conceitos de história e de sujeito. Para Foucault, na zona do dizer há irrupções e silêncios, e nenhum sentido logicamente estabilizado pode explicar o funcionamento do discurso.

Ao contrário do preconizado por Saussure, que entendia a língua como um sistema de signos dotados de um sentido preestabelecido, Orlandi (2005, p. 17) defende que no discurso pode ser observada a relação entre língua e ideologia, compreendendo, este, um lugar onde a língua produz sentido por/para os sujeitos. Diferentemente da análise de conteúdo, que visa responder à pergunta “o que este texto quer dizer?”, na AD a língua(gem) não é transparente e diferentes sentidos podem – ou não – “colar” às palavras e enunciados. Para a AD importam os atravessamentos que o discurso sofre; importa saber “como” ele significa, levando em

consideração sua materialidade simbólica própria e significativa e concebendo o texto em sua discursividade.

Leandro Ferreira (2005, p. 214), em artigo que analisa a obra *A língua inatingível*, de Pêcheux e Gadet, aponta que os autores, analisando a língua nos países russos, destacam que “a língua toca a história”. Afirma ainda que, assim como o discurso, a língua não constitui uma estrutura fechada, homogênea, estável.

Esse caráter de busca incessante que nunca se completa, essa língua que não se deixa alcançar, mas que está sempre na visada do sujeito, como alvo constante, essa língua intangível, a qual sempre se procura, mas nunca se encontra, representa o movimento do desejo do sujeito do inconsciente, na tentativa sem fim de preencher esse furo, de completar essa falta, que lhe é constitutiva, assim como da língua. (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 217).

Para a analista de discurso, a língua da linguística acabou, sendo necessário inscrever como objeto próprio e singular de investigação uma língua de nunca acabar ou nunca alcançar, uma língua que deve sempre ser buscada, a língua da falta, a língua da falha, a língua do equívoco, concluindo, a língua dos analistas de discurso.

No caso do nosso *corpus*, formado pelo discurso pasquiniano veiculado no período da ditadura, é possível perceber que o imaginário da língua resulta do efeito da historicidade e da ideologia¹¹.

Conforme mencionado previamente, por força da censura muitos textos/trechos tinham de ser publicados “cobertos” por asteriscos. Um exemplo do uso deste artifício da censura aconteceu na edição de n. 22, publicada em 22 de novembro de 1969, cuja manchete principal da capa trazia, além de uma foto de Leila Diniz, o enunciado: “Leila Diniz: €\$&7!”¹².

¹¹ As noções de ideologia, de formação imaginária e de formação discursiva serão abordadas no item 1.5

¹² Com adaptações em razão de que alguns dos caracteres originais não estão disponíveis para digitação.



Figura 5: Capa nº22 – Leila Diniz
 Fonte: AUGUSTO, 2006, p. 338.

O tabloide tornou-se famoso pela forma como eram editadas suas entrevistas, “ou melhor, não eram editadas.” (CARDOSO, 2005, p. 123). “Por preguiça ou falta de tempo, Tarso, Jaguar e Cabral resolveram publicar na íntegra o papo com Ibrahim¹³. O leitor aprovou a espontaneidade e a fórmula virou padrão do jornal”. (p. 123). Tal espontaneidade ficou marcada na (não)edição da entrevista com Leila Diniz, na qual a atriz usou e abusou de palavrões, ou, como dizia a introdução da matéria, “Leila Diniz [...] conversou com a equipe de entrevistadores numa linguagem livre e, portanto, saudável”. (JAGUAR, 2006, p. 60). Ficou também evidenciada nessa edição a estratégia dos jornalistas para driblar a intervenção da censura, “cobrindo” os palavrões com asteriscos. A longa entrevista, que ocupou sete páginas da edição, trazia um total de 72 manifestações “livres e saudáveis”: O filme era uma (*) incrível. [...] me lembrar de data é (*) pra mim. [...] Eu gosto pra (*) de fazer novela e de

¹³ A primeira edição d’*O Pasquim* publicou entrevista com Ibrahim Sued, jornalista que assinava uma badalada coluna social no jornal *O Globo*.

fazer cinema. [...] De uns três meses pra cá eu ando muito (*) porque a Excelsior se (*) e eu junto. [...] Professorinha uma (*), eu fui professora [...] não quero imaginar que as pessoas sejam tão (*) assim.

Mesmo hoje é difícil conceber que a mídia publicasse tal artigo em sua íntegra, não é difícil imaginar, portanto, que o texto jamais seria aprovado pelos censores em plena ditadura militar. Por outro lado, editar o texto com o uso de palavras mais adequadas “iria contrariar o padrão estabelecido desde a entrevista com Ibrahim” (CARDOSO, 2005, p. 123), razão pela qual o passo-fundense Tarso de Castro decidiu substituir os palavrões por asteriscos, pois sabia que “até o mais pudico dos leitores de *O Pasquim* sabia o que Leila queria dizer com “O filme era uma * incrível””. Ao final da última página da entrevista havia a informação “(*) – censurado” e o teor de alguns dos termos cobertos pelos asteriscos é revelado na obra de Tom Cardoso:

s.d.11 - O filme era uma (*) incrível. [...] me lembrar de data é (*) pra mim. [...] Eu gosto pra (*) de fazer novela e de fazer cinema. [...] De uns três meses pra cá eu ando muito (*) porque a Excelsior se (*) e eu junto. [...] Professorinha uma (*), eu fui professora [...] não quero imaginar que as pessoas sejam tão (*) assim.

s.d.11 - “O filme era uma MERDA incrível [...] me lembrar desta data é FODA pra mim [...] Eu gosto pra CARALHO de fazer novela e de fazer cinema [...] de uns três meses pra cá, eu ando muito PUTA porque a Excelsior se FUDEU e eu junto [...] Professorinha uma PORRA, fui professora [...] Não quero imaginar que as pessoas sejam tão CAGONAS assim” (2005, p. 123) (grifos do autor).

Percebemos como esse jogo entre as formações discursivas envolvidas se faz presente, bem como ganha destaque a relação complexa entre a imagem daquele que proíbe e daquele que é interdito, ou seja, o perseguido, e a imagem do censor. Como resultado desse choque entre duas FDs emerge o palavrão, como uma imagem representativa daquele que resiste, do subversivo. O palavrão é, aqui, a expressão do que não pode e não deve ser dito, a exemplo de *caralho* ou *fudeu*, bem como é a expressão da violência física, da repressão, que não mais eram a tradução de termos censurados, mas da violência física como mecanismo de interdição, ou seja, da coerção, que também pode ser percebida pela crítica feita por Leila Diniz ao uso depreciativo da palavra “professorinha”, que denuncia a igualmente depreciativa postura dos militares para com os intelectuais.

A capa da vigésima segunda capa d’*O Pasquim* trazia, ainda, junto ao seu título, o enunciado:

s.d.12 – Todo mundo acha que *O Pasquim* está por cima da carne seca; podemos assegurar que, em matéria de carne, nossa preferência é outra.

Na s.d.12 constatamos o jogo de forças entre duas FDs antagônicas (a do repressor e a do subversivo), cujos conflitos ou alianças determinam os discursos n’*O Pasquim*. Há, porém, o jogo na estrutura da língua, que deve ser, aqui, considerado. A referência “gostar de carne” provoca na memória, através do acontecimento, o “desarquivamento” da informação de que os integrantes d’*O Pasquim* eram publicamente conhecidos como boêmios e mulherengos. A informação sobre a *preferência por outra carne*, supostamente a feminina, faz parte do caráter de irreverência inerente ao discurso pasquiniano. Considerando, no entanto, que um discurso pode ter uma multiplicidade de sentidos possíveis, há de se ponderar sobre o sentido velado da expressão *carne seca*.

De uso popular, a expressão “estar por cima da carne seca” remete ao sentido de que se está gozando de uma situação confortável, de superioridade. O jornal, à época, era sucesso em vendas, o que poderia provocar um efeito de evidência de que o sucesso comercial o colocaria em situação de vantagem (“por cima da carne seca”), no entanto, ao romper esta expectativa, “desviando” o comentário para outro sentido (o de gostar de carne feminina), se está chamando atenção para o fato de que o jornal, embora sucesso em vendas, não desfruta da situação de conforto presumida por muitos. As dificuldades (re)veladas por meio da s.d.12 consistem na manifestação de que há muito a ser feito para que seja possível driblar a censura – e os censores –, que ocupavam a redação do jornal. Esse sentido se cristaliza quando, logo na seqüência, ocupando quase que a totalidade da página (capa), tem-se o enunciado:

s.d.13 – Leila Diniz: €\$&7!

Os caracteres suprimidos e, posteriormente, o recurso dos asteriscos no texto da entrevista de Leila Diniz são a revelação do forte cerceamento de liberdade pelo qual passava o jornal. Millôr Fernandes (não empírico, mas posição-sujeito de resistência), que assina o enunciado, vale-se – mais uma vez – do humor para denunciar que o jornal sofre com as mazelas da ditadura.

Considerar a historicidade e estrutura da língua é considerar as condições de produção, as quais tinham o atravessamento da censura imposta pela ditadura militar. Não era possível publicar o texto sem cortes e a artimanha usada pelos jornalistas traduz, então, um silenciamento forçado.

Conforme Dagneze e Schons (2009), quando se fala em discurso não é possível esquecer que há uma relação necessária entre o proferido e o lugar do qual ele é enunciado

(ou para o qual ele é proferido). Tal relação impossibilita que o enunciado seja analisado como se fosse um texto, apenas. É preciso referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção e de posições-sujeito. E a língua, enquanto sistema e materialidade dos discursos, não é indiferente às transformações da luta de classes.

Apontam as autoras que *O Pasquim* se vale, portanto, de uma língua que transgride, que “falha” a ponto de pôr em xeque, durante o tempo todo, o sistema, a estrutura permitida pelos censores, em razão de que se faz prevalecer aquilo que se poderia chamar “o próprio” da língua e que a *toca* mais de perto: o simbólico.

Nesta seção trabalhamos o funcionamento da história na estrutura da língua. A partir de agora, passaremos a trabalhar as noções de ideologia, formação imaginária e formação discursiva, na tentativa de mostrar qual é o imaginário que *O Pasquim* produz sobre o outro, constituído pelos militares e por todos aqueles que trabalhavam para a manutenção do sistema autoritário e ditatorial.

1.5 Ideologia, formação imaginária e formação discursiva

No início da AD, mais precisamente na AAD/69, as questões mais produtivas analiticamente tinham seu dispositivo inicial enraizado nas noções de efeito metafórico e de paráfrase. Para a AD, a paráfrase é definida de modo diferente do da linguística, a exemplo do que ocorre com a metáfora, cuja definição também difere daquela dada nos estudos literários ou pela retórica, ou seja, na AD, os conceitos são dados estabelecendo-se relações com a história, com o modo de funcionamento do sistema, com o equívoco e com a ideologia.

Pêcheux se utiliza do termo *efeito* para o estudo de diferentes conceitos, tais como “efeito-sujeito”, “efeito de linguagem” e “efeito metafórico”, dentre outros. O mesmo acontece com outros autores que se filiam às concepções teóricas da AAD69. Para Pêcheux, a linguagem consiste em prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do significante. Esse efeito é sempre construído pelo recurso a determinadas estratégias, linguísticas ou históricas, que, “costuradas”, produzem sentidos. Dentre esses recursos figura o silêncio, que, para Orlandi (2007, p. 101), “é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”. Para a analista de discurso, ainda, o sentido não é um, mas muitos. “O silêncio é necessário”, ou seja, “é preciso não dizer para dizer” (p. 166).

E é por envolver o significante e por não ser a linguagem transparente, uma vez que atravessada por outros discursos, que a língua se vale de metáforas e é perpassada, portanto, pelo efeito metafórico, que irá “transferir” o sentido para outro lugar, no qual significará diferente, conforme as formações discursivas nas quais se inscreve. É em razão do que é (im)possível dizer que ocorrem os silenciamentos, que também se configuram em formas de violência. A maneira de não silenciar, mascarada por uma obediência de “faz-de-conta”, torna-se instrumento de resistência. Tal “faz-de-conta” só é possível pelo efeito metafórico, que é produzido pelo deslocamento de sentido provocado pelo uso da metáfora.

O efeito metafórico é produzido em razão de que não existe um único sentido, mas um sentido que se entrelaça a outros, produzindo este efeito numa trama de constituição de sentidos, na qual perpassam fios invisíveis que se entrelaçam no tecido do discurso. É como se cada fio (ou cada sentido) pudesse ser analisado isoladamente, o que permitiria observar que seu sentido pode, quando isolado, ser diverso daquele que adquire quando entrelaçado com outros. Para Pêcheux (1969), o efeito metafórico não se dá pela simples substituição de palavras, mas por uma “substituição contextual” (1993, p. 96), como resultado de um deslizamento de sentidos, o que “significa dizer que não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que as duas sequências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos” (1993, p. 99). Silenciamento e efeito metafórico são, portanto, constitutivos da memória.

Orlandi (2006, p. 27), por sua vez, explica que o efeito metafórico liga-se discursivamente à ideologia e a uma duplicidade de sentidos, que, por sua vez, terá relação com o equívoco e com o discurso outro. É “a deriva, o deslizamento de um enunciado em outro, que pode nos fazer compreender o que chamamos de historicidade na análise de discurso” (p. 27).

A ideologia é uma prática social e tem no sujeito uma das razões de sua existência. Não haveria como materializar essas ideias sem a existência de um indivíduo concreto, constituído como sujeito, pela posição que ocupa na formação social. As finalidades dessas ideias são múltiplas: seja para o homem manter o poder sobre os outros, seja para submeter-se às regras da sociedade. Se para Pêcheux não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, a ideologia resulta, então, da relação que se estabelece entre o sujeito, a história e a língua. Este sujeito, na AD, não tem uma existência particular no mundo, isto é, não é um ser humano individualizado, mas um ser social, apreendido em um espaço social.

Segundo Orlandi (2005, p. 45), um dos pontos fortes da Análise do Discurso é (re)significar a noção de ideologia com base na linguagem. Considerando, portanto, que não

há sentido sem interpretação, faz ressoar a presença da ideologia. Afirmar a autora: “Diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar”. (2005, p. 45). A ideologia é elemento constitutivo do sujeito e dos sentidos. Para a AD, o sujeito do discurso é histórico e social, uma vez que é cindido pela ideologia e pelo inconsciente e não está alienado ao mundo que o cerca.

Em sua forma histórica, o sujeito representa a contradição, uma vez que ao mesmo tempo é livre e submisso, assujeitado que é. O sujeito somente será definido quando considerado o lugar de onde fala. Em *Arqueologia do saber*, Foucault afirma que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (2005, p. 139). O lugar referido por Foucault é, em verdade, um espaço de representação social, ou seja, fala-se do lugar de mãe, do lugar de filho, de professor, dentre tantos outros. Trata-se, nos termos de Pêcheux, da posição-sujeito, que é a relação de identificação entre o sujeito enunciativo e o sujeito do saber.

Essa possibilidade de um único indivíduo assumir o papel de diferentes sujeitos é marca da incompletude, condição de linguagem. Nada está completo, já-feito ou constituído definitivamente, o que não quer dizer que o processo de significação seja aberto ou que não seja regido e administrado. Para Orlandi (2005, p. 52), sujeitos e sentidos constituem-se e funcionam pelo entremeio, pela relação, pela falta, pelo movimento. Essa incompletude atesta a abertura para o simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2005, p.46)

Ainda em suas formulações sobre o sujeito, Pêcheux (1965) postula que o sujeito não é um organismo humano individual, mas um lugar determinado na estrutura social, uma vez que se encontra representado e transformado nos processos discursivos e formações imaginárias, razão pela qual não é individual, mas social e ideológico. Em estudos posteriores, contudo, Pêcheux daria um novo traço à constituição do sujeito, considerando que passa a contemplar uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, com base na qual o sujeito, embora social, é afetado pelo esquecimento, é dotado de inconsciente, o que faz com que se julgue fonte daquilo que diz.

Pêcheux acrescenta, então, a teoria não-subjetiva da subjetividade, pela qual estão articulados o inconsciente e a ideologia, que interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se deem conta de tal interpelação, ou, com outras palavras, não há sujeito sem ideologia, mesmo que esta seja da ordem do inconsciente.

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1995) aponta a contradição como um efeito de “não neutralidade”, ou não indiferença em relação à descontinuidade. Há, para o autor, um acobertamento ideológico das continuidades. É necessário pensar num processo não subjetivo no qual o sujeito se constitui, bem como não é possível trabalhar a ideologia pela ideologia, em razão da existência da contradição, que é constitutiva do discurso, o qual, por sua vez, é muito presente, especialmente no discurso político, como o que constitui *o corpus* desta pesquisa.

As condições ideológicas fazem-se presentes, ainda, nas relações de produção, em sua reprodução/transformação, que tem caráter contraditório de todo modo de produção, que se baseia numa divisão de classes: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na instância da ideologia, significa que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos do Estado. As ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas. (PÊCHEUX, 1995, p. 144). A ideologia não se reproduz, portanto, no plano das ideias, mas na prática, bem como não se reproduz em forma de pensamento nem mesmo de maneira igual e homogênea na sociedade.

Retomando suas concepções sobre ideologia, Pêcheux (1995, p. 144) afirma que a ideologia da classe dominante “não se torna dominante por intervenção divina”, mas se dá em razão de que

os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante (sabe Deus onde a ideologia dominante obteria, então, sua supremacia!), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante [...]. (1995, p. 144-145, grifos do autor).

Saliente-se, contudo, que os aparelhos ideológicos de Estado não configuram elementos que pura e simplesmente reproduzem as relações de produção, mas refletem uma luta de classes existente. Isso significa, segundo Pêcheux (1995, p. 145), que “os aparelhos ideológicos de estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições

ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução no sentido marxista-leninista)” (1995, p. 145).

Sobre a contradição, Pêcheux, ainda em *Semântica e Discurso* (1995), lembra que não deve ser pensada como a oposição de forças antagônicas entre si num mesmo espaço. Tal contradição não é simétrica, eis que cada um tende a interpretar conforme sua própria ideologia. Segundo Schons, em *Adoráveis revolucionários*:

Na Análise do Discurso, a contradição é tomada como uma condição necessária para a interpretação e reconstituição da parte apagada na reformulação e serve de referência ao contexto inter e intradiscursivo, sendo o segundo determinado pelo primeiro. Desse modo, a contradição é tomada como condição inerente ao discurso desde uma perspectiva materialista dialética. De acordo com Pêcheux (1993, p. 50), as FDs enunciadas através da base material da língua passam a configurar os efeitos dos processos de reconhecimento dos sujeitos nas conjunturas socioeconômicas e institucionais, isto é, funcionam como efeitos das condições de produção. (2006, p. 43).

Prossegue Schons (2006, p. 89) lembrando que Pêcheux (1995), em *Semântica e discurso*, toma domínios de saberes marxista-leninistas para mostrar que a prática discursiva é a forma como a prática política se materializa no domínio simbólico da linguagem. É, pois, segundo a autora, no processo discursivo que se encontram inseridas as condições de observação da prática política. Schons afirma ainda que, desse ponto de vista teórico-metodológico, Pêcheux (1995, p. 206) nos mostra que a prática política é um espaço permanente de observação das relações contraditórias de reprodução e de transformação, uma vez que a sua constituição ocorre no seio de contradições e de relações desiguais dentro da luta de classes. Observa a analista de discurso que Pêcheux não só procura o(s) lugar(es) do sujeito, excluído da linguística estrutural, mas mostra que o trabalho de interpretação é um contínuo processo de construção/desconstrução.

A formação discursiva se constitui, portanto, na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas. Para Pêcheux (1995, p. 143-144), a ideologia não é o único elemento dentro do qual se efetua a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social. Recorrendo às concepções postuladas por Althusser, adota a expressão *aparelho ideológico de Estado* e, ao fazê-lo, evoca o fato de que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas. A ideologia não se reproduz sob a forma de um *Zeitgeist* (explicado por Pêcheux como sendo o espírito do tempo, a

“mentalidade” da época, os “costumes de pensamento”, etc.), o que implicaria a compreensão de maneira una e homogênea pelos sujeitos, como espaço anterior à luta de classes. É impossível atribuir, portanto, a cada classe sua ideologia, como se vivessem em “seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica, o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’ ”. (PÊCHEUX, 1995, p. 144).

O aspecto ideológico da luta de classes busca as transformações das relações de produção e habita o terreno da imposição de “novas relações de desigualdade e subordinação” (PÊCHEUX, 1995, p. 147). É nesse contexto que *O Pasquim*, visando denunciar os problemas enfrentados pelo país, bem como se posicionar contra as forças repressivas que se instalavam, buscava espaços alternativos para tornar visíveis os diferentes silenciamentos que atravessavam as palavras. Era o riso na ditadura, cujo fim era revelar aquilo que tinha de ser velado.

Segundo Dagneze e Schons (2009, s/n), só quando apoiados no político na língua é que é possível discutir o (im)possível e o proibido na/pela língua, cujas transformações, sejam determinadas pela lei, sejam pelas práticas sociais, colocam em evidência os efeitos ideológicos.

No que concerne, ainda, às condições de produção, Pêcheux (1997, p. 80) afirma que, no que diz respeito à “comunicação verbal”, o estímulo só é estímulo quando selado um pacto provisório entre experimentador e seu objeto. Em outras palavras, Pêcheux destaca que na comunicação há significativos esquecimentos; assim, passa a enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso.

Segundo Pêcheux (1997, p. 82), a diferença entre os elementos de uma comunicação, o “falante” e o seu interlocutor, designados como “A” e “B”, vai muito além de uma questão física. Há de ser considerado o fato de que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos. Como exemplo, cita uma esfera de produção econômica, na qual os lugares de patrão (diretor, chefe de empresa, etc.), de funcionário de repartição, de contramestre ou de operário são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Tais lugares são, portanto, *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo.

No interior do processo discursivo, contudo, essa representação se encontra presente, mas transformada. Em outras palavras, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a si e ao outro, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Existem, portanto, nos

mecanismos de qualquer formação social, regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Destaca ainda que essa posição, ou formação imaginária, é cunhada em questões – subjetivas – implícitas, cujas respostas subentendem a formação imaginária correspondente, tais como “Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” , “Quem sou eu para que ele me fale assim?” ou “Quem é ele para que me fale assim?”. A condição social dos protagonistas é fator determinante, portanto, na produção do discurso. Há ainda de ser considerado que o contexto, ou a situação na qual o discurso aparece, pertence, igualmente, às condições de produção, sempre considerando que não se trata de definições físicas, mas imaginárias. O contexto também trará à tona questões que irão conduzir a produção do discurso, tais como “De que lhe falo assim?” ou “De que ele me fala assim?”, as quais irão revelar algumas “antecipações” de A em relação a B, ou vice-versa. Tais antecipações dependem da distância que A ou B supõe do outro, podendo diferir no caso de um estar concordando com o outro, ou, ao contrário, de estar tentando persuadi-lo. As diversas formações discursivas são resultantes, portanto, de processos discursivos anteriores.

Quando voltamos nosso olhar para a formação social, para a ideologia e para o discurso, vemos que, conforme Pêcheux,

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (1997, p. 165).

Essa reprodução contínua das relações de classe é assegurada por realidades complexas, designadas por Althusser como “aparelhos ideológicos do Estado”. Pêcheux assinala:

Num dado momento histórico, as relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo confronto, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança, ou de dominação. (1997, p. 166).

As formações discursivas intervêm, portanto, nas formações ideológicas enquanto componentes, eis que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p. 167), consideradas as questões regionais (culturais, morais, religiosas...) e as de classe das relações de produção. Uma formação discursiva existe, portanto, historicamente, no interior de determinadas relações de classe.

Indursky (2007, p. 78) considera que a noção de formação discursiva, para Pêcheux, “corresponde a um domínio do saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito” e explica que, nessa perspectiva, a noção de sujeito é convocada para formular a noção de formação discursiva. Para Pêcheux, a ideologia é tomada como princípio organizador da formação discursiva, o que Indursky (p.79) explica em outras palavras: “é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica”. Salienta, contudo, a autora, que só é possível estabelecer diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FDs se levado em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que isso decorre. Lembra ainda que uma FD nunca é cristalizada e que pode, ao inscrever-se em novos saberes, inserir-se no âmbito de uma nova FD:

Julgo, pois, que a FD merece que lutemos por ela, [...] desde que ela não se converta em um colete rígido que impeça a fragmentação da forma sujeito, desde que se entenda que não há ritual sem falhas e que essa falha permite que novos saberes podem inscrever-se, obedecendo ao princípio da transformação, desde que saibamos que essa falha no ritual conduz o sujeito do discurso a apropriar-se de saberes alheios e inserí-los no âmbito de uma FD. Ou seja: *a FD deve ser tomada como uma unidade dividida em relação a si mesma, a qual comporta em seu interior diferentes posições-sujeito que representam a fragmentação da forma-sujeito.* (INDURSKY, 2007, p.86 – grifos da autora).

Segundo Dagneze e Schons (2009, s/n), os discursos pasquinianos “colocam-nos, pelas formações imaginárias, em contato com a realidade histórica e ideológica de práticas sociais que as atravessa e constitui, dentro de um regime totalitário, o humor considerado ‘fora da lei’”. Segundo as autoras, “o *Pasquim* (des)constrói a imagem de anos construída sobre o discurso jornalístico ser um discurso que se supõe isento/neutro de julgamentos e subjetivações”.

Com base no afirmado por Pêcheux, percebemos que para os colaboradores d'*O Pasquim*, o outro, representado pelo governo militar, revela a imagem de uma relação de força e opressão, bem como, ideologicamente, representa tudo o que há de errado em suas concepções políticas. Os militares, por sua vez, vêem os atores do *Pasquim* como subversivos e insubordinados à única postura política capaz de salvar o país, ainda que apenas um pequeno grupo dele.

Essa insubordinação velada pelo recurso ao riso era a grande arma d'*O Pasquim* contra a ditadura. Nessa perspectiva, observando *os jogos com e sobre a língua*, Leandro Ferreira (2000, p. 109) afirma que as “piadas” ou “ditos espirituosos” na/da língua “são lugar de contradição e funcionam diferentemente em relação ao equívoco”. Na sequência, a analista de discurso recorre a Gadet e Pêcheux para afirmar sobre o humor:

Traça fronteiras sobre o terreno da língua e usa o absurdo “como instrumento domesticador e pedagógico, para fazer surgir a necessidade deste mundo frente a todos os outros mundos possíveis, para organizar essa necessidade e controlá-la (Gadet e Pêcheux, 1981, p.215). Sobre um terreno assim, o equívoco e o absurdo são considerados “ervas daninhas” que a “jardinagem lógica” se empenha em eliminar. (2000, p.110 – grifos da autora).

É sobre esse riso, suas estratégias e sua significação, bem como sobre os processos de discursivização pelos quais passou *O Pasquim* e, por fim, sobre as posições-sujeito representadas pelo seu discurso, que se debruçará o segundo capítulo. Neste intuito, a teoria se solidifica através de análises, do político, do ato institucional n.5, da repressão, voltando olhar atento à campanha publicitária veiculada pelos militares, a qual se traduzia em séria ameaça contra aqueles que não compactuassem com os ideais da revolução militar.

2 PROCESSOS DE DISCURSIVIZAÇÃO, RISO E POSIÇÃO-SUJEITO NO *PASQUIM*

O funcionamento discursivo d' *O Pasquim* repousa de modo crucial na questão dos sujeitos envolvidos em sua “construção” e no modo como constroem o jornalismo: pelo riso. Para tanto, mergulharemos nas discursivizações que permitem, pela análise discursiva, a problematização do sujeito em questão. Assim, temos um primeiro enunciador “anônimo” (o outro), que emerge enquanto efeito-sujeito d' *O Pasquim* que dá sustentação à inscrição do sujeito da resistência e depois atravessa durante o tempo todo o discurso pasquiniano.

Há, aqui, dois processos distintos: um, de citação, o discurso-outro e constitutivo do discurso da resistência, outro de silenciamentos (re)velados, por meio do riso (deboche), funcionando como negação do discurso-outro. Esse sentido nasce em “resposta”, ou melhor, está em oposição a outros sentidos estabilizados em diferentes formações discursivas e formações ideológicas. Porém, mais forte que esses efeitos de sentido são os discursos heterogêneos, o discurso-outro (dos governos militares, dos censores, dos comparsas), que são responsáveis pelos processos de interdição, punição, silenciamentos. Então, o que está em jogo é a interdição, não necessariamente a resistência.

O riso, por sua vez, é muito característico no discurso de formação discursiva da repressão, já que o próprio período favorece que os sujeitos busquem subverter a ordem, transgredir a norma, ao mesmo tempo em que dissimulam o acordo, a obediência, a submissão... É a partir desse jogo (diz, mas não diz, pelo silenciamento da palavra interdita) que o processo discursivo de resistência a, de negação do discurso-outro se constitui: *um pequeno enganador* (conforme visto na s.d.8, recortada da capa d' *O Pasquim*). Vemos, então, o efeito de sentido de uma liberdade total – pelo riso –, em oposição a uma liberdade vigiada – pela interdição, o silenciamento local.

Como referimos na introdução, buscamos responder ao questionamento sobre a forma como era possível o riso na ditadura. Para que seja possível responder a tal questão, precisamos antes compreender, segundo Bergson (2007, p. 6), que “é preciso colocá-lo (o riso) no seu meio natural, que é a sociedade, é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é uma função social”. Para entender sua significação, devemos também compreender que “o riso deve corresponder a certas exigências da vida comum. O riso deve ter uma significação social”. (p. 6).

Para Leandro Ferreira (2000, p. 110), “o humor, em seu mecanismo de funcionamento, opera quase sempre na base da violação de um ‘saber’, de uma crença, de certos preceitos” (grifo da autora). A autora, referindo-se aos ensinamentos de Judith Milner, leciona:

Judith Milner, em estudo sobre as “brincadeiras com a língua”, demonstra que o riso surge na medida em que algum saber lingüístico fica violado, reafirmando-se assim de maneira negativa. De fato, “o teste do riso” pode ser bastante eficaz quando se pretende avaliar a pertinência ou não de certo enunciado, ou, então, medir seu grau de aceitabilidade. O riso irrompe pelo estranhamento, pelo aspecto bizarro de uma construção, ou ainda pela sua completa incongruência. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.110).

Ao que Leandro Ferreira chama de “violação do saber”, e Milner de “saber lingüístico violado”, podemos chamar de “quebra de expectativa”, ou de a ruptura daquilo que é, pela língua, logicamente estabilizado. É no momento em que o logicamente estabilizado é quebrado para, depois, via posição-sujeito, se mobilizar o não logicamente estabilizado – ou seja, no momento em que se nega o conhecido – que o humor é construído.

Segundo Leandro Ferreira, “o riso funciona como um sintoma da dimensão que nos aproxima do equívoco da língua, lugar de encontro privilegiado entre o sentido, a sintaxe e o discurso” (2000, p. 111). Na perspectiva da Análise de Discurso, portanto, a língua estabelece inter-relações que vão desde o gramatical até o ideológico, ou do social ao cultural, “nos jogos com a língua, esses diversos níveis podem ser acionados e, de alguma forma, violados, desencadeando, em conseqüência, o riso”. (p. 110).

Para a AD, portanto, o riso tem íntima relação com o equívoco – lugar de resistência –, com o lugar da falha, com as contradições e com a duplicidade (ou multiplicidade) de sentidos. Também se configura como elemento importante na construção do riso o absurdo, ou seja, o “não-compromisso com a ordem lógica” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 114), que rompe com o estabelecido e instaura o inusitado, o *nonsense*.

Quando se fala em equívoco, não se pode esquecer de citar a ambigüidade, também fundamental na construção do riso, seja pela busca da transparência, seja pela busca da opacidade, afinal, “ambigüidade e sentido andam sempre muito unidos, ao ponto de se confundirem”. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 120).

O humor, ou, nas palavras de Bergson (2007, p. 4), a comicidade, “se dirige à inteligência pura”, no entanto, “essa inteligência deve permanecer em contato com outras inteligências”. Em outras palavras, para Foucault (1995, p. 26), um discurso apresenta-se

preso a outros discursos, é o que o autor chama de “um nó em uma rede”. Voltando a Bergson (p.5), esse nó é explicado porque “o riso esconde uma segunda intenção de entendimento, [...] quase de cumplicidade, com outros ridentes, reais ou imaginários”.

É pelo jogo de palavras, ou pelo jogo do (não) dizer e pela instrução de como escrever, de como remontar ao não-dito, que foi silenciado pelos mecanismos de interdição, que se produz, n’*O Pasquim*, o efeito-sujeito do discurso que contesta, que nega, que resiste.

Essa distinção crucial, evidenciada pelo trabalho de análise, subsidia outra orientação: o processo de discursivização do discurso da repressão que atravessa o discurso pasquiniano. Para tanto, trabalhamos nas próximas páginas o processo de discursivização da repressão.

2.1 O processo de discursivização da repressão

Considerando que da prática dos regimes militares resulta um discurso que institucionalmente apresenta certa regularidade, o que permite que seja analisado pelo viés da AD, trataremos nesta seção do funcionamento do discurso-outro (militares) em *O Pasquim*. Em outros termos, parece indispensável que tratemos dos elementos que fazem parte do processo discursivo. No artigo intitulado “Análise Automática do Discurso”, Michel Pêcheux (1993, p. 74) define como “*processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. Isso porque, segundo o autor (1993, p. 77), um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, no interior da relação de forças existentes dentro de um campo e de acordo com um lugar ocupado por aquele que enuncia. Nesse caso, os requisitos teóricos e metodológicos necessários à representação do processo de produção são a representação dos lugares ocupados pelo sujeito do discurso, colocando em funcionamento uma série de formações imaginárias que designam o lugar que os sujeitos atribuem a *si* e ao *outro*.

O que queremos dizer é que, num discurso, fazem parte das formações processos anteriores provenientes de outras condições de produção, que deixam funcionar, mas que dão nascimento a “tomadas de posição” e garantem o processo discursivo, ou seja, todo discurso é atravessado pelo “já-dito” em outro lugar. Mais do que isso, podemos perceber que o atravessamento de um e de outro discurso corresponde a formulações de uma posição-sujeito, efeito que mobiliza sentidos, nos quais é possível perceber a historicidade, além de trazer o

discurso-outro nomeado e legitimado sobre determinado tema. Há nesse movimento um jogo de força entre posições-sujeito.

É, pois, nesse sentido que trazemos como parte da formação do discurso pasquiniano situações que ressoaram no imaginário sobre o regime militar e seus governantes e com base nos quais, nos processos de constituição, o riso passa a ser uma regularidade, tendo em vista que foi usado como mecanismo de defesa, ou seja, no auge da censura, para poder dizer era preciso subverter, não simplesmente substituir palavra por palavra.

Ao se analisar o surgimento da imprensa alternativa como acontecimento histórico no período de 1969 a 1971, é preciso salientar que o general Emílio Garrastazu Médici foi responsável pelo que se denominou de “anos de chumbo” da ditadura. Seu governo foi um misto de progresso econômico e de forte repressão política, marcada pela violência e pela tirania, bem como pelo desaparecimento de muitas pessoas que manifestavam críticas ao regime militar. O governo Médici foi marcado pelo cerceamento dos direitos individuais e da liberdade de expressão. Nesse caso, os sentidos que emanam de um discurso autoritário, no qual se evidenciam as “regras” do que se pode e se deve dizer, vão construindo uma imagem do regime e de seus representantes, assim como a imagem do que seria um jornal de resistência. Tal imagem não é construída senão sob o efeito de apagamento da existência de práticas distintas e de modos diferentes pelos quais os sujeitos se relacionam com o regime militar e com o outro. Em termos gerais, *O Pasquim* noticia *sobre* e o sujeito do discurso d’*O Pasquim* se posiciona contra *a*, posicionamentos que são sustentados por um discurso de origem, o discurso *de*.

Se, por um lado, a “mão de ferro” da ditadura era muito presente na vida dos brasileiros, por outro, os direitos fundamentais do cidadão estavam suspensos, sobretudo os direitos de liberdade de expressão. Melhor dizendo, as condições de produção dos processos discursivos podem constituir um campo de heterogeneidades que atestam a identidade própria da formação discursiva de resistência e da formação discursiva do poder, temas presentes na negação do direito à liberdade, nas denúncias sobre as ações de violência do governo, que desde 1964 contava com o grande avanço das telecomunicações e valia-se da imprensa oficial para vender uma imagem de país em progresso, no qual nada faltava e onde se vivia na mais absoluta tranquilidade. A imprensa não oficial, contudo, denominada “imprensa alternativa”, era fortemente perseguida pelos militares, que não admitiam críticas, nem ao menos aquelas que pudessem ser consideradas “oposição pacífica”. Como os meios de comunicação (imprensa alternativa) e as atividades culturais eram vigiados pela polícia, qualquer ato ou palavra que não agradasse ao governo era severamente censurado.

Como anteriormente afirmado, o governo Médici não se limitou à repressão, mas foi também esperança de prosperidade econômica. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de casas com televisão, que, em 1960, representava apenas 9,5% das residências do país, número que em 1970 saltou para 40%. Na mesma época, a rede Globo, por receber benefícios do governo, expandiu-se até se tornar rede nacional e praticamente deter o controle do setor de mídia televisiva no país, tornando-se, assim, forte aliada do governo na divulgação do discurso oficial. Agora, a propaganda governamental passava a ter um canal de expressão como nunca antes fora presenciado na história (FAUSTO, 2004, p. 484).

O governo gastava milhões¹⁴ na utilização maciça de campanhas propagandísticas destinadas a promover o regime e a melhorar sua imagem junto ao povo. Um dos slogans dessas propagandas pregava: "Brasil, ame-o ou deixe-o"¹⁵. Outro assunto sobre o qual a imprensa oficial deu acentuada ênfase dizia respeito ao chamado "milagre brasileiro" (FAUSTO, 2004, p. 485). De fato, dentre os projetos de desenvolvimento do período, destacam-se o da Transamazônica, o da Ponte Rio-Niterói e o acordo com o Paraguai para construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, usina que ainda é a hidrelétrica de maior capacidade de produção instalada do mundo; também foi executado o Plano de Integração Nacional (PIN), responsável pela construção das rodovias Santarém-Cuiabá e Perimetral Norte, além da já citada ponte Rio-Niterói. O aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização do empréstimo do exterior levavam a que a economia atingisse altas taxas anuais; em contrapartida, uma rígida política de arrocho salarial foi adotada, contra a qual trabalhadores e sindicatos não conseguiam mostrar força. No campo social, foi criado o Plano de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência Rural (Prorural), ligado ao Funrural, que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde aos trabalhadores rurais. (FAUSTO, 2004, p. 487-488)

O "milagre", contudo, duraria pouco, visto que não era enraizado nas próprias forças econômicas, mas em uma situação favorável. Quando o preço do petróleo subiu no mercado internacional, a economia brasileira sofreu grande impacto: a inflação começou a subir e a dívida externa ganhou proporções crescentes e assustadoras, o que deu início, portanto, a uma longa e amarga crise econômica. Então, o governo militar, cujo principal argumento para manter-se no poder estava calcado no desenvolvimento garantido pela ditadura, não mais

¹⁴ A moeda da época era o cruzeiro.

¹⁵ Esta campanha, que através da imprensa oficial pregava o patriotismo, na verdade mascarava uma ameaça a quem mostrasse oposição ao governo militar. Alguns textos do *Pasquim* que se referem à campanha serão analisados no item 2.2 desta dissertação.

podia sustentar tal discurso e a oposição passou a se (re)organizar visando à volta da democracia.

Segundo Gaspari (2004), enquanto forte, a ditadura se fazia – fisicamente – presente junto às redações da imprensa alternativa, pois os censores trabalhavam dentro das redações e cortavam textos sem nenhuma justificativa. Tal presença não acontecia em todas as redações, porém, os órgãos de comunicação tinham de respeitar ordens contidas em notas da Polícia Federal. No caso d’*O Pasquim*, houve a presença ininterrupta de diferentes censores em sua redação, a exemplo do que também aconteceu com a Revista *Veja* e com o diário *Tribuna da Imprensa*. Estes três órgãos ainda precisariam de muito tempo para se despedir dos censores.

Esta sessão contemplou o processo de discursivização da repressão. No próximo item propomo-nos tratar sobre o ato institucional n.5, que legitimaria a censura e a repressão.

2.1.1 A norma, o decreto AI-5

O ato institucional n.5 foi imposto – como ato ditatorial que era – em 13 de dezembro de 1968 e, como o mais arbitrário dos 17 Atos decretados no período em que o Brasil esteve sob o comando militar, dava ao presidente da República poderes tais como, dentre outros, colocar em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e funcionários, além de suspender o instituto do *habeas corpus*, o que impedia que fossem revertidas decisões arbitrárias de prisões. Transferiu, ainda, aos tribunais comuns, a competência para julgar “crimes políticos”.

Antes de tratar desse decreto, é necessário, para que ele seja compreendido (histórica, não eticamente falando), reportarmo-nos ao golpe de 1964, denominado pelos militares de “revolução”.

O regime militar no Brasil teve início em abril de 1964, após um golpe articulado pelas Forças Armadas contra o então presidente João Goulart. O golpe, datado de 31 de março daquele ano, era a manifestação de repúdio dos militares a uma política por eles considerada como de esquerda. Dentre as principais ações de Jango – como era conhecido João Goulart – que justificaram o golpe estava principalmente a sua intenção manifesta de implementar a reforma agrária, cuja consequência seria a divisão das grandes propriedades e latifúndios. Era, também, reprovada pelos militares, a implantação da Lei de Remessas de Lucro, que

aumentava o rigor em relação à contabilidade das empresas internacionais e obrigava-as a investir parte desse dinheiro no Brasil. (FAUSTO, 2004, p. 460-462).

O golpe teve suas primeiras raízes fundadas ainda em uma "conspiração anti-Vargas", na ocasião em que Getúlio Vargas, quando presidente, adotava uma política socioeconômica, o que era alvo de deliberadas críticas por parte de seus opositores, principalmente do jornalista Carlos Lacerda, que entendia tal postura política como demasiadamente esquerdista. (GASPARI, 2004, p. 97).

Não era a primeira vez que a República brasileira vivenciava intervenções militares; no entanto, ao contrário das anteriores, todas de curta duração, desta vez o país seria surpreendido por cenas de força e de violência, como as ruas das principais cidades brasileiras sendo ocupadas por tanques, caminhões e jipes de guerra. As forças destrutivas tinham como alvo qualquer tipo de organização que manifestasse o interesse de defender as reformas de base e a manutenção da democracia; assim, sedes de partidos políticos, associações e sindicatos, além dos mais diversos movimentos – de estudantes, artistas, intelectuais, operários, etc. –, foram tomados/destruídos e perseguidos por soldados fortemente armados.

Não só aos militares agradou o sucesso do golpe. Importantes setores da sociedade nacional, tais como parte do empresariado brasileiro, dos produtores rurais e mesmo da imprensa e alguns governadores de estado, como Carlos Lacerda, da Guanabara¹⁶, também saudaram a atitude dos milicos, no intuito de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e na esperança de controlar a crise econômica que o país atravessava à época. Quanto à Igreja católica, que inicialmente apoiara o golpe militar, reviu sua decisão após a prisão, tortura e morte, ainda em 1964, de diversas autoridades religiosas e ativistas católicos. A partir de então, passou a ser instrumento de denúncia contra a brutalidade do governo.

Na esfera internacional, o golpe foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, a quem satisfazia a ideia de que o novo “governo” voltaria a defender os interesses daquela nação em solo brasileiro. Por isso, toda a conspiração que antecederia o golpe fora acompanhada pelo governo americano, que decidira, em uma operação secreta, dar apoio logístico aos militares golpistas caso estes encontrassem forte resistência por parte das forças leais a Jango. Com essa finalidade, o governo norte-americano ordenou que fosse deslocada para Santos uma força-tarefa, com porta-aviões Forrester, seis contratorpedeiros, um porta-helicóptero e quatro petroleiros, operação que ficou conhecida como “Brother Sam”. (COUTO, 1999, p. 56-58).

¹⁶ A Guanabara foi um estado do Brasil no período de 1960 a 1975, no território do atual município do Rio de Janeiro.

A Constituição vigente na época (do golpe) datava ainda de 1946 e garantiu ou (re)instituiu a democracia no Brasil, pois restabeleceu alguns direitos fundamentais suprimidos durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas na presidência (1930 – 1945), tais como a reconstitucionalização do *habeas corpus* e do mandado de segurança, que, anos mais tarde, voltariam a ser alvo de intervenções. Com o golpe, vieram os atos institucionais, que consistiam em artificialismos criados para dar legitimidade jurídica a ações políticas contrárias à Constituição vigente (1946), o que culminaria a instauração da ditadura. (FAUSTO, 2004, p. 400-401).

Durante o período em que o Brasil esteve sob o comando das autoridades ditatoriais, foram decretados dezessete atos institucionais 104 complementares a eles. Em sua redação, os atos *mandavam cumprir*, o que representava um cerceamento absoluto de liberdade e de direitos do cidadão brasileiro.

O Brasil, já sob o vigor de uma nova Constituição, promulgada em 1967 – que, embora contemplasse uma ideologia militar, ainda tinha em seu texto a previsão de alguns direitos fundamentais –, viu, em dezembro de 1968, por ordem do presidente Costa e Silva, ser decretado e publicado o ato institucional n.5 (AI-5), que cancelava todos os dispositivos previstos na Constituição de 1967 que porventura ainda pudessem ser usados na defesa de opositores ao regime. Eram os militares deixando claro que não pretendiam entrar na história por exercerem um poder moderador, instaurando e fortificando cada vez mais a ditadura.

Para compreender a força dada aos militares pelo AI-5, é de extrema importância conhecer seu conteúdo e analisar alguns de seus trechos, embora as barbáries estejam transcritas não em pequenas partes, mas quase que na totalidade do documento. Desse modo, é possível compreender por que os milicos se sentiam autorizados (o que de fato estavam) a agir como verdadeiros rolos compressores contra qualquer ativista cuja ideologia não compartilhasse com as ambições militares. Temos a ilusão, então, da compreensão do porquê de os conhecidos atos repressivos acontecerem, pois não há como compreender a razão de tanta barbárie.

As determinações dispostas nos doze artigos do decreto eram precedidas por seis parágrafos de “considerações”, que tinham o intuito de justificar as decisões ali impostas. Passamos a analisá-las.

O texto inicial dispunha que “**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, ouvido o Conselho de Segurança Nacional”, e seguia:

s.d. 14 - CONSIDERANDO que a **Revolução Brasileira de 31 de março** de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse **autêntica ordem democrática**, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, **no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção**, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a **restauração** da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Neste primeiro rol de “considerações” é reforçada, portanto, a postura dos militares de denominar o golpe de “revolução brasileira”. Durante sua vigência, a ditadura militar não era oficialmente conhecida por este nome, mas por "Revolução", como os envolvidos no golpe de 1964 denominaram o feito. O texto destaca ainda que era necessário “assegurar uma autêntica ordem *democrática*” e, além de recorrer aos termos *ordem* e *democracia*, faz alusão ao respeito à dignidade da pessoa humana, valores – antagônicos à ideologia ditatorial – que, embora aparecessem no discurso, não eram aplicados nas práticas militares. Disso se compreende que os militares viam a si mesmos como instauradores da ordem e como exemplares condutores da pátria, bem como entendiam que seus “valores” deveriam ser vistos como referência.

O uso do termo *subversão* é uma das características mais fortes do período. Tudo o que era contrário ao governo, à ditadura, era subversivo e merecedor de punição; tudo aquilo que fazia ressoar as práticas e concepções comunistas era, para os militares, subversivo. Logo, o que, na sequência discursiva, denominava-se como tradição, em *ideologias contrárias às tradições de nosso povo*, era tudo, menos tradicional, mas, sim, a revelação de que os militares tentavam impor as suas convicções e suas próprias ideologias e exorcisar o fantasma do comunismo.

Percebe-se, no discurso militar, que havia um forte propósito de *restauração* de qualquer ideia que pudesse desfazer o fantasma do comunismo e de “corrigir” aquilo que o comunismo buscava implementar. A ênfase na ideia de restauração representa a busca da legitimação pelos militares, da autorização para que pudessem agir à revelia e sem limites.

A preocupação com a boa imagem do país – e não necessariamente com essa boa imagem corresponder ao efetivamente aplicado – também era manifestada neste primeiro parágrafo de considerações, quando, extraído ainda do texto do primeiro ato institucional (AI-1), o trecho citava a *restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria*. Tal previsão – de ordem e prestígio – pode ser a justificativa para as fortes campanhas publicitárias que pregavam, com base no “milagre econômico”, que na mesa do brasileiro não faltava nada, que o país estava em constante ascensão e que a presença dos militares – a

exemplo do que acontecia na redação d'*O Pasquim* pela presença dos censores – garantia a mais absoluta ordem no país.

A ideologia militar, que valorizava a *Revolução*, e a compreensão de que o que *tramava contra* o regime militar era subversivo e deveria ser reprimido, são mais uma vez destacadas nos três parágrafos seguintes de considerações. Vejamos:

s.d. 15 - CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou *grupos anti-revolucionários* que contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o *Poder Revolucionário*, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "*não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará*" e, portanto, o *processo revolucionário* em desenvolvimento não pode ser detido

s.d. 16 - CONSIDERANDO que esse mesmo *Poder Revolucionário*, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos *ideais e princípios da Revolução*", deveria "assegurar a continuidade da *obra revolucionária*" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

s.d. 17 - CONSIDERANDO, no entanto, que *atos nitidamente subversivos*, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a *Revolução* vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; (grifos nossos)

As sequências discursivas 15, 16 e 17 revelam o imaginário que os militares têm de si mesmos e do golpe de 64, denominado por eles de *Revolução*. Esse imaginário se confirma pela recorrência aos termos e enunciados: *grupos anti-revolucionários*(s.d.15); *Poder Revolucionário*(s.d.15 e s.d.16); *não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará* (s.d.15); *o processo revolucionário* (s.d.15); *ideais e princípios da Revolução* (s.d.16); *obra revolucionária* (s.d.16); *atos nitidamente subversivos* (s.d.17); e *Revolução* (s.d.17). Conforme enfatizado anteriormente, os militares não viam a si próprios como golpistas, mas como revolucionários; dessa forma, aqueles que são contra o golpe, ou a *Revolução*, são os antirrevolucionários, conforme designa a s.d.15, na tradução do que é, numa concepção militar, subversivo. Segundo Indursky (1997, p. 113), “as realizações governamentais não são evidentes por si, é preciso mostrá-las e explicar seu valor para que o povo perceba seu significado”, bem como o discurso do governo tem de ser persuasivo: “Assim, em contraponto aos maus brasileiros [...] o sujeito [...] invoca POVO¹⁷ que, quando bem orientado (leia-se bem manipulado) vota na Arena” (p. 114). Tais sequências revelam, portanto, que “são rejeitados aqueles que não preenchem as condições para a cidadania e a nacionalidade. Essa negação implica a “cassação” discursiva dos direitos do cidadão” (p. 97).

¹⁷ Indursky refere-se ao uso (ou a um dos diferentes usos) da palavra “povo” nos discursos presidenciais dos militares.

Explica ainda a analista de discurso que o uso pelos militares de determinados termos em seu discurso é “claramente partitivo, pois os ‘ideais da revolução’ só podem estar ‘profundamente arraigados’ naqueles que com ela comungam”. (p.95).

Segundo Indursky (1997), o uso do termo *Revolução* tem suas raízes na Revolução Francesa, razão pela qual se torna obrigatório “em um discurso que se pretende democrático” (p. 103). *Revolução*, para a analista de discurso, produz, nesse contexto, “uma grande ilusão discursiva, pois joga com o sentido que esse termo adquiriu com a Revolução Francesa e, em torno dessa ilusão, todos os abusos são cometidos em nome do povo”. (p. 103).

O governo do regime militar busca ser reconhecido como revolucionário e nega o golpe, no entanto, como pode se autodesignar revolucionário se é contrário à subversão e às ideologias que defendem a democracia e àqueles que defendem a democracia? Embora o governo militar tentasse (re)forçar a imagem de um ambiente democrático, o último parágrafo de “considerações”, que antecedia os decretos que mudariam a história do Brasil, revelava o caráter de força e repressão com que seria dada resposta aos atos – e pessoas – que se mostrassem contrários às forças e aos ideais *Revolucionários*.

s.d. 18 - CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a *adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução*, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País *comprometidos por processos subversivos* e de guerra revolucionária;

s.d. 19 - CONSIDERANDO que todos *esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964*, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a *adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição*.(grifo nosso)

Infer-se, com base na s.d.18, que as relações de força e de poder estabelecidas pela ditadura (re)velavam-se nas justificativas que precediam o decreto ao afirmarem a necessidade de *adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução*. Essas marcas iriam, na verdade, revelar o que os militares pensavam das forças de oposição, ou “subversivas”, cujos *processos subversivos* tinham de ser contidos pelo uso da força e do desrespeito à condição humana, legitimados a partir deste Ato Institucional.

A busca pela legitimação e pela justificativa pelos atos de repressão da ditadura prossegue sendo exposta na s.d.19, que reforça o sentido de que, para os militares, apenas aquilo que não contraria os *ideais e a consolidação do Movimento de março de 1964* é que merece respeito e credibilidade. Qualquer ato – ou pessoa – que aja em desacordo com os ideais da revolução é tido como não patriota e merece, portanto, as asperezas da repressão.

Nos doze artigos que o compunham e que dariam respaldo ao maior cerceamento de liberdade já visto na história brasileira, o AI-5 não só se impunha como instrumento de intolerância como se configurou por ser a expressão menos humana do período da ditadura militar brasileira. Respaldou o momento mais duro do regime, configurado pelo poder de exceção dado aos governantes para que pudessem punir arbitrariamente aqueles que mostrassem oposição, ou que tão somente fossem assim (opositores) considerados pelos militares. Alguns dos artigos revelam o cerceamento à liberdade – e, por conseguinte, produzem o silêncio local – com mais expressão, a saber:

s.d. 20 - Art.6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. § 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

s.d. 21 - Art.7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

s.d. 22 - Art.10º - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

s.d. 23 - Art.11º - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

O sexto artigo do ato institucional em comento (s.d.20) determinava que ninguém estaria protegido por nenhuma garantia constitucional, uma vez que ao presidente (militar) davam-se poderes de decretar o afastamento profissional de qualquer pessoa, independentemente do cargo ou da estabilidade tidos até então. Vale lembrar que “qualquer pessoa” eram aquelas entendidas pelos militares como subversivas, opositoras ou que, na visão ditatorial, podiam representar qualquer tipo de ameaça ao sistema.

Este *poder ilimitado* – e que não precisava se explicar – se confirma nas s.ds 21, 22 e 23, que dispõem que o presidente da República pode, por força de sua vontade e sem depender de autorização legítima de nenhum outro órgão ou instituição, decretar, por exemplo, estado de sítio, que representa a suspensão de direitos fundamentais e a submissão do país – ou de determinadas regiões – a um “toque de recolher”, com o objetivo de garantir a ordem ou de proteger o país de perigo iminente. Na visão dos militares, contudo, o perigo iminente era representado por qualquer ação de oposição ou resistência. A força ditatorial era,

portanto, recurso para coibir qualquer movimento que pudesse questionar os “ideais e princípios da Revolução”.

O presidente podia, também, com base no décimo artigo do decreto (s.d.22), suspender o *habeas corpus*, instituto jurídico que permite ao então preso responder em liberdade pelo crime que lhe é imputado, garantindo, assim, que a prisão só se efetive no momento em que o sistema judiciário o entender como culpado. Como o *habeas corpus* não existia mais, o governo, sem necessidade de um processo ou de uma inferência legal, prendia cidadãos e não lhes dava a chance de um julgamento. Uma vez preso pelo governo, só este poderia libertá-lo – até porque, se algum juiz o fizesse contra a vontade do governo, poderia ser, com base no disposto no artigo sexto do AI-5 (s.d.20), “demitido, removido, aposentado” –, o que, mais uma vez, confirma o caráter de força dado aos militares pelo decreto do AI-5. Por fim, o décimo primeiro artigo (s.d.23) isenta o governo de ter de responder por seus atos, legitimando tudo o que é por ele disposto, tornando-o *soberano* e livre de qualquer dever de justificativa, explicação, ou mesmo de justiça.

No dia 12 de dezembro de 1968, véspera, portanto, da promulgação do AI-5, a Câmara dos Deputados recusou um pedido de licença para que o deputado do MDB Márcio Moreira Alves fosse processado pelo fato de que, na própria Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro daquele mesmo ano, fizera um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares de 7 de Setembro. Solicitara, também, que as moças brasileiras “ardentes de liberdade” não saíssem ou se envolvessem com oficiais. Na mesma época, outro deputado do MDB, Hermano Alves, publicou uma série de artigos no *Correio da Manhã*, considerados como provocações pelos militares. Prontamente, Costa e Silva, ministro do Exército, atendendo a apelo do Conselho de Segurança Nacional, pronunciou-se afirmando que tais artigos se tratavam de “ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis”. O governo solicitou, então, ao Congresso, a cassação do mandato de Márcio Moreira Alves e de Hermano Alves; a resposta da Câmara, dada em 12 de dezembro, seria a gota d’água, o estopim que provocara o decreto do AI-5. (FAUSTO, 2004, p. 479-480).

Com base no AI-5, a cassação de direitos políticos poderia ser decretada com extrema rapidez, sem burocracia. O amplo direito de defesa assegurado aos cidadãos por força do texto constitucional foi eliminado, o que permitia que suspeitos tivessem sua prisão decretada arbitrária e imediatamente, sem necessidade de ordem judicial. O cidadão comum teve seus direitos políticos cancelados e os direitos individuais foram eliminados pela instituição do crime de desacato à autoridade. Além disso, como visto, o AI-5 autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do

Congresso Nacional; intervir nos Estados e Municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; bem como a suspender a garantia do *habeas corpus*. (FAUSTO, 2004, p. 480). No mesmo dia em que o decreto foi publicado, 13 de dezembro, o Congresso Nacional teve o recesso decretado por tempo indeterminado e só reabriria suas portas em outubro de 1969, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República. (p.482).

Ainda em dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre os quais Márcio Moreira Alves e Hermano Alves e a lista de cassações só iria aumentar daquela data em diante, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal.

O AI-5 teve validade por dez anos, vigorando até dezembro de 1978. Em 13 de outubro daquele ano, quando Ernesto Geisel ocupava a Presidência da República, foi promulgada a emenda constitucional nº 11, cujo artigo terceiro revogava todos os atos institucionais e complementares que fossem contrários à Constituição Federal, dando, assim, fim ao que restava da ditadura. (FAUSTO, 2004, p. 493-494).

Após termos percorrido o trajeto da legitimação da repressão no Brasil em seus “anos de chumbo”, analisando os silenciamentos e as (re)velações do ato institucional n.5, passaremos à discussão da noção forma-sujeito e de posição-sujeito.

2.2 Forma-sujeito e posição-sujeito

Destaca Freda Indursky (2000, p. 70), com base nas formulações iniciais da Análise do Discurso, datadas de 1969 e feitas por Michel Pêcheux, que o sujeito não tem uma concepção individual; ao contrário, “o sujeito da análise do discurso é, desde as formulações inaugurais, um sujeito social e não tomado em sua condição lingüística e/ou individual.” Indursky, citando Gadet e Hak, destaca ainda que o sujeito da Análise do Discurso não só é social, mas também é dotado de inconsciente, o que faz com que o sujeito atue sob o efeito de duas ilusões: pensa ser a fonte de seu dizer e ser responsável pelo que diz. Foi somente em 1975 que Pêcheux, em suas formulações sobre o sujeito, propôs o que chamou de “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (1995, p. 131). Para Indursky (2000, p.70), uma teoria não subjetiva com tais características articula entre si inconsciente e ideologia, que, por sua vez, interpela os indivíduos em sujeitos, sem que estes se deem conta de tal interpelação. Em

outras palavras, embora a ideologia não seja um processo do inconsciente, não há sujeito sem ideologia.

A isso Pêcheux (1995) denomina “forma-sujeito”, que considera a existência histórica do sujeito, que, além de social é histórico e, portanto, ideológico e dotado de inconsciente. Para Pêcheux, o lugar do sujeito não é vazio, mas preenchido pela forma-sujeito, ou pelo sujeito do saber, que organiza o saber de uma dada formação discursiva. Leciona Indursky:

[...] podemos afirmar que a constituição do sujeito da Análise do Discurso articula fortemente o social (a relação com a História) e o inconsciente (a relação com o dizer do outro). Em outras palavras, o sujeito da Análise do Discurso é duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia (2000, p. 71).

Para Pêcheux (1995, p. 163), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”, o que ocorre pelo viés da forma-sujeito. Dessa forma, o sujeito do discurso identifica-se com a forma-sujeito, considerando o sujeito histórico e sua formação discursiva.

Destaca Indursky (2000, p. 70), recorrendo a Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, e à Indursky, em *A fala dos quartéis e as outras vozes*, que é a forma-sujeito que regula “o que pode e deve ser dito, o que não pode ser dito e também o que pode mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada formação discursiva”. Para Pêcheux (1995), forma-sujeito é, portanto, a relação de identificação entre o sujeito enunciativo e o sujeito do saber, sendo, ainda, fragmentada em razão das diferentes posições-sujeito, o que acaba por implicar diferentes efeitos-sujeito no discurso de cada um. Pêcheux (1995, p. 214) destaca, no entanto, que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”, e prossegue:

Esse “antagonismo” se manifesta, em realidade, no interior da forma-sujeito, na medida em que o efeito daquilo que definimos como o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-indicação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite. (PÊCHEUX, 1995, p.216).

Quando projetados o próprio lugar e o lugar do outro, estão se antecipando os lugares e a imagem do interlocutor, ao mesmo tempo em que estão sendo estabelecidas relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Social e historicamente falando, portanto, o sujeito tem de reconhecer que está constantemente ocupando lugares, adotando posições, embora não tenha domínio sobre isso, mesmo que tenha a ilusão de que é dono de seu dizer. Confirma Orlandi (2003, p. 16): “Os sujeitos são posições e essas posições não são indiferentes à história. Elas derivam de relações ideológicas. Mais difícil ainda para o ‘espírito’ positivista é entender que a ideologia e determinação histórica não se opõe à liberdade.” (p. 16).

Na Análise do Discurso, o sujeito tem sua voz calcada em um escopo social e ideológico, registrado num dado momento da história. Não pode ser pensado como transparente, porque de sua voz ecoa o lugar social de onde fala, bem como não se trata de um sujeito consciente e que é a origem dos sentidos, como preconizava a enunciação na teoria de Émile Benveniste, mas de um sujeito constituído pelo simbólico.

Considerando que não há sentido sem interpretação, há de se entender que o(s) sentido(s) é construído pelo sujeito à medida que assume em seu dizer as posições-sujeito pertinentes ao discurso que articula, consideradas as marcas sociais, ideológicas e históricas dessa posição. O sujeito está constantemente interpretando e, mesmo quando fala, está atribuindo sentido às suas próprias palavras, já que o seu dizer não acontece a partir de um lugar vazio, mas de lugares historicamente construídos. O sujeito não escapa desses lugares, isto é, só pode falar a partir deles. Tem a ilusão de que é origem de seu dizer (do discurso e do sentido) – ilusão que é necessária para que o sujeito continue interpretando e produzindo sentidos.

O sujeito discursivo, para Orlandi (2005, p. 48), é pensado como “posição”, entre outras. O modo, contudo, como o sujeito ocupa o seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, porque ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma forma, com base no afirmado por Pêcheux (1995), a língua não é transparente, nem o mundo é diretamente apreensível quando se trata da significação.

Fala-se, portanto, a partir de determinada posição, cujo dizer deriva da formação discursiva na qual tem suas palavras inscritas. Para Pêcheux, posição-sujeito é a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber, e a forma-sujeito é, por sua vez, fragmentada em virtude das diferentes posições de sujeito, do que resultam, em cada discurso, diferentes efeitos-sujeito. Social e historicamente falando, portanto, o sujeito sempre ocupa certas posições, o que não faz de forma neutra, embora tenha a ilusão de que assim ocorre.

Após termos estudado a forma-sujeito e a posição-sujeito, cujos conceitos teóricos exercerão importante papel nas análises do nosso *corpus*, passamos a analisar o discurso da imprensa oficial e do governo militar por meio da campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o”, ou da negação a ela.

2.2.1 Negação à campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o”

Contando com o fato de que o grande avanço tecnológico e de progresso econômico permitiu que muitos dos lares brasileiros passassem a ter aparelhos de televisão em suas casas, os militares se valiam desse acesso para entrar nos lares e promover a “boa” imagem do governo e de um Brasil de sucesso e harmonia. O ano de 1970, no qual ocorreu a nona Copa Mundial de Futebol, sediada no México e na qual o Brasil alcançou o tricampeonato, foi marcado também por uma das maiores campanhas publicitárias em massa já vista na história. O presidente da Arena¹⁸ determinou aos candidatos do partido que fosse utilizado como base de campanha eleitoral o êxito do futebol brasileiro na Copa do Mundo, bem como em tantas outras áreas do esporte. Como fruto desta publicidade institucional surgiu o hino “Pra Frente Brasil”, ainda hoje conhecido pelas diferentes gerações, embora tenha sofrido uma correção no que concerne à informação sobre a população do país¹⁹. Era a letra:

"Noventa milhões em ação	Parece que todo Brasil deu a mão
Pra frente Brasil	Todos ligados na mesma emoção
Do meu coração	Tudo é um só coração
Todos juntos vamos	Todos juntos vamos
Pra frente Brasil	Pra frente Brasil! Brasil!
Salve a seleção!	Salve a seleção!"
De repente é aquela corrente pra frente	

Com as comemorações pelo tricampeonato mundial de futebol e em razão das diversas conquistas desportivas, foram criados pelos militares o *slogan* e a campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que tinha como objetivo “oficial” – segundo os militares – reforçar o patriotismo no país, contudo, entre as pretensões da campanha – e de seu

¹⁸ Conforme mencionado no primeiro capítulo, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) era o partido do governo, ao qual se filiavam todos os políticos de direita que apoiavam a ditadura.

¹⁹ Este assunto será retomado – e aprofundado – no item 3.2.2, no qual é analisado texto (verbal e não verbal) que faz alusão à seleção brasileira, reportando-se, por conseguinte, à campanha do governo militar que se valia do sucesso desportivo para autopromoção.

idealizador, general Médici – também estava a de comunicar aos opositores do regime militar que fugir era a única opção que lhes restava e que não seriam toleradas ações de resistência.

Freda Indursky (1997), em *A fala dos quartéis e as outras vozes*, constatou que os termos *brasileiro* e *povo* não apareciam na materialidade do discurso presidencial do governo Médici. Não era para o povo que o presidente governava, embora o discurso militar fosse ancorado na (ilusão da) democracia. É, ainda, para o fato de que as ações ditatoriais têm significações diferentes para parcelas diferentes da população (formações-discursivas diferentes) que a campanha do *ame-o ou deixe-o* fará emergir diferentes deslocamentos e, por conseguinte, diferentes significações – uma vez que, “para uma importante parcela da população brasileira, o governo militar suprimiu as liberdades cívicas” (p. 94) e, para a outra parcela, aquela que se identifica com o discurso militar, “refere-se àqueles que apóiam incondicionalmente a revolução” (p. 96)

A campanha simula um discurso patriota, assim como “o discurso autoritário (da ditadura) simula exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida na sua imagem democrática”. (INDURSKY, 1997, p. 116), Essa ambiguidade “tece seu campo político: a interpelação do povo mobiliza seu sentido historicamente cristalizado e assim o sujeito [...] instaura a ilusão de um discurso democrático pela tomada da palavra que, ao fazer-se em nome do povo, reveste-se de legitimidade” (p. 116). Sabe-se, no entanto, que o não-dito se faz muito importante na significação, pois, da perspectiva da Análise de Discurso, não há fechamento ou transparência do discurso, mas, sim, espaço para a falha, para o silêncio e para a alteridade. Isso se deve à marca da incompletude ou à entrada da noção da falta. É na falta das palavras que o inconsciente ressoa na língua, o que permite que equívocos sejam produzidos, revelando que a língua é um sistema passível de falhas/penetração, por onde os sentidos deslizam, permitindo, assim, que sejam “criados” outro(s) sentido(s). Em outras palavras, é por meio da incompletude da linguagem que os (diferentes) sentidos emergem.

Desse modo, o sentido (não)silenciado na campanha é o sentido que mais ressoa, bem como o que mais se faz presente. O sentido não explicitado é possível não pelo que está no fio do discurso, mas pelo que lhe é exterior e ancora essa interpretação. O deslizamento dos sentidos ocorre, portanto, entre *deixar* e *fugir*, pois o sentido silenciado é para que os opositores deixem o Brasil (como fuga às ações da repressão militar), é o sentido presente da ameaça. Logo, nem a campanha tem cunho patriota, nem seu conteúdo é direcionado a qualquer brasileiro, mas àqueles que não comungam dos *ideais e princípios da Revolução* (cfe s.d.16).

O *Pasquim*, que não partilhava de tais *ideais e princípios*, marcado pela coragem de questionar e de resistir, assumia a função de porta-voz (autorizado) da população brasileira, e respondia às ameaças militares fazendo uso do humor, com o qual provocava muitos deslocamentos e, portanto, significava. A campanha foi prontamente satirizada no semanário. A 57ª edição do jornal, publicada em julho de 1970, exibiu duas laudas com cartuns que satirizavam o “ame-o ou deixe-o”:



Figura 6: Brasil, ame-o ou deixe-o
 Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 144-145.

Esse papel de porta-voz da população, em pleno auge do período de repressão, revelava a formação discursiva na qual o discurso pasquiniano se inscrevia. Se as condições de produção eram formadas, portanto, pela liberdade cerceada, pela censura prévia e por censores ocupando a redação do tabloide (e de tantos outros órgãos da imprensa alternativa), bem como pelo uso da força como resposta a atos considerados pelos militares como subversivos, os atos (mesmo que velados) de resistência d’*O Pasquim* inscreviam-no em uma FD de resistência, contrária à ditadura e a seus violentos atos de repressão. Seu discurso

irreverente – e corajoso –, que debochava das ações do governo, traduziam a ideologia do jornal e de seus integrantes, ou da posição-sujeito ocupada por eles.

É em razão dessas condições de produção e da FD na qual se inscreve o discurso pasquiniano que as tiras, assinadas por Ziraldo, ricas de materialidade verbal e não-verbal, significam. Passamos agora a olhar, na perspectiva da AD, alguns dos cartuns publicados naquela edição:

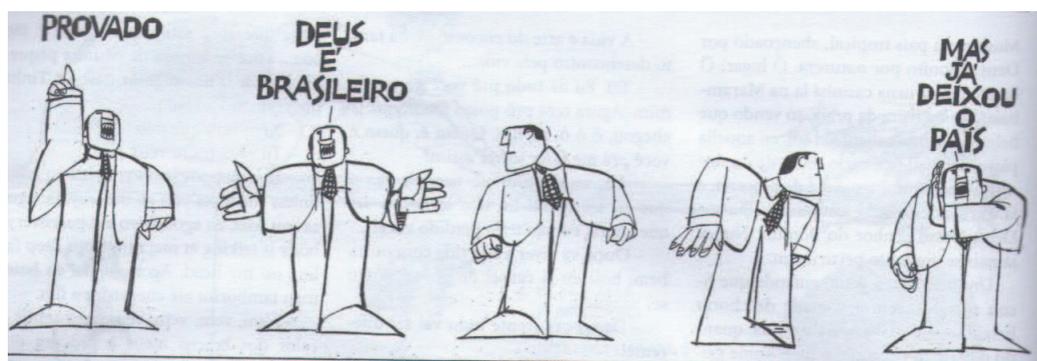


Figura 7: Brasil, ame-o ou deixe-o – Deus é brasileiro

Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 144

Há, neste texto, diversos fatores, verbais e não verbais, que em muito contribuem para a significação do discurso, eis que o sentido se produz pelo atravessamento de ambos. Na primeira imagem, o homem, vestido de terno, e usando gravata – com uma expressão facial que faz ressoar no eixo da formulação, pela memória, a imagem de um discurso sendo proferido – e com o dedo e braço apontados para o alto, o que remete a um efeito de evidência de um político discursando, provoca a ilusão (efeito de sentido) de que é uma fala feita por um político. A imagem, que pela ação do interdiscurso faz ressoar o sentido de um discurso político, remete, mais uma vez, à interpretação de que o que está ali sendo representado é o discurso oficial, o discurso militar.

Na segunda imagem há a afirmação de que “Deus é brasileiro”, “jargão” de uso popular, cuja escolha não se deu ao acaso, pois era justamente ao povo que a mensagem era direcionada. A escolha da expressão visava chamar a atenção de quem mais a usava, no intuito de que a denúncia de repressão chegasse às mais diferentes classes, incluindo aquelas com acesso menos privilegiado à informação. Os braços abertos, por sua vez, permitem uma multiplicidade de interpretações, uma vez que podem fazer ressoar uma postura inerente a

uma fala – política – feita em público, o que reforça a constatação de que é uma fala oficial, como também remetem à imagem do Cristo Redentor, do filho de Deus, cuja estátua no Rio de Janeiro é referência do Brasil no exterior, assim como a Estátua da Liberdade é para os Estados Unidos, a Torre Eiffel, para a França, etc., ou seja, era a imagem do Brasil sendo representada.

A quinta imagem, na qual o personagem coloca a mão ao lado da face – movimento comum a alguém que vai “cochichar” algo, ou ainda de quem pretende impedir que alguém que está muito próximo ouça ou perceba o que está sendo dito – para informar que “mas (Deus) já deixou o país” permite compreender sua ação na terceira e na quarta imagens, em que o personagem vira a cabeça para a sua direita e, após, para a sua esquerda, como quem procura se certificar se não está sendo observado. A última fala já não é mais, portanto, tão pública quanto o foram as duas primeiras e mostra a posição (FD) com a qual o personagem concorda: contrária ao regime militar. Esta última imagem não tem o efeito de sentido de um militar, mas de um ativista político.

É possível perceber que, ao dizer “Deus é brasileiro”, o personagem faz uso de expressão de força popular, normalmente proferida em situações de comemoração ou de esperança. Esse sentido fica, no entanto, comprometido quando o personagem da tira faz nova afirmação: “Mas já deixou o país”. Em uma crítica ao regime de opressão latente no país, a fala dá outra dimensão à significação esperada no texto.

É nessa construção, com o uso da conjunção adversativa *mas*, que o humor se consolida nesta tira. É pelo jogo injuntivo que se dá a quebra do logicamente estabilizado, o que permite uma leitura (interpretação) diferente daquela esperada com a leitura das duas primeiras imagens, quando o personagem afirma que Deus é brasileiro.

Para podermos interpretar o texto de Ziraldo precisamos, antes, pensar em quem é Deus? Quais são os sentidos já cristalizados sobre ele? Respondemos, então, com base em convicções religiosas, que Deus é soberano (é o senhor de todos, o “chefe”, o “rei”, enfim, se tivéssemos de colocá-lo em uma escala hierárquica, Deus ocuparia o topo da pirâmide), é onipotente (tudo pode) e onisciente (tudo sabe). É justo e tem infinita bondade, além de ter o poder de atender aos anseios dos necessitados, ou de punir aqueles que não vivem em conformidade com as leis divinas.

Se Deus é brasileiro, portanto, acredita-se – e esta é a origem da expressão “Deus é brasileiro” – que ele dará especial atenção ao Brasil, cujo povo será “beneficiado” com a bondade divina e protegido das mazelas da vida. Um povo protegido por Deus é um povo protegido dos males do mundo.

A fala final da tira, entretanto, quebra o efeito inicialmente esperado, o que traz consequências: para o leitor, o humor (mascarado); para o sistema, a crítica ao regime opressor imposto pelos militares. O logicamente estabilizado – que Deus protege o Brasil – quebra-se, portanto, no momento em que, não o personagem da tira, mas a posição-sujeito representada por ele, mobiliza o não logicamente estabilizado, ou seja, no momento em que ele nega o conhecido. Se até Deus – que, segundo o sentimento de patriotismo de nosso povo, é brasileiro – já deixou o país, que opção resta aos demais? Se as amarras da ditadura não foram suportadas nem por Deus, onipotente que é, ressoam os sentidos de que a condição vivida pelo país é da mais extrema seriedade e gravidade. Se o mais importante dos patriotas (quem no mundo seria mais importante que Deus?) já fugiu, que forças os “demais” ou simples brasileiros terão para combater tamanha repressão?

Despindo-nos do sentimento religioso, retomamos a questão sobre quem é deus e reafirmamos que ele ocupa, num sistema de hierarquia, a mais prestigiada das posições. Perguntamos, no entanto, a que deus o texto se refere? Quem já deixou o país fugindo das mazelas do regime militar? Nomes reconhecidos figuraram entre os ativistas que lutavam contra a ditadura. A Passeata dos Cem Mil, por exemplo, ocorrida em junho de 1968 nas ruas do Rio de Janeiro (cidade do Cristo Redentor) e assim chamada porque contou com a participação de cem mil “em que artistas se mesclavam com estudantes, políticos e sindicalistas” (MEIGUINS, 2005, p. 27) teve, em sua linha de frente, nomes como “Edu Lobo, Chico Buarque, Gil, Caetano, Paulo Autran” (p. 27). Desses nomes, na ocasião da publicação da tira de Ziraldo na edição de julho de 1970, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil haviam se auto-exilado e viviam fora do Brasil para se protegerem das forças repressoras. Além destes, outro artista que teve grande participação na batalha – intelectual – contra a ditadura foi o pianista Tom Jobim. Esta participação, contudo, se deu a distância, pois o músico mudou-se para Nova York, nos Estados Unidos, ainda nos primeiros anos da ditadura militar. Chico, com a ajuda de Tom Jobim, foi para a Itália e Caetano e Gil, após terem sido presos sob a acusação de terem desrespeitado o hino e a bandeira nacional brasileira, buscaram exílio na Inglaterra.

Considerando, portanto, o sentido já cristalizado pela memória popular sobre o reconhecimento ao sucesso profissional desses cantores e o prestígio, conquistado pela fama, do qual desfrutavam, não seriam eles os deuses que já haviam deixado o país? Em especial o nome de Chico Buarque foi reconhecido como um dos ativistas mais expressivos da época, a ponto de qualquer preso que tivesse a mínima relação com o cantor ter carimbada em sua ficha a informação “ligado a Chico Buarque”. Seria, então, Chico Buarque, que já morava na

Itália há quase um ano, o deus que já abandonou o país? Seria Tom Jobim, conhecido popularmente como deus da MPB? Se antes, quando pensávamos religiosamente, ponderávamos que se até mesmo Deus, onipotente, não conseguira resistir às forças repressoras da ditadura, reafirmamos, agora, o questionamento: Se Tom Jobim e Chico Buarque, figuras públicas, inteligentes articuladores políticos, que contavam com fama e prestígio, já haviam deixado o Brasil, o que restaria para os “demais” brasileiros?

O período ditatorial foi marcado por muitos desaparecimentos, prisões e torturas. Com as torturas, especificamente, sabe-se – pelos inúmeros depoimentos vinculados na mídia contemporânea – que, dada a força e as barbáries cometidas, os presos e ativistas políticos não raramente confessavam crimes que não haviam cometido para se livrar de tão desumana violência (não que algum tipo de violência possa ser considerada humana, mas as vidas nesse período destacam-se historicamente por terem excedido todos os limites toleráveis). É possível compreender, portanto, que o personagem, ao contrário do que as duas primeiras imagens sugerem, não é um militar ou um simpatizante ao regime, mas alguém que, quando em público, se vê impelido a adotar o discurso milico. Quando em uma esfera mais íntima – e segura, eis que ele pôde observar que próximo a si não havia ninguém da opressão –, sentia-se autorizado a fazer a fala que atendia a suas convicções pessoais.

Assim também era o discurso pasquiniano: quando observado pelos censores, o discurso adotado era aparentemente diverso daquele que atendia a sua ideologia, muito embora suas convicções ideológicas, não obstante mascaradas, sempre tenham estado presentes no discurso, mesmo quando provocavam a ilusão de que era um discurso livre de críticas e, portanto, que provocava um efeito de “não-censurável”. Foram, também, os silenciamentos presentes neste texto que fizeram com que ele significasse. Foi o não-dito que permitiu que o texto, além de irreverente, tivesse o caráter de denúncia que teve.

Não é só ao sentido da censura, contudo, que se reporta a tira. Ela também faz menção à campanha “patriota” dos militares, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, na perspectiva da FD de oposição. Vale ressaltar que os saberes da FD capitalista atravessam a FD institucional, uma vez que na justificativa dos militares que sustentam a campanha, por trás do espírito patriótico e nacionalista, existia o interesse de “desenvolvimento”, de progresso, que não deveria receber interferência de nada, nem mesmo das ações de subversão (que, na verdade, eram justamente de combate a esse capitalismo). O convite, portanto, para a retirada do país era destinado aos comunistas, que eram contra o capitalismo que sustentava a estrutura do regime militar.

Há de ser considerado, ainda, o jogo injuntivo do *ou*, que permite a compreensão de que *ou* se ama o Brasil, *ou* é preciso deixá-lo, não sendo opção, portanto, fazer ambos. O discurso, que pode parecer um convite a amar o Brasil, é, ao contrário, um convite aos incomodados para se retirem do país, o que teve seu efeito, pois, a exemplo de Tom Jobim, Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil, milhares de pessoas foram exiladas ou se autoexilaram naquele período. A iniciativa de deixar o Brasil, nunca motivada por vontade própria, mas por instinto de proteção – considerados os inúmeros assassinatos e desaparecimentos que marcaram o período –, ou por determinação dos militares, será tema de estudo na análise da próxima tira:



Figura 8: Brasil, ame-o ou deixe-o – Chute.
 Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 145

Mais uma vez a vestimenta dos personagens é indicativo da classe representada. Na primeira imagem, o homem usando terno e gravata, com expressão facial que sugere que um comando está sendo dado – o que se confirma pela ordem “Ame-o”! –, denota autoridade, que na época era representada pelos militares. Essa autoridade é confirmada pelo dedo apontado, ação que mais uma vez confirma a postura de comando. Outra característica (física) a ser considerada neste primeiro personagem é o seu bigode, que faz ressoar, pelo interdiscurso, a imagem do nazismo na pessoa de Hitler, o que, por conseguinte, remete ao discurso nazista, já cristalizado como sinônimo de barbáries cometidas contra a humanidade. Se, por um lado, o discurso faz ressoar a imagem do ditador mais desumano que o mundo já conheceu, o recurso a essa significação neste texto faz ressoar o sentido de que qualquer ditadura é desumana, o que não é diferente no Brasil. Esse recurso, mais uma vez, não é inconsciente, pois as histórias de Hitler e do nazismo – do holocausto, da perseguição a

grupos minoritários considerados indesejados e de teses racistas e antissemitas – são ampla e mundialmente conhecidas e reprovadas. Ao relacionar a ditadura alemã à ditadura brasileira, *O Pasquim* denuncia que o sistema brasileiro também merece ser alvo de questionamento, de condenação e de resistência.

Ainda na primeira imagem, o segundo personagem, com cabelo desgrenhado, pés descalços, roupa suja e barba por fazer, representa, numa perspectiva política, posição de submissão, mas também de rebeldia, de resistência. Há, pois, no mundo todo a revolução dos costumes, a luta pela liberdade de expressão e pela liberdade sexual marcada, sobretudo, no movimento hippie. Tal posição, de submissão e rebeldia, era, à época, representada pelos estudantes e intelectuais, dentre outros – ou seja, por grupos que representavam o povo brasileiro. Esta oposição – pessoa do poder *versus* pessoa do povo – é confirmada pelo confronto, pela disparidade das vestimentas e posturas apresentadas.

A posição na qual se encontra este homem, beijando o chão – o que se confirma pelo termo *smack*, onomatopeia para beijo, pelo desenho de seus lábios e pelo nariz, que encosta no chão – e com a bunda erguida, ao mesmo tempo em que mãos e joelhos encostam no chão, revela a (ilusão de) evidência de que há uma postura de submissão do segundo com relação ao primeiro, associada a um ato de humilhação do primeiro com relação ao segundo. Esta humilhação é, também, a revelação de que não havia, para o homem do povo, qualquer possibilidade de manifestação de sua voz, opressão que também é traduzida pelo uso das reticências na fala do primeiro homem: “ame-o ou...”, que produz um efeito de ameaça. Tal postura faz ressoar, mais uma vez, os saberes referentes à censura e aos maus-tratos característicos do período e do regime militar. Logo, o beijo no solo, que representaria um gesto de amor em relação à pátria, aqui é a representação de resistência, já que denuncia a submissão a que é preciso suportar.

O chão, representado no cartum por pequenas linhas que lembram a grama e por uma pequena flor logo atrás do pé do homem autoritário na primeira imagem, também provoca um outro efeito de sentido, o de submissão e humilhação. O fato de que o segundo homem se encontra de joelhos num chão de grama faz ressoar no domínio da memória o sentido de um animal pastando. *O Pasquim* denuncia, portanto, que o povo é reduzido à condição de animal, que pasta, que não tem voz, que é inferior. Outro sentido despertado pela representação desta grama/pasto conduz, mais uma vez, a uma expressão popular, de uso bastante pejorativo, usada para xingamento e que denota que a pessoa a quem ela é dirigida está em condição de inferioridade e pode estar sendo chamada de animal: “Vai pastar!”. Mais uma vez o discurso pasquiniano denuncia a condição à qual os militares reduzem o povo brasileiro.

Outro fato a ser observado é a proximidade em que os dois sujeitos se encontram na primeira imagem, já que o homem do povo, como destacado anteriormente, está com a bunda erguida. Há de se observar, contudo, que a bunda encontra-se em um ângulo apropriado para que o homem autoritário a chute, o que é sinal, mais uma vez, de que a ideologia (do homem do povo, de oposição ao regime militar) é velada quando da presença das forças ditatoriais. É preciso, em um sentido de proteção, dar a ilusão de silenciamento e de submissão às vontades do poder; é preciso “dar a cara a tapa”, ou, neste caso, “oferecer a bunda ao chute”, o que significa que a ideologia não é apagada, mas tão somente mascarada ou (não)silenciada, e entra em conflito com a ideologia da FD que sustenta os discursos da subversão, da resistência, que circulam n’*O Pasquim*. É a tradução de um ato de resistência, pois mostra que os ativistas preferem correr o risco de serem expulsos do país a se calarem diante das atrocidades cometidas contra o povo e contra o Brasil.

Na segunda imagem percebe-se que um chute foi dado. Tal percepção é possível em razão dos sentidos já construídos na primeira imagem e pelo movimento feito pelo pé do figurão, representado pelos riscos circulares desenhados atrás de seu pé e perna, que, ao contrário da primeira imagem – na qual ambos os pés estavam no chão –, está erguida. A ausência do segundo personagem – o brasileiro que representava oposição ao regime militar – e a pequena imagem de uma bunda desenhada quase no topo da borda direita da tira, associados ao comando *deixe-o* proferido pelo figurão, permitem a compreensão de que o homem foi chutado e que deixará, portanto, o lugar. O entendimento, ainda, de que é do Brasil que o homem sairá só é possível quando despertados os sentidos já construídos pela campanha do governo “Brasil, ame-o ou deixe-o”, em associação às expressões *Ame-o ou...* (primeira imagem) e *Deixe-o* (segunda imagem).

O caráter de ameaça proposto pelo uso das reticências confirma-se quando sua continuação é o comando *deixe-o*, uma vez que pela estrutura da imagem é possível compreender que este é o destino de quem, na concepção dos militares, “não demonstra amor pelo Brasil”.

A ação do chute também pode ser compreendida pelo termo “pô”, onomatopéia para barulho/chute, e pelos desenhos em forma de “U” dispostos de tal forma que lembram um impacto, recurso gráfico tradicionalmente usado em cartuns. Este recurso está, na imagem, disposto entre o pé do figurão (militar) e a bunda do extraditado (oposição), do que se compreende – mais uma vez – que a campanha do governo (ditador) não se trata de um convite ao patriotismo, mas de uma ameaça àqueles que manifestarem oposição às ações militares. Entende-se também que os ativistas não optavam por deixar o Brasil tão somente

por descontentamento com a situação política, mas porque eram compelidos a fazê-lo. Aqueles que não eram extraditados, expulsos, deixavam o país no intuito de proteger-se do massacre que a ditadura militar provocava sob o pretexto de manter a ordem no país e no intuito de evitar represálias e ameaça ao seu poder.

Se considerarmos, ainda, o funcionamento da interjeição como um termo que “expressa emoções, apelos, sentimentos, sensações, estado de espírito” (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p. 204), o termo “pô”, no texto, revela-se como manifestação de raiva ou protesto, traduzindo-se como a expressão de um sentimento de indignação com as atitudes militares, em especial no que concerne à privação de liberdade e o exílio.

A segunda imagem traz, ainda, a denúncia de que as expulsões estavam longe de serem inseridas num contexto pacífico, o que se pode perceber pela força do chute dado pelo figurão, representada pelos vários riscos feitos para representar tanto o movimento da perna quanto a intensidade deste chute, além do desenho da bunda – que já está saindo da imagem, a exemplo do brasileiro, que já está saindo do país –, que está representado na altura do peito do ditador. Logo, mesmo que este esteja um pouco inclinado em razão do movimento feito, de uma altura significativa, para a qual é necessário força. A denúncia da expulsão está, portanto, calcada na informação de que os brasileiros eram chutados, expulsos em condições nada pacíficas, o que reforça o caráter ameaçador – e não patriota – da campanha.

Se entendermos a crítica d’*O Pasquim* como negação, ou como uma “contra-campanha”, podemos justificá-la pelo fato de que o discurso pasquiniano é um discurso de resistência à ditadura. Vale lembrar que o processo de identificação é um movimento que se dá do exterior para o interior ou, em outras palavras, é do outro para o um, deixando no inconsciente marcas que podem ser acionadas a qualquer momento: “isso significa que a atração ou repulsa que sentimos por alguém ou por um dado objeto encontra seu fundamento em elementos constitutivos do inconsciente, lá depositados e jamais esquecidos”. (CORACINI, 2003, p. 198).

Vale lembrar também que, se, por um lado, para Orlandi (1996a), o homem está condenado a interpretar, o que, sabemos, é uma injunção, de outro, o texto, enquanto unidade de análise para a AD, deve ser pensado como um conjunto de letras, sons, imagens e/ou sinais, apresentando-se como um todo (imaginário). A imagem, portanto, estrutura-se como materialidade que aciona a memória discursiva, e é no simbólico que “a linguagem como prática – isto é, como mediação necessária entre o homem e a sua realidade [...] vai articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social”. (ORLANDI, 2001b, p. 63). É desse modo, portanto,

“costurando” textos verbais e não verbais com o materialismo histórico e pelos deslocamentos provocados por essas costuras, que o discurso pasquiniano confirma seu caráter de denúncia e diz, mesmo silenciando.

Trabalhamos, nesta seção, a negação à campanha *Brasil, ame-o ou deixe-o*, que era a tradução do discurso repressor militar. É sobre os mecanismos usados para exercer – e legitimar – essa repressão que nos debruçamos no próximo item.

2.3 A polícia e os mecanismos de controle e poder

No período da ditadura militar o “respeito” ao governo era imposto pela força, pela coação, pelo medo, pela violência extrema e pela censura. Nada disso seria necessário, contudo, se os cidadãos brasileiros, em sua totalidade, aprovassem as ações militares. É óbvio que isso não acontecia, pois havia, sim, muita resistência, ou o que Anne –Marie Smith (2000, p. 9) chamou de “modalidades diárias de resistência”, representadas por pequenos atos de sabotagem, furtos e operações-tartaruga que acompanham a aparente obediência, mas insinuam a rejeição por baixo da aceitação superficial de um sistema de dominação. Permitimo-nos, ainda, acrescentar a essas “modalidades diárias de resistência” as denúncias da imprensa alternativa, principalmente as feitas pelo *O Pasquim*, que se valia do riso para revelar aos brasileiros o que acontecia por detrás das cortinas dos palcos militares.

Os militares tinham consciência de que sua pretensa política cidadã e democrática não convencia a todos, e era por isso que precisava da força nas ruas – e nas redações –, para impor obediência ao seu sistema. Destaca Smith que “diferentes formas de resistência emergem de uma combinação de fatores, entre os quais os recursos das vítimas, sua história, alianças, potenciais, capacidades da organização e riqueza material. Entre outros fatores incluem-se o *poder do agente repressor e a maneira pela qual a repressão é exercida*”. (2000, p. 9-10 – grifo nosso).

Uma das forças da repressão militar era a censura à imprensa, que, em especial nos anos da ditadura, foi praticada de maneira muito peculiar, suportada por atos ilegais, disfarçados e negados. “A modalidade predominante da censura, à qual a vasta maioria de veículos da imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistiu em proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal”. (SMITH, 2000, p. 10), prática que ficou eufemisticamente conhecida por “autocensura”.

A “autocensura” administrada pelo Estado era só mais uma das muitas contradições que envolviam a repressão à imprensa da época, além dos aspectos formais que a envolviam:

Cada aspecto da censura era rigorosamente controlado. A emissão das ordens obedecia a um padrão rígido. Proibições sem assinatura de notícias eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Tais ordens nunca eram deixadas com o destinatário, nem era permitido fotocopiá-las. Ao contrário, seu conteúdo tinha de ser copiado por um representante da publicação, que também tinha de assinar um formulário acusando o recebimento da proibição. (SMITH, 2000, p. 10)

Para Smith, as redações eram “inertes” a essas ações e “não havia enfrentamentos diretos com a autoridade”, com um sistema de censura funcionando “fácil, primorosa e automaticamente” (2000, p. 10-11). Após os estudos feitos nesta dissertação, contudo, permitimo-nos discordar da autora, ao menos no que diz respeito à redação pasquiniana, que não era inerte, mas passava – conscientemente, no que diz respeito à construção linguística ou não linguística de seus textos – a ilusão de submeter-se aos atos de censura. Como, no entanto, o presente item tem o intuito de revelar as forças e os “mecanismos de controle e poder”, não avançaremos, neste momento, nessa discussão.

Muitos instrumentos da imprensa apoiaram de fato os ideais da *Revolução*, no entanto, mesmo os jornalistas que defendiam ardorosamente o regime, não o faziam com a censura, pois apoiavam o regime, mas tinham sua liberdade restringida. O fato, contudo, é que a imprensa – simpática ou de oposição à ditadura – teve de se submeter aos atos de polícia:

[...] aceitaram essas proibições ilícitas, passaram recibo, registraram-nas, fizeram-nas circular até o redator certo, não realizando, então, a cobertura ou investigação do assunto proibido. Nos poucos casos em que foi tentado um método mais agressivo de censura, houve esforços criativos e enérgicos por parte dos atores da imprensa afetados para desafiá-la, condená-la e rejeitá-la. Mas para a vasta maioria sujeita às rotinas anônimas, banais, burocratizadas, havia continuamente o consentimento cotidiano e as modalidades diárias de inércia. (SMITH, 2000, p. 11).

As forças de repressão eram tão presentes e tão repressoras que muitos órgãos da imprensa, muitas vezes submetiam-se à censura sem nem mesmo serem “provocados” pela polícia ou por censores nas redações: “a censura banalizou-se na rotina [...] parecia funcionar automaticamente” (SMITH, 2000, p. 12). O que acontecia, contudo, especialmente no caso

d’*O Pasquim*, era que a imprensa construía a ilusão de que se subordinara ao regime, mas continuava despertando sentidos que revelavam aquilo que a ditadura pretendia esconder.

Contraditoriamente, a censura, embora muito presente, era negada pelos militares. A imprensa oficial pregava – no Brasil e na esfera internacional – que o país passava por uma situação de ordem e de crescente progresso. Paralelamente, a imprensa alternativa também *tinha de* noticiar, por imposição do regime, notícias de mesmo cunho. Causa estranheza, no entanto, o fato de a ditadura tentar velar a censura, negá-la, disfarçá-la, uma vez que não se preocupou – principalmente quando da publicação e decretos dos atos institucionais – em parecer um regime que respeitava as liberdades individuais; ao contrário, não deixava dúvidas sobre seu caráter repressor, nem sobre seu poder para tal.

Segundo Smith (2000, p. 47), a censura, que já se tornara ato rotineiro, era ainda negada pelo governo, que tinha o desejo de legitimidade por parte do regime, o qual, embora “aspirasse ao controle social, também queria a legitimidade política”, que não seria alcançada se fosse externamente entendido como repressor. Os militares não tinham, portanto, pudores no que concerne aos assassinatos, às torturas, às ordens de exílio e de “sumiço” dadas aos seus opositores, mas preocupavam-se em como isso podia repercutir na esfera internacional. Outro recurso para a legitimação era a constante alegação de que a democracia estava sendo protegida e os militares defendiam que a *Revolução de 1964* tivera o intuito de salvar a democracia, que, segundo eles, corria o risco de ser aniquilada por João Goulart. No entanto,

os esforços do regime em busca da legitimidade com base na democracia proporcionavam à imprensa uma oportunidade para firmar sua liberdade, na medida em que uma imprensa livre pode ser considerada um pilar dos sistemas democráticos. No entanto, enquanto uma democracia aberta exigiria uma imprensa livre, talvez uma democracia “aperfeiçoada” também impusesse uma imprensa “aperfeiçoada” sob a tutela dos militares. (SMITH, 2000, p. 47).

A repressão tornava-se cada vez mais institucionalizada, sistemática e coercitiva. A imprensa, contudo, em especial a imprensa alternativa, insistia na tentativa de driblar a censura para se fazer comunicar. Jornais como o *Correio da Manhã* e o *Pasquim*, fortes militantes de oposição, ao – audaciosamente – noticiarem, por exemplo, ações como prisões em massa, tortura e repressão política, provocavam a ira do governo militar, que, em resposta a tal postura, apreendia exemplares, colocava policiais dentro das redações, prendia redatores e diretores, exercia forte pressão financeira e fechava redações. As sedes de ambos os jornais

sofreram, em diferentes oportunidades, misteriosos atentados à bomba. Há, ainda, inúmeros registros de redações que foram invadidas no meio da noite e que tiveram suas edições queimadas.

Era em meio a prisões, torturas, coerções para que crimes não cometidos fossem confessados, perseguições, exílios e tantas outras ações de repressão que a ditadura garantia, ou tinha a ilusão de garantir, o silenciamento de ativistas e de muitos órgãos da imprensa. Para a sorte do Brasil, o país podia contar com *Adoráveis Revolucionários*²⁰, que batalhavam incansavelmente pelo não silenciamento das vozes do povo²¹ em detrimento das vozes da ditadura.

2.4 O silenciamento local e a resistência

Quando a censura é objeto de estudo, há de se voltar especial olhar, antes, não à censura, mas à recusa de se submeter a ela, na tentativa de definir o modo como as diferentes formas de silêncio trabalham os processos de produção de sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 93).

Os sentidos são, também, revelados em suas *formas do silêncio* (ORLANDI, 2007). Para a autora (p. 93), a censura tem de ser compreendida como fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre os sentidos permitidos e os sentidos proibidos produz no sujeito. Prossegue Orlandi destacando que na relação censura x resistência têm grande significação os processos parafrásticos, com os quais se diz “o mesmo”, e os processos polissêmicos, quando se diz “o diferente”. É esta, portanto, a relação vivida na censura: diz-se o mesmo para significar outra coisa e outra coisa para ficar no mesmo sentido. O sujeito que produz linguagem e a exterioridade que o determina estão presentes em toda a produção de sentidos.

Poder e silêncio andam juntos. É o silêncio da opressão, onde há opressor e oprimido. Estes, inscritos num discurso de resistência, assim o fazem como uma forma de oposição ao poder. Segundo Orlandi (2007, p. 101), esse modo de produção de linguagem posto em

²⁰ Faço, aqui, referência à tese de doutorado da prof^a. Dr. Carme Regina Schons, defendida no ano de 2006, sob o título de *Adoráveis revolucionários: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República*, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²¹ Quando nos referimos, aqui, a povo, reportamo-nos ao povo brasileiro, aos “não militares”, independentemente da classe social à qual pertence.

prática durante a ditadura militar no Brasil caracteriza-se pela censura, pela interdição da palavra ao conjunto da sociedade brasileira.

Não é, contudo, um fato da consciência individual do sujeito, mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Pode resultar de processos mais ou menos conscientes que se reportam a diferentes ordens, tais como política, moral, estética, etc., definidas pela ordem de discurso em que se inscrevem as regiões de sentidos proibidas. Não há, portanto, nessa perspectiva, autocensura, eis que a censura sempre coloca um “outro” no jogo e se dá na relação do dizer e do não poder dizer. Constitui-se de sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos. (ORLANDI, 2007, p. 102).

A censura exercida sobre *O Pasquim* não pode ser dita uma interdição que funciona no nível do historicamente dizível (formulável), mas uma censura local, visível, exercida por um poder explícito, as forças da ditadura militar. Os articulistas do semanário, por força dos atos da ditadura, não podiam dizer o que sabiam, ou o que se supunha que sabiam, ou seja, não diziam, não por não saber ou por não ter informações, mas porque não podiam. Não dizer e não saber, portanto, não se confundem. O silêncio não representa, aqui, ausência de informação, mas interdição²².

Diante da proibição da circulação de certos sentidos por um governo ditatorial, *O Pasquim* exerce a resistência dizendo “o mesmo” (o que é permitido) para dizer, no entanto, “outra coisa” (o que é proibido), valendo-se da reestruturação do senso comum, do estereótipo ou do consenso. É pela relação de forças que se instala o confronto, não pela (não)sinceridade de quem produz os sentidos.

Postula Mariani (1998, p. 67) que nada é neutro nem transparente em termos de prática discursiva: os sentidos se produzem em formações discursivas, são regulados por rituais sócio-históricos e mobilizados interdiscursivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. A transparência dos sentidos, no entanto, conceito ideológico, comparece de maneiras diversas, produzindo o efeito de literalidade, ao mesmo tempo em que apaga o processo de imposição hegemônica de uma determinada interpretação.

Prossegue a autora destacando que a ordem do discurso jornalístico é marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação, ou melhor, com a verdade-da-informação. Está também, com seu sistema de exclusões e limites, relacionada, por um lado, com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Em

²² Para Foucault (1996) o discurso não é inteiramente livre, uma vez que “não se pode dizer tudo, [...] qualquer um não pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar”, ao que chama de “interdição”.

outras palavras, há, no discurso jornalístico, uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias, que atuará como “filtro” na significação destas e, por conseguinte, no modo como o mundo é significado. (MARIANI, 1998, p. 67).

Quando fala em silêncio, Orlandi (2007, p. 101) destaca a existência do silêncio do oprimido, que pode ser inscrito no que se denomina *discurso da resistência* e considerado como uma forma de oposição ao poder.

É um erro, no entanto, compreender o silêncio como implícito, eis que se trata de coisas bem diferentes, antagônicas. O implícito representa aquilo que não é dito no dizer, mas compreensível pelo mesmo, que se faz presente; o silêncio, ao contrário, não é o não-dito, mas aquilo que é apagado, excluído. Conforme Orlandi (2007, p. 103), se considerada a incompletude constitutiva de todo discurso, ele joga também na configuração da unidade textual, significando aquilo que é preciso não dizer para que o texto se feche e, em consequência, seja coerente, não contraditório, capaz de unidade, de progressão em uma direção dada, tendo consequências discursivas conformes.

O silêncio não é transparente e é tão dotado de ambiguidade quanto as palavras, pois é produzido em condições específicas, que acabam por constituir seu modo de significar. Se, por um lado, é possível compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos, por outro, é inútil tentar traduzi-lo em palavras: “O silêncio não fala, ele significa”. (ORLANDI, 2007, p. 102). Paradoxalmente, contudo, silêncio também não significa ausência de palavras. “Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos. *As palavras vêm carregadas de silêncio(s)*” (p. 102 – grifo nosso)

Na relação silêncio e censura, sabe-se que esta pode resultar de processos mais, ou menos conscientes, bem como se pode reportar a diferentes ordens, sejam políticas, sejam morais, estéticas, etc., o que dependerá tão somente da “ordem do discurso em que se inscrevem as regiões de sentidos proibidas” (ORLANDI, 2007, p. 104), mesmo que se possa compreender que a censura não consiste num ato da consciência individual do sujeito, mas em “um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (p. 104).

A censura é, portanto, a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. [...] Entretanto, gostaríamos de insistir que a censura não é um fato de consciência individual do sujeito mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Trata-se de um processo de identificação, e diz respeito às relações do sujeito com o dizível. (ORLANDI, 2007, p. 104).

É nessa perspectiva que Orlandi afirma que não há autocensura, a censura, para ela, “sempre coloca um ‘outro’ no jogo. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de ‘um’ e do dizer do ‘outro’. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer”. (2007, p. 104-105).

Para Jean-Jacques Courtine (2006, p. 68), as condições de produção dos discursos políticos continuam a restaurar a identidade linguística e a homogeneidade dos discursos mais que suas contradições, sua heterogeneidade, suas formas de inconsistência. Destaca ainda que o discurso foi, com base nos estudos de Pêcheux, considerado um dos aspectos materiais da existência das ideologias. As formações ideológicas, que recebem o atravessamento de muitas formações discursivas, podem, portanto, determinar o que pode e deve ser dito, sempre considerando a presença de um “outro”. Esses atravessamentos, para Courtine, são prova de que todo discurso concreto é dominado por um conjunto complexo de discursos, o *interdiscurso*. São os elementos pré-construídos, ainda, que permitirão a compreensão do que é dito (ou silenciado) por um sujeito no interior de uma dada formação discursiva. Em outras palavras: os sujeitos podem atribuir sentidos ao que os circunda em razão de que estão constantemente interpretando. O sentido é, por conseguinte, tomado como evidente, como se estivesse sempre já-lá e, já que parece óbvio, deve ser “aceito” pelo sujeito. Como não há, contudo, sujeito sem interpretação, é possível perceber, aí, a presença da ideologia. Assim, para elaborar um sentido e chegar a uma interpretação, o sujeito filia-se a uma formação discursiva, que será fundamental nos processos de significação, pois o sentido já-lá servirá como base para os deslocamentos feitos pelo sujeito e que retornarão sob a forma de pré-construídos.

Para a AD, as formações imaginárias estão diretamente relacionadas às formações ideológicas, constituindo “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições*

de classe”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166 – grifo dos autores). É necessário compreender ainda que, pelo jogo das formações imaginárias, um referente, um objeto imaginário, é entendido como se tivesse tão somente um único sentido, como transparente. Não há, portanto, uma realidade propriamente dita, mas uma formação imaginária que projeta sentidos, que é denominada de realidade. São as formações ideológicas que vão apreender o funcionamento da ideologia no discurso, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (ORLANDI, 2005, p. 37).

Reportando-nos, então, à noção de imaginário, temos que faz parte do funcionamento da linguagem e das relações do sujeito com a realidade. Tais relações, contudo, não se dão diretamente do imaginário com a realidade, pois essa relação é mediada pela linguagem enquanto campo simbólico, uma vez que da ordem das palavras, do linguístico, o que colabora na produção do sentido.

As formações imaginárias são, em verdade, uma composição de mecanismos como relação de força, relação de sentidos e antecipações. A primeira, relação de força, evidencia que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Suas palavras terão significados diferentes para dizeres feitos de lugares diferentes. O segundo mecanismo, as relações de sentido, mostra que não há discurso que não se relacione com outros, e o terceiro, por sua vez, o mecanismo da antecipação, infere que

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se, assim, a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 2005, p. 38).

É justamente com base na antecipação que tentaremos compreender alguns encaminhamentos feitos pelo *O Pasquim* e algumas consequências de seus atos. É preciso compreender, para tal, como – e de que lugar – os militares viam os jornalistas do *Pasquim* e vice-versa. O discurso pasquiniano só tinha o caráter que teve em razão do imaginário produzido pelo sujeito d’*O Pasquim* sobre o outro (governo militar/ditador).

Como já visto, os militares representavam-se como mantenedores da ordem, da tradição. Entendiam/imaginavam a si mesmos como benfeitores; logo, quem não concordasse com seus ideais era subversivo e, portanto, inimigo. Os sujeitos d’*O Pasquim*, por outro lado, eram vistos (pelos militares) como os grandes inimigos da pátria e de qualquer coisa que

pudesse representar a dignidade do ser humano e seus aspectos morais e de liberdade, o que justifica as incontáveis sátiras ao governo (re)veladas nas páginas do semanário, algumas delas analisadas nesta dissertação.

Reportamo-nos a uma publicação – veiculada na 46ª edição, datada de maio de 1970 – especial para confirmar nossa teoria sobre os sentidos que constituíam/povoavam o imaginário dos sujeitos d’*O Pasquim* a respeito dos militares:



Figura 9: Somos contra o governo
Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 108

s.d.24 – SOMOS CONTRA todos aqueles que dizem que somos contra O GOVERNO.

Para melhor compreender a sequência discursiva, é importante lembrar o conceito de (im)possível ou proibido na/pela língua, “cujas transformações, sejam elas determinadas pela lei ou pelas práticas sociais, colocam em evidência os efeitos ideológicos” (DAGNEZE; SCHONS, 2009).

Segundo Dias (2005, p, 30), “diferentes modos de enunciação influem decisivamente no fenômeno da ocupação dos lugares sintáticos”. Afirmo ainda o autor, baseado nos estudos de F. Rastier, que o texto seria o “lugar de encontro entre o intertexto [...] e o contexto”, destacando que este segundo é composto pelos “aspectos situacionais que constituem o acontecimento da ocorrência do texto” (p. 31). Dias volta, ainda, seu olhar para o provérbio e o modo de enunciação genérico, do qual tomamos emprestada a noção para contribuir na compreensão do uso, na s.d.24, da expressão *todos aqueles*, que, embora indefinida, desloca facilmente a formulação, de maneira a ocupar o lugar do sujeito com “quem”, ou “aquele que” (DIAS, 2005, p.30). Se nos apoiarmos, portanto, na lição de Dias, compreenderemos que, quando o discurso pasquiniano afirma que *é contra todos aqueles que dizem que o Pasquim é contra o governo*, está dando pistas que permitem a compreensão de quem são todos, o

próprio governo. É pelo indefinido, portanto, que é possível compreender, através do comentário e por meio da organização dada, que haja uma ordem, que, por sua vez, é responsável pela definição de quem são, neste caso, *todos aqueles que dizem*. Lembra ainda Dias (p. 33) que “o efeito de verdade, que leva, por sua vez, ao efeito de universalização do sujeito (“todo aquele que...”), explicaria, pelo menos em parte, a elisão do pronome da sentença”.

Compreende-se, dessa forma, que *todos aqueles* recebe um tom de provérbio, eis que indeterminado, e funciona como uma verdade ou como algo que é inquestionável, no entanto, como está inserido no comentário, passa a ser determinado.

Indursky (1997, p. 99), sobre o uso do indefinido para determinar um efeito de sentido coletivo, ou o específico, afirma, ao analisar o uso do termo *brasileiros* pelos presidentes militares, que “todos os” e “cada um dos” constroem o efeito de sentido coletivo, que, no entanto, não deve ser entendido como totalidade, ou seja, há, no coletivo, um grupo a ser excluído. Dessa forma, *todos aqueles que dizem que somos contra o governo* representa a parte como se fosse o todo, ou uma parcela da totalidade.

É também necessário pensar no comentário e, com base neste, nos atos de proibição, subversão e aniquilamento da língua. Para Dagneze e Schons,

a subversão na/pela língua no Pasquim não é idêntica à subversão política, embora estes dois (língua e política) sejam co-existent. A subversão na/pela língua depende das condições de produção e do contexto político e ideológico, aliás, como qualquer funcionamento. A subversão na política, efeito ideológico, produz imaginário sobre (língua, cidadão, lugar de trabalhador...). (2009, s/n).

Apoiamo-nos, mais uma vez, em Dagneze e Schons (2009) para esclarecer que se percebe, pela s.d.24, que as relações de resistência são observadas no funcionamento da estrutura da língua, quando produzem efeitos *sobre* e imaginários *sobre*. Depreende-se, de tal sequência discursiva, que o texto constitui, em sua forma integrada, “um enunciado do que se deve e pode dizer e outro do que não se deve e não se pode dizer” (idem, s/n). A determinação *contra* da designação *governo* faz produzir um efeito de contradição e antagonismo entre os sujeitos do enunciado do *Pasquim*; é a busca pela subversão de um dizer, mas que marca a reação de antagonismo à prática política dos militares.

A duplicidade presente na designação/determinação *contra o governo* inscreve o simbólico no real da língua e no real da história, e não só convoca uma memória sobre uma

postura de resistência como produz um efeito avaliativo da informação (não) silenciada: somos contra o governo!

O conflito gerado na estrutura entre o enunciado em caixa alta *somos contra - o governo* e o comentário *todos aqueles que dizem que somos contra*, expresso ao fundo, produz um efeito de fragmentação. Se, por um lado, há uma posição-sujeito que se diz contra o governo (posição que, uma vez conhecida a FD na qual o discurso pasquiniano se inscrevia, entendemos ser legítima), há, por outro, uma ação de autocensura que, em proteção, busca, em forma de anúncio, esconder algo que é obrigado a dizer: *somos contra aqueles que dizem que somos contra o governo*. É a forma de dizer aquilo que era proibido dizer e a revelação daquilo que deveria ser silenciado no (ou através do) comentário.

Os atores²³ d'*O Pasquim*, portanto, provocavam deslocamentos para fazer ressoar o sentido de que não eram “subversivos”. Neste caso, ao mesmo tempo em que se declaram contra o governo, transformam seu discurso em *Somos contra todos aqueles que dizem que somos contra o governo*, valendo-se de um recurso irreverente (o uso de diferentes tamanhos de fontes que “esconderiam” sentidos), que se confirmaria, ao longo dos anos, como uma marca comum do jornal²⁴, assim como a marca de resistência de seus integrantes.

Para Indursky (1997, p. 129), pelo recurso ao contrário, ao inverso, o que a palavra nega é repostado pelo viés do trabalho discursivo que constrói a fragmentação e a dispersão do discurso. Dessa forma, afirmando o contrário do que há a ser afirmado, o discurso significa.

No intuito de sublinhar as teorias estudadas neste capítulo, cujo propósito era entender os diferentes processos de discursivização, além do riso, com suas estratégias de significação, e da posição-sujeito n'*O Pasquim*, o próximo capítulo se deterá no riso como instrumento de denúncia, bem como voltará seu olhar para a subversão pelo riso. Para tal, serão apresentadas novas sequências discursivas e textos que serão objeto de análise e que confirmarão o caráter de denúncia da irreverência pasquiniana.

²³ Os termos “atores políticos” e “cena” são usados por André Corten (1999) quando escreve sobre o discurso e a representação do político. Para Corten, “é o modo como se destacam as forças políticas sobre uma cena que tem um caráter semi-figurativo” (p.51). E prossegue: “sobre essa cena não figuram diretamente atores concretos”. Embora o político, como cena de representação, nem sempre tenha existido, tal cena permite que se escape de uma concepção de procedimentos do político (p.49). Para o autor, a cena de representação das forças políticas age como uma memória, ou como um referente para muitos discursos que não são políticos.

²⁴ Em julho de 1971, na capa da edição nº 105, Tarso de Castro publicara a frase “*TODO PAULISTA que não gosta de mulher É BICHA*”. A brincadeira, aceita com irreverência por alguns e ferozmente rejeitada por outros, rendeu a Tarso de Castro o apelido de “a bicha do *Pasquim*”. (CARDOSO, 2005, p.124-125)

3 O RISO COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIA – UMA COSTURA TEÓRICA

Após estudo da base teórica da Análise do Discurso e de sua constituição, temos a o objetivo, neste capítulo, de discutir alguns conceitos-chave para essa teoria, bem como, nas análises dos textos, retomar os métodos abordados em sua constituição. Pretendemos, aqui, mostrar o funcionamento do riso como instrumento de denúncia e subversão, para o que apresentamos, nesta sessão, um *corpus* composto por quatro textos, que combinam elementos verbais (dos quais extraímos 13 sequências discursivas) e não verbais, datados de maio e agosto de 1970 e de maio/junho de 1971 e agosto de 1969, nesta ordem, escolhidos por contemplarem diferentes abordagens da repressão militar e dos atos da ditadura: a censura, a exploração do entretenimento como cortina/máscara para esconder os problemas da nação e o “milagre econômico”, vinculado à campanha publicitária que pregava que o país passava por um período de progresso ímpar. Julgamos que esse *corpus* contempla em diferentes aspectos a resistência d’*O Pasquim* e a “não inércia” de seus atores na luta incansável pela denúncia das barbáries de uma época.

Voltamos, ainda, nosso olhar sobre o *corpus*, relacionando diferentes formas de representação com a imagem que se projeta (a partir dele, ou a partir das antecipações provocadas) dos envolvidos nesse cenário: de um lado, os ativistas (“subversivos” para uns e militantes incansáveis para outros) e, de outro, os ditadores (“Revolucionários” para uns, carrascos para outros). Ao final de cada uma das análises, procuramos produzir um efeito de fechamento, antecipando algumas considerações e trabalhando a posição-sujeito e a formação discursiva antagonica (da imprensa de resistência (*O Pasquim*)) *versus* a formação discursiva (militar), nunca esquecendo de considerar os diversos atravessamentos e deslocamentos que significam e fazem significar por meio destas formações discursivas e suas ideologias.

3.1 A AD e o discurso político

A Análise do Discurso ultrapassou, na França, segundo Courtine (2006, p. 60), no início da década de 1970, as margens da linguística, o que tornou possível uma análise política do discurso. O discurso político tornou-se, assim, a partir de então, muito rapidamente, o “principal objeto da análise do discurso” (p. 60), se não o único objeto da

análise de discurso que subitamente se desenvolveu na França. Não se pode depreender, de tal afirmação, contudo, que o texto não fosse objeto de interesse da linguística em outros lugares. Enquanto no mundo “textos de diferentes tipos foram analisados por meio do uso de vários métodos, na França os linguistas buscavam aplicar os mesmos tipos de métodos [...] para um tipo de texto – o discurso político.” Para Courtine:

O trabalho lingüístico, assim, encontrava-se fechado no interior dessas controvérsias: esperou-se que a linguística fornecesse instrumentos objetivos e formais que permitissem distinguir entre um discurso reformista e um revolucionário, entre um discurso ideológico e um discurso científico, separando, então, o joio do trigo. Esperava-se também que os lingüistas legitimassem uma política para a leitura de textos. (2006, p. 61).

Explicada, portanto, a predominância de discursos políticos entre o *corpus* da AD especialmente ao final da década de 1960 e início da de 1970, é importante destacar que tal fato evidencia que a língua – e seu(s) sentido(s) – não poderia se dissociar de determinações sócio-históricas. Para compreender, ainda, como o enunciado político significa, há de se ter em mente que o trabalho de análise de discurso evoca operações e manipula objetos. Tais operações consistem na concretização do fechamento de um espaço discursivo, na aplicação de um procedimento linguístico a um texto para determinar suas relações inerentes e no estabelecimento de uma relação no discurso entre os elementos linguísticos e aquilo que é exterior à linguagem. (COURTINE, 2006, p. 63-64).

No político ou não, na língua(gem), não é possível pressupor para cada palavra um sentido único e fixo. Os sentidos vão “colando-se” às palavras à medida que o sócio-histórico fala. A linguagem, enquanto objeto simbólico, faz sentido em/para um sujeito afetado pelo inconsciente e pela ideologia e rejeita a neutralidade. Assim, toda descrição é afetada/atravessada pela ideologia, razão pela qual não se pode idealizar a ocorrência de uma descrição de fatos linguísticos sem interpretação. Tem, portanto, o analista de discurso, a tarefa de trabalhar (n)os limites da interpretação. Preceitua Orlandi (1996a, p. 87) que “interpretar é dizer o dito – que, no entanto, aparece como grau zero (o sentido lá)”, e colabora Courtine (2006, p. 92) afirmando que “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado”.

Para que tal tarefa possa ser cumprida, tem, o analista, de partir de um ponto inicial, desenrolar seu percurso a partir da ponta do fio, qual seja, a escolha de um *corpus*, que permitirá a aplicação do dispositivo analítico, construído pelo analista para que seja possível descrever o objeto em análise, bem como para que seja possível interpretá-lo, conforme afirma Pêcheux (1994, p. 63, grifo do autor): “É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. Pêcheux (1994) refere-se à noção de *arquivo*, que, na AD, remete a uma grande quantidade de documentos pertinentes e à disposição do analista sobre uma determinada questão.

Nas análises é importante destacar que o *corpus*, mesmo que único ou idêntico, pode provocar, oriundo de diferentes antecipações e de diferentes deslocamentos, interpretações e análises diversas. Cada analista é um e assim também é a análise, que será única para cada autor. Nas palavras de Orlandi (2001a, p. 27), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões”. Tem-se, então, com base nos ensinamentos de Pêcheux (1994), que, se cada analista propõe questões que somente ele pode propor, os processos de produção, de circulação e de reconhecimento dos sentidos, que são históricos, serão apreendidos não na totalidade de um único texto, mas na apreensão de muitos, isto é, como um arquivo textual.

O aspecto histórico e ideológico é sempre indissociável da análise e do *corpus* de pesquisa, bem como do próprio pesquisador, o que atravessará a produção dos discursos e, por conseguinte, dos sentidos. Em outras palavras, “a interpretação dos resultados obtidos pela AD deve, necessariamente, resultar [...] de uma correspondência com modelos não-lingüísticos”. (COURTINE, 2006, p. 64), justificado pelo fato de que há significativas (cor)relações entre dito e não-dito, entre apagamentos e acréscimos, entre a constituição e a formulação, sendo a primeira o lugar onde são abrigados todos os dizeres/saberes relacionados ao interdiscurso, e a segunda, responsável pelo intradiscurso, ou pelo funcionamento do discurso em relação a ele próprio. Traçaremos, portanto, neste trabalho, um percurso próprio, uma construção metodológica que nos permita chegar à interpretação do discurso político veiculado n’*O Pasquim* na época da mais dura repressão militar.

O *corpus* de análise será constituído por textos que põem em sintonia elementos verbais e não verbais “costurados” com elementos sociais e históricos. Os anúncios provocam uma série de deslocamentos que permitiam que os atores d’*O Pasquim* denunciassem o

sistema opressor que dominava o Brasil. Os jornalistas pasquinianos, com a ascensão das forças militares, bem como com o igualmente crescente número de ataques, assassinatos e desaparecimentos que marcavam a época, viram-se provocados a driblar os mecanismos de controle para denunciar o que acontecia por detrás dos bastidores políticos. Prova disso é o *riso na ditadura*, tão bem usado como instrumento de denúncia e a perseguição incessante dos militares à imprensa alternativa, da qual fez parte *O Pasquim*, que não silenciava diante da repressão e se constituía como porta-voz daqueles que eram obrigados a calar-se.

É importante referendar e compreender, aqui, a noção de porta-voz, cuja posição, para Pêcheux (1981, p. 59, apud SCHONS, 2006, p. 140), revela no discurso um lugar reconhecido e institucionalizado. Para ele, o que é falado publicamente por X no enunciado faz-se sempre em nome de um grupo; portanto, não se trata de uma escolha do locutor em nome da pessoa que fala, já que o enunciador se inclui como membro do grupo em nome do qual fala.

Segundo Schons (2006, p. 155), o “porta-voz assume lugar institucionalizado no grupo – o de líder, de dirigente –, enfim, concentra-se nele a função de negociação; ele serve de ponto de contato, por meio do qual o diálogo entre duas classes antagônicas torna-se possível”. Complementa a analista de discurso:

O porta-voz, possui esse desempenho político, fala em nome de um grupo e para esse grupo, mas, ao representar a fala do grupo para o qual é nomeado líder, não só apaga as contradições existentes no interior desse grupo, como também apaga a sua voz, já que passa a falar em nome do grupo para os seus oponentes. (SCHONS, 2006, p.155).

Ainda nos ancorando nos ensinamentos de Schons (2006, p. 177), que diferencia os papéis de articulador e de porta-voz, temos que tanto o primeiro quanto o segundo “trabalham no espaço da resistência e que ambos se expõem ao olhar do poder”. Para uma melhor compreensão desta posição de porta-voz, reportamo-nos à análise feita por Indursky (1997), que terá, aqui, caráter de exemplo:

[...] o regime militar retirou de **POVO1**²⁵ a legitimidade necessária para sua instauração, bem como para os atos que se seguiram. Em outras palavras, os protestos que procederam o golpe assumem as características de uma procuração oficial passada pelo **povo** aos militares que agem, desse modo, em conformidade com a vontade popular e falam como seu *porta-voz* autorizado. Ou seja, não se trata do discurso do povo, mas do discurso do sujeito de D1, que se constrói como *intérprete* dos anseios de **POVO1**. Esse sujeito, oriundo desse mesmo segmento, faz-se povo em **POVO1** e, ao falar-lhe, dá-lhe voz. Assim procedendo, assume a função enunciativa de *porta-voz*, produzindo o *efeito de universalização* desse partitivo, de tal forma que fala em nome da classe média, mas parece falar em nome de todos, fazendo parecer comunitárias preocupações de fato específicas. (1997, p.103 – grifos da autora).

Ao voltarmos nosso olhar, então, para *O Pasquim* como porta-voz da população, podemos identificar no seu discurso de resistência à ditadura posições-sujeito que a denegam. Quando fala em nome da população, embora faça emergir sua (população) voz, estas marcas são apagadas e o que fica é a ilusão de que o discurso é do sujeito empírico que o profere. O dito pelo porta-voz faz, pelo trabalho da memória, ressoar o não dito por ele e por aqueles por ele representados. Segundo Schons (2006, p. 178), “o político, desse modo, não está somente articulado numa série de enunciados constituídos em discurso, mas define também o papel da memória, determina o que vai ser lembrado e o que vai ser esquecido”. No caso do *corpus* desta dissertação, o que parece esquecido passa a ressoar e a constituir memória, uma vez que é retomado em forma de riso, que nega o logicamente estabilizado para comunicar.

Passaremos, então, no próximo item, considerando o *corpus* trabalhado neste terceiro capítulo, a explorar as condições de produção nas quais os discursos ganharam significação.

3.2 Ainda sobre o *corpus* e suas condições de produção

Diferentemente de Tarso de Castro, que se dedicava à luta incessante contra as mazelas da ditadura, Emílio Garrastazu Médici, na década de 1950, chefiou o Estado-Maior de Costa e Silva, que, além de seu amigo muito próximo, comandava a 3ª Região Militar. Na ocasião do movimento de 1964, o gaúcho era comandante da Academia Militar de Agulhas Negras e despendeu forte apoio ao movimento. Foi, após a queda de Jango, nomeado adido

²⁵ Indursky analisa aqui os diferentes usos da palavra “povo” pelos generais que carregaram a faixa presidencial do Brasil.

militar em Washington e chefe do SNI quando Costa e Silva estava na presidência. (FAUSTO, 2004, p. 482-483).

O militar e general Garrastazu Médici assumiu a presidência do Brasil em 30 de outubro do ano de 1969, em razão de que seu antecessor, o marechal Artur da Costa e Silva – que esteve na presidência no período de 1967 a 1969 –, estava com a saúde muito debilitada. Costa e Silva havia promulgado, em 3 de dezembro de 1968, o ato institucional n.5, que suspendia todos os direitos individuais e com base no qual todas as manifestações de rua eram reprimidas com violência. A situação no país era extremamente delicada. Médici ficou no cargo até 15 de março de 1974, quando foi substituído pelo também general Ernesto Geisel, que ocupou a presidência até 1979 e que iniciou o processo de abertura política do país, elaborado pelo ministro-chefe do gabinete civil, general Golbery de Couto e Silva. Geisel e Golbery, avessos à Tigrada – apelido dado à ala mais radical do Exército –, quando pretendiam impedir o crescimento de forças de oposição preferiam, ao contrário de seu antecessor, usar manobras políticas, não o uso da força bruta. Dessa forma, foram promulgadas nesse período as leis Falcão²⁶ e o Pacote de Abril²⁷, que mudaram as regras eleitorais. Apesar disso, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) venceu sucessivas eleições entre os anos de 1974 e 1979. No final de seu governo, Ernesto Geisel revogou o ato institucional n.5, e seu sucessor, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que ficaria na presidência nos seis anos seguintes (1979 - 1985), recebeu o esboço do projeto da anistia, lenta, gradual e segura. (FAUSTO, 2004, p. 482-483).

No período do governo de Médici, a Tigrada ganhou carta branca e a repressão atingiu seu momento mais expressivo. Seu governo foi conhecido como “os anos de chumbo da ditadura”, em razão da violentíssima repressão que promoveu à oposição. Durante esses anos, centenas de estudantes e ativistas políticos seriam presos e torturados e grupos de extermínio não eram raros. Devido a isso tudo, Médici recebeu o apelido de “Carrasco Azul”, em uma relação com seu sobrenome, Garrastazu.

²⁶ A Lei 6.339, de 1º/07/1976, foi batizada de Lei Falcão por ter sido criada pelo ministro da Justiça Armando Falcão. Tinha como objetivo a redução de críticas ao regime militar e da simpatia ao partido oposicionista da época. Com base nela, os partidos se limitavam a mencionar a legenda, o currículo e o número de registro do candidato e sua fotografia. “Após o resultado do pleito de novembro de 1974, os confrontos eleitorais passaram a ser uma preocupação para o governo. Haveria eleições municipais em novembro de 1976 e a possibilidade de uma derrota da Arena era real. Meses antes, em julho de 1976, uma lei modificadora da legislação eleitoral barrou o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão.” (FAUSTO, 2004, p. 492-493).

²⁷ O presidente Geisel introduziu, em 13 de abril de 1977, após uma crise entre o Executivo e o Congresso, uma série de medidas que ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”, responsável por medidas como o fechamento temporário do Congresso e a criação da figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Congresso. Dessa forma, um terço dos senadores não foram sufragados pelo voto direto mas referendados após uma indicação do presidente da República, os chamados “senadores biônicos”. (FAUSTO, 2004, p. 493)

Não se pode associar, contudo, o governo Médici, tão somente à repressão, muito embora esta tenha sido sua característica mais marcante. O general contemplou três diferentes áreas em seu governo: a militar, a econômica e a política. A primeira era administrada por Orlando Geisel, ministro do Exército, e Delfim Netto, que já ocupava o cargo de Ministério da Fazenda e nele prosseguiu. O professor de direito Leitão de Abreu ocupou o terceiro posto, sendo nomeado chefe da Casa Civil. Daí resultou o paradoxo de um comando presidencial dividido num dos períodos, que, segundo Fausto (2004, p. 483), é marcado por ser um dos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.

Esse contexto forma, então, as condições de produção nas quais eram produzidos os discursos pasquinianos. Tais condições se constituem quando considerados o sujeito (*Pasquim*, militares) e a situação (repressão, AI-5), que, por sua vez, pode ser considerada em seu sentido estrito (quando compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato) ou em seu sentido lato (quando a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo). (ORLANDI, 2006, p. 15). Tais contextos funcionam, no entanto, em uma situação de linguagem, conjuntamente, e só podem ser “separados” para fins de estudo.

Vale ressaltar o que já afirmamos em vários momentos no interior deste texto sobre o sujeito. Segundo Orlandi (2006, p. 15), “o sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso”. Em outras palavras, com base em mecanismos de projeção presentes na língua, é possível “passar da situação sujeito para a posição-sujeito no discurso” (p. 15). Não é, portanto, o sujeito físico, empírico, que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva, indicando, por exemplo, enunciador e destinatário, diferentes posições-sujeito.

Para Courtine (2006, p. 65), a noção de condições de produção recobre as operações efetivas na extração de um *corpus* discursivo fora de um *universo de discurso*, o que garante que os objetivos da investigação tenham, a partir do *corpus*, a representatividade necessária. Para o autor, a operação da extração de um *corpus* de discurso político, primeiramente, consiste em delimitar o *campo* discursivo de referência. A definição das condições de produção do discurso possui relação muito próxima com as sequências discursivas que irão compor o *corpus*, dando-lhe homogeneidade.

As condições de produção são atravessadas pelas formações imaginárias, com o despertar de muitas imagens por sua ideologia, com questões tais como: Qual a imagem que o sujeito faz dele mesmo? Qual a imagem que ele faz de seu interlocutor? E qual a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto do discurso? Deve ainda ser

considerada a possibilidade de antecipação, que ocorre quando o locutor se coloca na posição de seu interlocutor, experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta. Tal mecanismo (da antecipação) é, em grande parte, responsável pela argumentação, lembrando que esse “jogo” é garantido pelo imaginário. O que vai importar, portanto, para que o sujeito possa “antecipar” sentidos, não é a projeção social do sujeito no discurso, mas a imagem que cada interlocutor terá deste sujeito, do que se pode depreender o quanto o imaginário (en)forma nosso discurso. (ORLANDI, 2006, p. 16).

Contribuem, ainda, para que se estabeleçam as condições de produção, duas relações: de sentido e de força. Com base na primeira, pode-se afirmar que o dizer tem relação com outros dizeres e que isso faz parte dos efeitos de sentidos de nosso dizer; todo discurso é, portanto, aberto em suas relações de sentidos. Por sua vez, com base nas relações de força, tem-se que o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que esse lugar representa. Assim, essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui. (ORLANDI, 2006, p. 16).

Considerando, portanto, que as condições de produção remetem a lugares determinados na formação social, as relações de força desses lugares sociais são estabelecidas no discurso por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que locutor e interlocutor se atribuem mutuamente, bem como em muito significa a imagem que cada um tem de seu lugar e do lugar do outro. Ressaltamos ainda que, para a AD, locutor e interlocutor não são vistos como seres humanos individuais, pois sua noção transcende a presença física; ocuparão, sim, lugares instituídos pelas formações imaginárias.

É pelo texto que o analista chega ao discurso, e é pela materialidade da língua, que reside no texto, que é possível examinar a discursividade, uma vez que um texto é sempre atravessado por vários discursos e, por conseguinte, por diferentes posições-sujeito.

A análise do discurso político acontece não apenas a partir do que está no texto em si, mas na observação dos muitos discursos e ideologias que o atravessam, bem como do funcionamento dos muitos discursos que (re)aparecem através de um único. Isso justifica a afirmativa de que o texto não é fechado e estabelece relação com outros discursos que podem existir ou fazer parte do imaginário do sujeito, materializando-se em discurso através das condições de produção que fazem parte de sua constituição.

Compreendem-se, portanto, as condições de produção, como constituintes do discurso na sua implicação com a materialidade da língua, com a formação social e com o mecanismo imaginário. E é pensando nessas condições de produção, associando-as com os sentidos por

elas deslocados, que no próximo item passamos a, *silenciosa* e politicamente, costurar nosso *corpus* com os sentidos produzidos.

3.2.1 O riso em tempos de ditadura: o *corpus* e os sentidos políticos na política do *silêncio local*

O silêncio é a condição de significação e, no que concerne ao seu sentido, faz-se presente uma incompletude constitutiva da linguagem. “Quanto mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem a dizer”. (ORLANDI, 1995, p. 71).

Quando Orlandi (2007) escreve sobre *as formas do silêncio*, afirma que, se a linguagem estabiliza o movimento dos sentidos, no silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (p. 27). Para a autora, o silêncio é *fundante*, ou seja, é matéria significativa por excelência, e o silêncio fundador não apresenta divisões internas. Há, sempre, nos processos de interpelação/identificação do sujeito pelas formações discursivas que o determinam, espaços de silêncio, pois seu modo de significar tem uma materialidade própria, que não coincide com a materialidade da linguagem.

Orlandi (2007, p. 76) destaca que a censura é a proibição de certas palavras no intuito de proibir certos sentidos: “se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito”, afetando, assim, sua identidade.

Daí, no seu funcionamento, a censura, ao atingir o sujeito, fixar-lhe uma imagem e ao mesmo tempo obrigá-lo a projetar-se para além (na fluidez do silêncio). Com efeito, a censura é o lugar da negação e ao mesmo tempo da exacerbação do movimento que institui identidade. Por isso é um lugar privilegiado para “olhar” a relação do sujeito com as formações discursivas. Porque nos faz apreciar melhor os processos de identificação do sujeito ao inscrever-se na região do dizível para produzir(-se) sentido. (ORLANDI, 2007, p. 81).

A analista de discurso considera, ainda, que o silenciamento ou a política do silêncio se caracteriza por duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local. Segundo ela, a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio consiste no fato de que esta “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” enquanto aquele “não estabelece nenhuma divisão: ele significa (por) si mesmo”. (ORLANDI, 2007, p. 73). O

silêncio constitutivo consiste no fato de que alguns sentidos são excluídos para significar, já o silêncio local é decorrente da interdição do dizer imposta pela censura. Em outras palavras, como parte da política do silêncio há, ao lado do silêncio constitutivo, o silêncio local, que é “a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer” (p. 74). A censura pode ser tomada como um exemplo de silêncio local.

É na busca de revelar esses sentidos possíveis e silenciados, bem como na busca da compreensão de que pelo silêncio local há o permitido e o interdito, razão pela qual os sentidos políticos emergem muitas vezes do silêncio, que recorreremos, como *corpus* deste trabalho, a textos que, combinando o verbal, o não verbal, o social, o histórico e o silêncio, revelam os bastidores de uma história que precisava ser contada e que passa, agora, a ser analisada.

3.3 Análise d’*O Pasquim*

A análise dos textos escolhidos como *corpus* para discutir a questão de como o (funcionamento do) humor comunicava e se configurava como instrumento de denúncia em tempos de ditadura, em textos constituídos por elementos verbais e não verbais, teve sua escolha justificada em razão de que os textos contemplam diferentes abordagens da repressão militar e dos atos da ditadura: a censura, a exploração do entretenimento como cortina/máscara para esconder os problemas da nação, e o “milagre econômico” vinculado à campanha publicitária que pregava que o país passava por um período de progresso ímpar. Julgamos que esse *corpus* contempla em diferentes aspectos a resistência d’*O Pasquim* e a “não inércia” de seus atores na luta incansável pela denúncia das barbáries de uma época.

Nossa pesquisa permeou-se nas questões pontuadas e na leitura da teoria que constitui a Análise do Discurso. Para a AD não existe um texto acabado, inteiro, completo, mas recortes que desencadearão pistas, indicando os processos de significação. A cuidadosa análise e leitura dos textos e imagens publicados no jornal *O Pasquim* nos anos de 1969 a 1971 (publicados em uma edição antológica, que contemplou um grande volume de muito significativas publicações) provocaram-nos a vontade de “revelar” o que todo aquele riso escondia e mostraram-nos características importantes a serem trabalhadas nesta pesquisa. Foi possível perceber que o discurso político pasquiniano significava pelos silêncios que se faziam presentes nos mais diversos encaminhamentos e assuntos abordados pelo jornal –

fossem estes assuntos políticos ou não! Foi por essa razão que trabalhamos com os textos e as imagens aqui escolhidos, nos quais, por estarem inscritos historicamente, encontramos regularidades que vinculam esses discursos ao discurso ditador, que vem ao encontro daquilo que nos propomos a investigar.

Tais regularidades se estabeleceram a partir das formações discursivas que materializam no discurso as formações ideológicas dos dois grupos antagônicos ali representados: Pasquim x Governo.

3.3.1 O alfabeto censurado

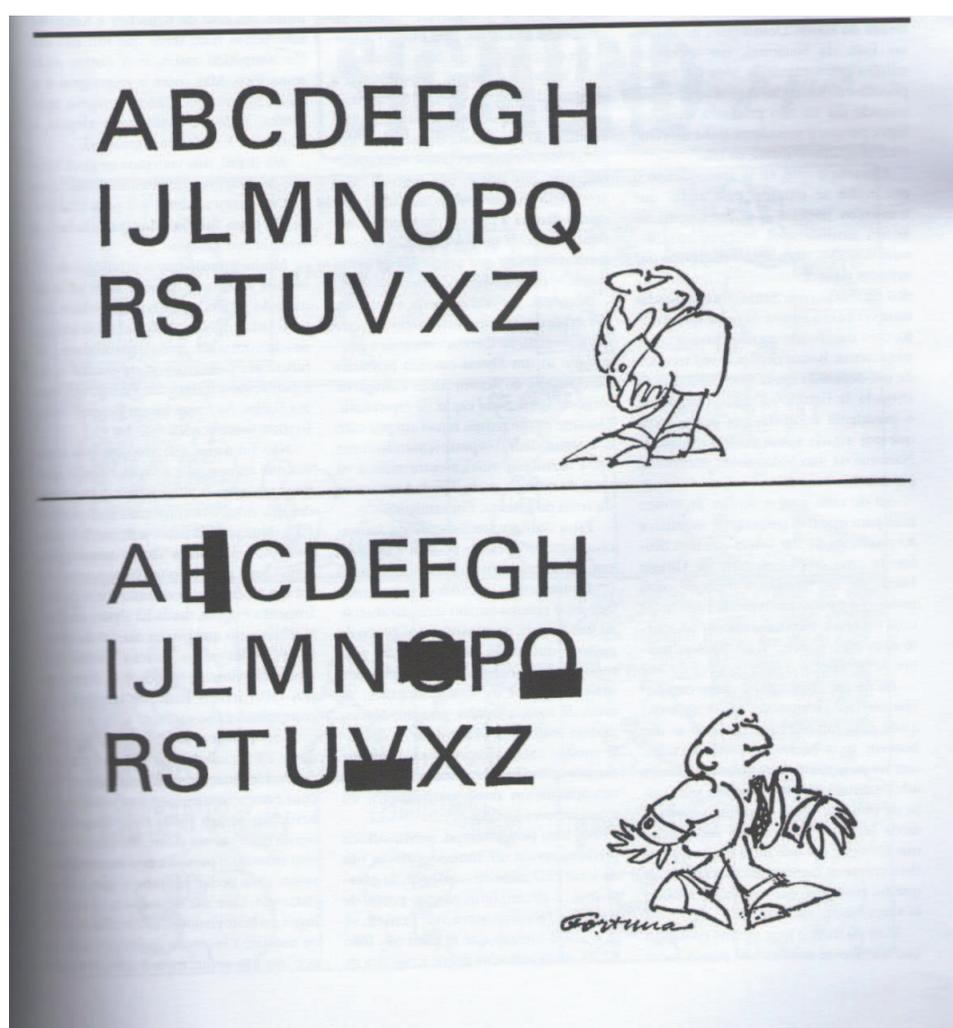


Figura 10: Alfabeto censurado
 Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 119

s.d. 25 – ABCDEFGH IJKLMNOPQ RSTUVXZ

s.d. 26 – ~~ABC~~DEFGH IJKLMNOP~~Q~~ RSTUVXZ²⁸

Neste capítulo dedicado às análises do humor como instrumento de denúncia, o primeiro texto, publicado em maio de 1970, na edição de nº 48 d’*O Pasquim*, traduz uma crítica nada velada aos atos de censura. O cartum, assinado por Fortuna, traz, mais uma vez, um homem cuja vestimenta, mesmo com o desenho em traços não uniformes, lembra um terno, combinado com uma gravata. Nas mangas, o desenho de punhos bem definidos, com botões, faz, no eixo da formulação pelo funcionamento do interdiscurso, ressoar na memória o sentido de abotoaduras, além do sentido do uniforme, ou seja, produz-se uma (um efeito de) evidência de que o homem ali representado é um militar.

O homem observa um texto escrito no cartum, representado pelas 23 letras do então alfabeto da língua portuguesa. Sua postura, representada pela mão esquerda na boca e a mão direita posta sob o cotovelo, com o queixo levemente erguido, revela que o personagem está pensando, analisando algo. Na segunda imagem o homem – que, agora, se compreende ser um censor – cobre parcialmente com tarjas pretas as letras “B”, “O”, “Q” e “V” e, após realizar a tarefa, afasta-se, gesto que pode ser compreendido como o do censor deixando a redação após seu trabalho de censura.

O primeiro gesto, de análise, denuncia tanto o fato de que os militares avaliavam cuidadosamente os textos quanto o seu esforço (revelado pelo ato de prolongar-se em frente à imagem/ao texto, demonstrando estar pensando/analizando) para elaborar estratégias de censura, já que não podiam tão somente determinar que nada fosse publicado. O segundo gesto, de cobrir parcialmente algumas letras, conforme a s.d.26, é a manifestação de que a censura não conseguia velar todos os sentidos pretendidos. Neste caso, o leitor ainda consegue identificar tanto o texto na íntegra quanto as letras censuradas ou “escondidas”. *O Pasquim* denunciava, desse modo, a presença da censura em sua redação, assim como informava ao seu leitor que as mensagens continuariam a ser transmitidas pelo jornal, que driblaria a censura para tal.

Na imagem, embora a letra, o alfabeto, seja identificável, estabelece-se um jogo no qual é possível observar o funcionamento da história, que ali age, opera, trabalha. Além de um

²⁸ Com adaptações, uma vez que não há os caracteres disponíveis para digitação.

acontecimento histórico, é, ainda, um acontecimento discursivo, porque por meio desses textos é possível recuperar as condições de produção e os processos discursivos, nos quais também é possível depreender o imaginário que se produz sobre o outro (governo militar), bem como a posição-sujeito da autoria d'*O Pasquim*.

A censura e os atos de repressão dos militares não eram desconhecidos pelos brasileiros, fossem estes, ou não, simpáticos à ditadura, bem como o caráter de denúncia e o papel de porta-voz da imprensa alternativa também eram notórios ao povo, fatores que permitem que a presença da história signifique no texto.

A s.d.26 é a representação de que, pelas formas de identificação, todo sujeito sabe quem é. As tarjas de censura, no entanto, revelam os atos de repressão aos quais o sujeito é submetido. Se olharmos as letras tarjadas ou censuradas e se as compreendermos como a representação da figura de uma pessoa humana, podemos, na letra “B”, perceber uma pessoa de perfil, que tem olhos, boca e braços (movimentos) ve(n)dados. Na letra “O”, que lembra o desenho de um rosto visto de frente, a tarja/venda representa olhos e boca vendados. Na letra “Q”, por sua vez, representa a boca vendada, traduzindo o silêncio local imposto pela ditadura. Por fim, a tarja na base da letra V faz com que ressoem diversos sentidos, tais como o de uma coleira no pescoço do sujeito, traduzindo a ideia de que o governo militar pretendia guiar as ações do brasileiro, *ditando* tudo aquilo que deveria nortear suas ações, bem como faz ressoar o sentido de um pescoço imóvel, o que obriga o indivíduo a voltar seu olhar tão somente para onde determina a ditadura, não lhe sendo permitido desviar a atenção daquilo que é posto pelo governo.

Nosso gesto de interpretação nos conduz, então, pelo alfabeto censurado, à compreensão de que a palavra censurada representa o silenciamento imposto, a (i)mobilização do sujeito, pois sugere que os sujeitos têm gestos e palavras censuradas e que não têm liberdade de pôr em sintonia seu discurso e sua ideologia de resistência.

3.3.2 E agora José? E agora Brasil?



Figura 11: E agora José? E agora Brasil?
Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 154

- s.d.27 – AvaNte seleção
- s.d.28 – E agora José?
- s.d.29 – A festa acabou,
- s.d.30 – A luz apagou,
- s.d.31 – O povo sumiu,
- s.d.32 – A noite esfriou,
- s.d.33 – E agora José?

O segundo texto deste capítulo final foi publicado na edição n.º. 60, em agosto de 1970, dois meses após o final da nona Copa Mundial de Futebol, sediada no México, e que rendeu ao Brasil o terceiro título do campeonato. Já vimos aqui que o governo militar valeu-se massivamente do uso da mídia envolvendo a Copa e demais atividades desportivas para provocar um efeito de cortina de fumaça, que desviaria a atenção dos brasileiros sobre os atos do governo, bem como que o governo vendia a imagem de que sob o comando dos militares o país era só progresso. Era a política romana do “pão e circo” ainda forte quase dois mil anos após os primeiros registros de sua existência. Era a exploração de um momento de euforia e diversão para fazer com que o povo esquecesse as dificuldades enfrentadas e, por conseguinte, não se posicionasse criticamente sobre o assunto.

Mais uma vez configurando-se como porta-voz da população, *O Pasquim* denunciava o fato de que, passada a euforia e a comemoração pela conquista da Copa, o brasileiro já não tinha mais entretenimento e sua atenção podia se voltar, novamente, para os problemas enfrentados pelo país. Denunciava ainda que o progresso tão defendido pelas campanhas publicitárias em massa não mais fazia sentido e tentava fazer com que o brasileiro percebesse que a pobreza e todas as outras necessidades continuavam.

Para isso, usou como recurso uma das imagens mais fortes que estamparam as páginas d’*O Pasquim* ao longo dos anos em que circulou. Não surpreende que a publicação tenha provocado a ordem de prisão de Carlos Drummond de Andrade, que só se livrou da prisão após sucessivos e insistentes pedidos de Jaguar ao general de censura, tentando convencê-lo de que o desenho fora publicado sem que tivesse sido pedida autorização ao poeta para a publicação (AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 154). A imagem mostrava um casal, com seis crianças, uma delas ainda bebê, no colo da mãe, que, embora pela imagem não possamos ter certeza, parece estar grávida novamente. Todas as oito personagens (humanas) eram a imagem da pobreza extrema, eis que descalças e maltrapilhas. Todas as personagens masculinas tinham as barras das calças rasgadas e esfarrapadas e o adulto tinha, ainda, um remendo em seu joelho direito. Das personagens masculinas, somente o adulto vestia uma camisa, estando as crianças com os troncos nus. As duas personagens (humanas) femininas trajavam vestidos que não conseguiam esconder a saliência de seus ossos, provocada pela extrema magreza, expressão da fome enfrentada pela família. Tal condição também é expressa nos corpos dos meninos, que, barrigudos, exibem ossos salientes, que confirmam a fome. Tal biotipo – a barriga grande e corpos muito magros – caracterizam pessoas com doenças como verminoses e tênias, típicas de residentes de regiões de latente pobreza. Chama, ainda, atenção, a expressão do rosto de cada um dos membros da família, todos muito magros

e muito marcados, representando uma condição de velhice não necessariamente fiel à realidade. A expressão também é de muita tristeza, no entanto, se o rosto das crianças remete a uma condição subumana, a representação das faces dos pais é a representação de uma condição de desespero. A mãe, com o rosto muito magro e grandes olheiras, e o pai, com a barba crescida e com os olhos esbugalhados e a testa franzida, sugerem uma condição de desesperança.

Ao fundo, uma casa pequena e muito simples, que não parece oferecer condições apropriadas para abrigar uma família tão grande, e, ao lado da família, um cachorro, que, a exemplo de seus donos, é muito magro e mostra grande fraqueza. É este cachorro peça fundamental para que possamos estabelecer uma relação de interdiscursividade com a obra *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, na qual Severino, um retirante nordestino, ruma à cidade para tentar uma vida melhor, acompanhado de sua família e da cadela baleia. Em sua jornada, Severino só encontra dificuldades. Logo, a publicação do *Pasquim* sugere que as mesmas dificuldades habitam os caminhos dos brasileiros.

O sentido não está no texto ou no material de análise propriamente dito, mas na relação que o *corpus* mantém com quem o produz, com quem o lê, com a intertextualidade (outros textos) e com a interdiscursividade (outros discursos possíveis). O interdiscurso é um “já-dito” anterior ou exterior a qualquer dizer, é a exterioridade constitutiva. Para Orlandi (1996a, p. 139), “na AD, o interdiscurso é a memória do dizer, o saber discursivo, a filiação dos sentidos”; é aquilo que já foi falado e que torna possível o dizer, que, por sua vez, retorna na forma do pré-construído, dando suporte a cada tomada de palavra. Courtine (apud ORLANDI, 2005, p. 34), por sua vez, destaca que no interdiscurso fala uma voz sem nome. O “já-dito” por um determinado sujeito se apaga na memória, torna-se anônimo e passa, então, a fazer sentido no dizer de um outro sujeito. É composto por formulações diversas que derivam de enunciados distintos e dispersos que se encontram ao dispor da memória para a reformulação de um novo dizer. Assevera Orlandi:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (2005, p. 31).

O já-dito, é, portanto, fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso e da relação dos sujeitos com a ideologia. Há uma relação entre a constituição do sentido (o já-dito) e sua formulação (o que se está dizendo). Prossegue Orlandi:

Essa nova prática de leitura, [...], consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. (2005, p. 34).

Considerando, então, que a interdiscursividade disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, há um forte efeito de evidência na relação estabelecida entre a família de Severino e a cachorra baleia e a família estampada no sexagésimo volume de *O Pasquim*. Não há como não perceber o biotipo do nordestino em uma latente relação com a situação de pobreza daquele povo, que faz despertar os sentidos da pobreza e da falta de condições sociais para muitos brasileiros.

Há, ainda, na imagem, outros dois aspectos que têm de ser observados e que fazem ressoar muitos sentidos: o retirante, que chamo, aqui, de Severino, segura, em sua mão direita, uma pequena bandeira do Brasil e, na mão esquerda, uma placa com o dizer *avaNte seleção* (s.d.27), com o N escrito de forma espelhada. Tal espelhamento revela que o país, a exemplo de seu N, também anda para trás; a letra espelhada revela que muitos problemas foram esquecidos em razão da Copa do Mundo e que o *avante* não sugere progresso; ao contrário, denuncia que o país caminha para trás, retrocede. Logo abaixo do texto não verbal, Jaguar publicou trecho do poema “E agora José?”, de Carlos Drummond de Andrade, contemplando os seis primeiros versos de um universo de 53: “E agora, José? (s.d.28) / A festa acabou, (s.d.29) / A luz apagou, (s.d.30) / O povo sumiu, (s.d.31) / A noite esfriou, (s.d.32) / E agora, José?” (s.d.33).

A imagem da família de retirantes, por si só, já faz, pela intertextualidade e pelo eixo da formulação pelo funcionamento do interdiscurso, ressoar na memória uma infinidade de sentidos e, ao estabelecer uma relação de intertexto (relação de um texto com outros textos e que, a exemplo do que ocorre no interdiscurso, mobiliza várias relações de sentido) entre *Morte e vida Severina* e o poema *José*, é ainda mais representativa. Cabral de Melo Neto, em sua obra, datada de 1956, faz alusão à seca que assola o sertão nordestino e às condições subumanas em que vive aquele povo. Drummond, no poema datado de 1942, faz alusão ao

povo brasileiro, não sendo, José, nenhum particular, mas uma generalização que expressa a própria condição humana. Ambos, Melo Neto e Drummond, retratam a imagem do típico brasileiro.

Quando Jaguar tomou emprestados os versos de Drummond e costurou-os aos sentidos despertados/provocados pela imagem da família severina, retrato da miséria brasileira, o fez com brilhantismo, costurando também uma série de sentidos e fatores históricos que precisavam ser despertados/provocados em razão das barbáries cometidas pela ditadura.

Como assinalado, José não era a revelação ou expressão de nenhum particular, mas do povo, do brasileiro anônimo. A escolha do nome “José”, bastante popular, já denota esta não especificidade e dá caráter comum a esta personagem. Quando pergunta, então, *E agora José?* (s.ds.28 e 33), Jaguar (tomando emprestadas as palavras de Drummond) refere-se ao brasileiro que até então esqueceu as chagas da vida para comemorar a conquista do tricampeonato mundial de futebol, o que é constatado pela bandeira que Severino segura em uma das mãos e pela placa que segura em outra. Tal esquecimento não é, contudo, consciente, mas provocado/fomentado por uma postura dos militares, que incentivavam e tiravam proveito de tal postura.

Considerando ser, naquele momento, de Jaguar a autoria desses versos, que recebiam uma significação diferente daquela pensada por Drummond, passamos a analisar cada uma das sequências discursivas:

(s.d.29) – *A festa acabou*. Mais uma vez a presença das duas bandeiras, juntamente com a antecipação permitida em razão da informação de que recentemente acontecera um campeonato de futebol, permite a compreensão de que a festa referida era a Copa do Mundo e todas as celebrações inerentes a sua conquista pelos brasileiros – comportamento fomentado pelo governo militar. A Copa do Mundo acabou, as comemorações acabaram.

(s.d.30) – *A luz apagou*. O termo luz pode referir-se ao espetáculo, aos holofotes – e seu apagamento – assim como pode representar a imagem da esperança, “a luz no fim do túnel”. Se antes tudo parecia – consciente e intencionalmente provocado – progresso, com o final da Copa e do período de euforia não há mais no que apoiar-se, não há mais cortina de fumaça, mas a dura realidade, que tem de ser enfrentada novamente.

(s.d.31) – *O povo sumiu*. São muitos, novamente, os sentidos despertados por Jaguar neste verso, eis que muitos também eram os sumiços naquele período. O povo sumiu dos estádios, sumiu da imprensa oficial – que pregava que o país era só sucessos e conquistas –, assim como sumiu das ruas, das casas, de seu trabalho ... , alguns movidos pelo medo, outros, pelo exílio ou autoexílio, outros, ainda, pelos atos brutais do Exército. Muitos desses

“sumiços” ainda não têm explicação (revelada) e muitas famílias não tiveram a oportunidade de enterrar seus mortos. Sumiam, também, as informações constantes em arquivos oficiais.

Vale lembrar que tal compreensão – a que ora fazemos e a que os leitores daquela sexagésima edição tiveram – só foi possível pelo atravessamento de discursos que emanavam do contexto sócio-histórico da situação. É, mais uma vez, o interdiscurso falando.

(s.d.32) – *A noite esfriou*. A noite faz ressoar o sentido da escuridão, e o frio remete à frieza e aos “porões da ditadura”, como ficaram conhecidos os espaços reservados à tortura de ativistas políticos ou de qualquer um que os militares acreditassem estar conspirando contra eles. O frio pode representar a solidão em que permaneciam os presos.

(s.d.33) – *E agora José?* Observamos, nesta sequência discursiva, a constatação de abandono, o desamparo. O José, assim como o povo brasileiro, vive uma falta de perspectiva, eis que não há saída para um povo que está sob a tutela de um governo autoritário.

Finalmente, na s.d.27, cuja análise deslocamos para o final por entendermos que é responsável pela compreensão do todo, Severino segura a placa com o enunciado *avante seleção*. Mais uma vez a intertextualidade é usada como recurso de crítica, pois aí “se comunicam” a sequência discursiva e a música “Pra frente Brasil”²⁹. O primeiro deslocamento se dá entre *avante*, na s.d.27, e *pra frente*, expressão que, além de compor o título da música, aparece em seu corpo nos versos *Pra frente Brasil* e *De repente é aquela corrente pra frente*, pois faz, pela ação da memória calcada no interdiscurso, ressoar o mesmo sentido, de incentivo. Outro deslocamento é dado pelo uso do termo *seleção*, também extraído da música, do verso *Salve a seleção*, para a s.d.27. Emprestado do campo futebolístico, o termo, no texto de Jaguar, não tem cunho esportivo, mas refere-se ao povo. A copa acabou e já não há mais o que, ou para quem torcer; quem precisa prosseguir, a partir de então, é o povo brasileiro, que sofre com a dura repressão e com a falta de condições humanas de sobrevivência, uma vez que não foram todas as camadas da população brasileira que experimentaram o “milagre econômico” (que já começava a ruir no período desta publicação). Conforme citado anteriormente, a letra espelhada representa, ainda, o retrocesso, a movimentação para trás, provocando a análise de que os militares pretendiam “deixar para trás”, a exemplo da Copa que terminara, os problemas sociais (ou a percepção deles). Essa movimentação para trás revela que se buscava encobrir aquilo que, na concepção dos militares, não poderia “aparecer”.

²⁹ Esta música é citada no item 2.2.1 desta dissertação.

Considerando, ainda, que o discurso permite uma multiplicidade de sentidos, voltamos novo olhar à s.d.27, *avaNte seleção*, onde percebemos que, por ser o N um fonema nasal e, por conseguinte, um som mudo, e, ainda, por receber um tratamento diferente das demais letras da construção na frase, pode ser deslocado, transformando, dessa forma, o discurso em *avate seleção*, ou em: *a, vá-te* [a merda] *seleção*. É, portanto, a voz do brasileiro protestando pelo fato de que se dá muita atenção à Copa do Mundo quando há inúmeros problemas a serem resolvidos. A reação do brasileiro de extravasar sua indignação condena, na política militar, a postura de defender a existência de um – falso – milagre econômico, que só existe para as classes já privilegiadas, e de defender um discurso de progresso, quando o povo brasileiro passa por dificuldades e vive uma condição de miséria, a exemplo de Severino e sua família.

Dessa forma, a expressão de um povo pobre, faminto, semialfabetizado (que mostra não ter domínio pleno da escrita), maltratado pela vida – leia-se, pelo governo – expressa uma das críticas mais fortes publicadas nas páginas d’*O Pasquim*.

3.3.3 Chorar de barriga cheia

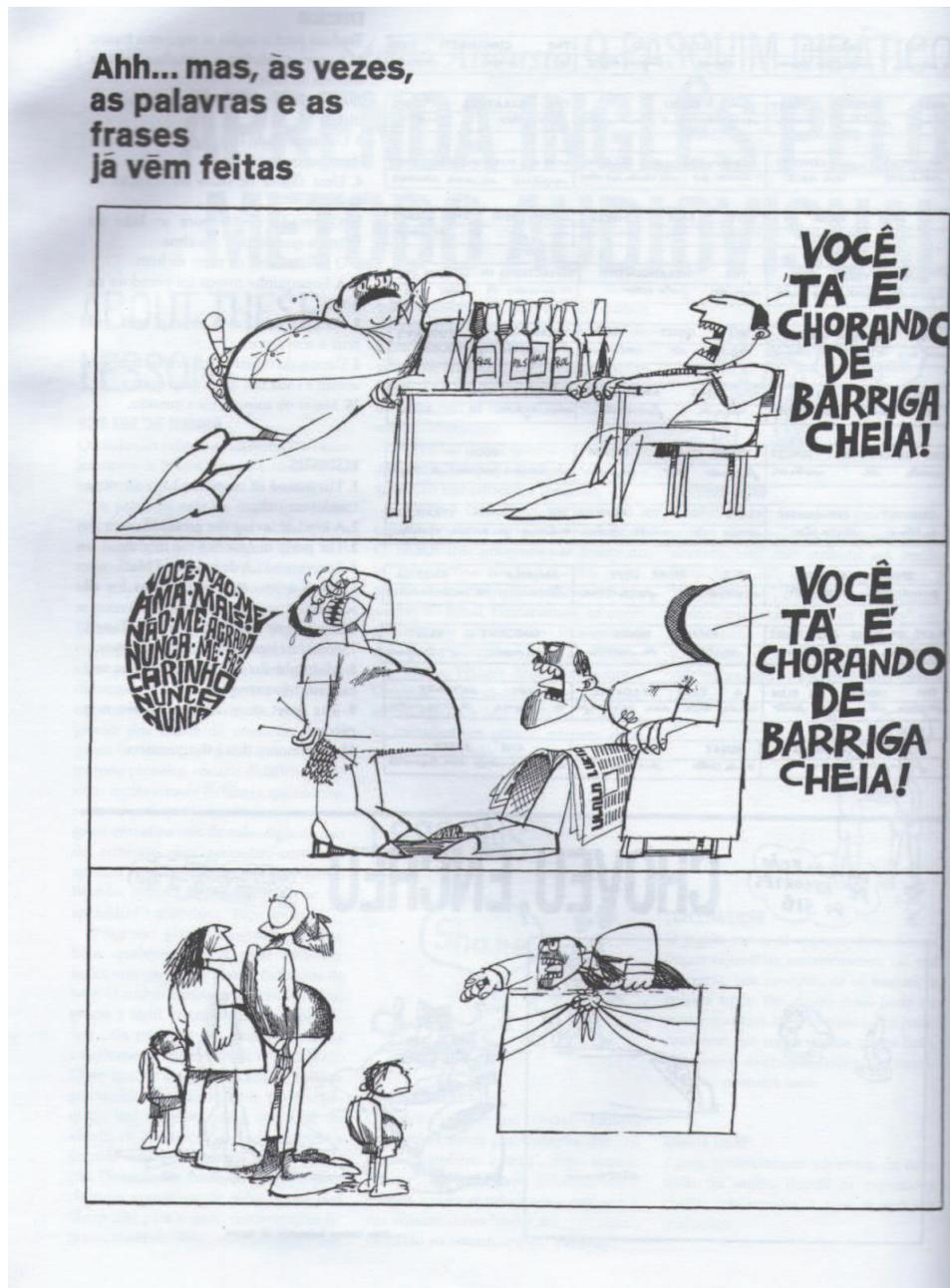


Figura 12: Chorar de barriga cheia
Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 208.

s.d.34 – Ahh... mas, às vezes, as palavras e as frases já vem feitas

s.d.35 – Você ta é chorando de barriga cheia!

s.d.36 – Você não me ama mais! Não me agrada! Nunca me faz carinho. Nunca. Nunca

Em sua edição de nº. 99, datada de maio/junho de 1971, *O Pasquim* faz mais uma crítica ao sistema e às ações do governo. O “milagre econômico”, que acompanhou o período mais duro da ditadura, era incessantemente noticiado pela imprensa oficial, promovendo a imagem dos militares, da “Revolução” e de um progresso econômico, uma vez que o PIB chegou a ser, na época, o sétimo no mundo. Tudo, à época, girava em torno do “progresso”. Não se contava, no entanto, que a distribuição de renda era desumanamente ímpar, o que foi assim “justificado” por Delfim Neto, então ministro da Fazenda no governo Médici: "Não se pode colocar a distribuição de renda na frente da produção. Se o fizermos, acabaremos distribuindo o que não existe." (FAUSTO, 2004, p. 485). O grande beneficiado pelo “milagre” foi, no entanto, o capital estrangeiro, uma vez que, incentivada a instalação de empresas estrangeiras no país, as pequenas e médias empresas nacionais perdiam espaço e o endividamento externo crescia. Além disso, a inflação corroía os salários dos trabalhadores.

Pode-se resgatar deste texto, então, que o povo não compartilhava da concepção de que “nada faltava ao brasileiro” (e de que, portanto, eles [os brasileiros] não teriam do que reclamar, e se o fizessem, fariam-no “de barriga cheia”); ao contrário, vivia uma situação de dificuldades. Essa correlação de forças nos permite ler os sentidos velados, os quais passam a ser revelados por outra perspectiva dentro d’*O Pasquim*.

Consideremos a sequência discursiva:

s.d.35 – Você ta é chorando de barriga cheia!

É possível perceber que as tiras remetem a outra expressão popularmente usada, *chorar de barriga de cheia*, cujo significado consiste em reclamar injustamente de algo, clamar por um direito que já se tem ou, ainda, ignorar ser possuidor de inúmeros bens/benefícios em detrimento de um desejo.

Na primeira tira deparamo-nos com sentidos antagônicos, pois a barriga cheia do homem que sofre a acusação enunciada pela s.d.35 tem cunho físico, não tendo, portanto, nenhuma relação com a situação de conforto à qual a expressão remete em seu sentido original. Depreende-se, pelas garrafas postas sobre a mesa, rotuladas com “Skol”, “Pils”

(início de Pilsen), “hma” (final de Brahma) e novamente “Skol”, que, ao contrário do sugerido pelo uso do enunciado na s.d.35 em seu emprego popular, o personagem da tira tem a barriga cheia de cerveja. O sentido da barriga cheia é reforçado, além da própria imagem de uma barriga grande, pela imagem de um botão caindo e da camisa “estourando”, no entanto, o sentido de que “barriga cheia” representaria uma situação de conforto não emerge do enunciado. Não há na tira nenhum elemento que legitime a acusação atribuída ao personagem de que está desmerecida ou injustamente (re)clamando de algo.

Essa contradição é responsável também pelo humor na tira, provocado quando quebrado o logicamente estabilizado, que, neste caso, é ancorado na expressão popular, que sugere uma reclamação injusta. A contradição se dá, portanto, pela percepção de que a barriga só está cheia de líquido (cerveja), e isso não justificaria a acusação proferida.

Os sentidos antagônicos, mais uma vez, estão presentes na segunda tira, que novamente põe uma característica física em contraponto com a expectativa criada pelo sentido da expressão *chorar de barriga cheia*.

s.d.36 – Você não me ama mais! Não me agrada! Nunca me faz carinho. Nunca. Nunca

A mulher, que, chorando, pronuncia o enunciado na s.d.36, tem uma barriga grande (ou “cheia”) por estar grávida ou acima do peso –, não se configurando, mais uma vez, nenhuma relação com situação de conforto. Sua fala revela a insatisfação com o casamento e com o marido, o que provoca um deslocamento para que seja compreendido que há uma insatisfação com o sistema e com o governo, respectivamente, pela associação com a figura do casamento e do marido. A s.d. “*Você não me ama mais! Não me agrada! Nunca me faz carinho! Nunca. Nunca*” revela, pelo uso do *mais*, que houve um tempo em que a mulher foi amada, porém hoje o marido já não demonstra mais amor por ela, do que é possível deferir que houve um tempo em que se acreditava que o governo cuidaria do povo, o que não se confirmou. A s.d.35 é a expressão (silenciada) do grito de indignação do povo, ao qual o governo, mais uma vez, responde com injustiça ou demérito, pois acusa-o (na pessoa da mulher) de estar reclamando injustamente.

O humor se presentifica, mais uma vez, pela quebra de expectativa provocada pela contradição da barriga cheia do uso popular, sugerindo posição confortável, e da barriga cheia condição física, que tanto pode ser explicada por uma gravidez quanto por excesso de peso, o que não justifica, mais uma vez, a acusação de “chorar de barriga cheia. A ruptura na

produção dos sentidos – logicamente estabilizados – é elemento responsável pelo desencadeamento do humor. O riso é provocado, ainda, pela condição matrimonial ali representada e satirizada pela imagem da mulher chorando, pretendendo “discutir a relação”, e do marido a acusando de (re)clamar por algo injusto. Este gesto de leitura e de interpretação, no entanto, vai sempre depender da FI e da FD nas quais está inscrito o sujeito leitor.

O sentido de injustiça presente nas duas primeiras tiras configura elemento importante para possível compreensão da crítica feita na terceira, na qual há a imagem de um político em um palanque eleitoral direcionando a sua fala a um grupo de cidadãos, todos barrigudos. Embora não haja, aqui, materialidade verbal, a compreensão daquilo que é silenciado é possível pela relação com as duas primeiras tiras, nas quais a s.d.35 é proferida pelos enunciadores. Nesta imagem, a figura do político, que mostra a boca aberta – revelação de que está sendo articulada em uma fala –, aliada à expressão (de silêncio) das pessoas que assistem a sua apresentação, uma vez que suas bocas aparecem fechadas, sem sugestão de movimento – é a tradução de que, dentre os personagens, é ele, político, quem profere um discurso. Sobre este discurso, também a relação com as duas primeiras tiras se faz importante na compreensão do que está sendo dito: a sequência discursiva 35: *Você tá é chorando de barriga cheia!*.

Mais uma vez, é necessário conhecer o contexto social e histórico para que seja possível compreender aquilo que é silenciado no texto. As roupas simples, os pés descalços e o biotipo barrigudo dos membros desta família permitem a compreensão de que se trata, a exemplo da família de Severino, na análise anterior, de uma família oriunda da região Nordeste do Brasil, onde a seca é muito grande e as pessoas, vítimas de desnutrição severa, acabam por constituir tal biotipo. Mais uma vez ressoam na memória os sentidos de que as latentes condições de pobreza contribuem, em muitos casos, para que doenças como verminoses ou tênia – as populares lombrigas – sejam responsáveis pela constituição de um biotipo barrigudo.

É na situação de contraste entre esta barriga cheia e a cobrança feita pelo político que o texto significa. A ação da memória revela que a barriga destes “cidadãos” constitui a imagem de um povo sofrido, doente e sem recursos que possam garantir-lhes uma condição saudável. Esse sentido já está cristalizado na/pela memória do brasileiro e é esse sentido cristalizado, em contraponto à expressão *chorar de barriga cheia*, que provoca os deslocamentos que, através do riso, significam no texto.

Condições melhores de vida deveriam ser garantidas pelo governo, o que provoca mais uma ruptura que significa. *O Pasquim* denuncia, portanto, pelo ridículo da situação

posta, que, ao invés de o governo estar se esforçando para garantir que o povo tenha uma vida melhor, cobra-lhe a inércia e acusa-o de clamar por direitos que não lhe são devidos. Se o governo (aqui representado pelo político) acusa o povo de estar *chorando de barriga cheia*, ignora o fato de que esta “barriga cheia” não tem origem em boas condições de vida, mas, ao contrário, em condições subumanas de existência. Tal condição é mais uma vez evidenciada pela força dos sentidos emergidos pela imagem, uma vez que os personagens do povo apresentam, além do biotipo barrigudo, características como pés descalços, roupas sujas e muito simples (que contrastam com as do político, reforçando a disparidade denunciada) e cabelos despenteados ou desalinhados.

Depreende-se, portanto, do texto, mesmo que sem materialidade verbal, que é feita forte e dura crítica ao governo, que, a exemplo das tiras anteriores, acusa o povo de (re)clamar injustamente por direitos, porém, emerge do texto que é do governo que partem as injustiças, justamente contra o povo.

Por fim, há, ainda, de ser considerada a s.d. 34:

s.d.34 – Ahh... mas, às vezes, as palavras e as frases já vem feitas

Tal s.d. é a expressão de que as *palavras e frases feitas* representam a tentativa de “encaixar” o povo em uma situação já posta, o que, irreverentemente, denuncia a incapacidade do governo de avaliar a situação. É, ainda, a manifestação do silêncio local e de que há aquilo que é permitido e aquilo que não pode ser dito. Era ancorado no silenciamento local que *O Pasquim* fazia emergir apenas aquilo que era reconhecido, institucionalizado, usando como recurso para tal as histórias em quadrinhos, nas quais o uso do humor, do riso e da metáfora, ou do efeito metafórico, é condição essencial. Dessa forma, o discurso d’*O Pasquim* significava.

Se, por um lado, acusar um povo que enfrenta sérias dificuldades de estar *chorando de barriga cheia* é a tradução de uma grande injustiça ((re)velada pelo texto d’*O Pasquim*), por outro, esta postura se mostra como uma grande burrice dos militares (governo), que, da forma como estão representados na tira, sequer se mostram capazes de entender a significação da expressão popular e, por conseguinte, mostram-se incapazes de perceber os anseios e as necessidades da população.

Por fim, pensando no texto como o conjunto das três tiras, há que se chamar atenção para a expressão daqueles personagens que enunciam a s.d.35, dentre os quais incluímos o

personagem da terceira tira. Os três homens têm semblantes que traduzem brabeza e indignação (pelo fato de estarem sendo injustamente cobrados). Tal semblante e as letras em negrito e em tamanho ampliado revelam que a cobrança está sendo feita de forma gritada, tanto que acaba por silenciar e apagar a voz do interlocutor, com o uso da força, a exemplo do que ocorre com os atos do governo e da ditadura com relação ao povo brasileiro.

3.3.4 Só DOI quando eu rio!



Figura 13: Só DOI quando eu rio
Fonte: AUGUSTO; JAGUAR, 2006, p. 34.

s.d.37 – Só DOI quando eu rio

O texto que ora será analisado ocupou as páginas da oitava edição do *Pasquim*, publicada em agosto de 1969, pouco tempo depois da criação de um batalhão especial da

polícia de repressão, o Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de inteligência que atuou como centro de investigação e repressão do governo militar e cuja filosofia consistia em garantir a *segurança nacional* e combater o *inimigo interno*, para o que se valia de muita violência. (FAUSTO, 2004, p. 481).

Quando criado, o departamento tinha o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda. Pertencentes ao exército, os CODIs eram subordinados aos DOIs, estabelecidos em quase todos os estados da federação. Segundo Meiguins (2005b), os DOIs reuniam, sob um único comando, militares das três Armas e integrantes das Polícias Militares Estaduais, Polícia Civil e Federal e ficaram conhecidos por serem brutais centros de torturas onde muitos militantes foram mortos:

Os Dops se ligaram à estrutura militar pela Oban [Operação Bandeirante], iniciada em São Paulo e exportada a outros estados. Em 1970, a Oban integrou-se aos DOIs e aos CODIs, que eram regionais e pertenciam ao Exército. Cada órgão tinha agentes que seguiam pessoas, grampeavam telefones, analisavam interrogatórios e recolhiam boatos para “fichar” suspeitos. A repressão compôs dossiês de pelo menos 60 mil nomes. Todos os órgãos caçavam subversivos. Prender mais, matar mais, era motivo de disputa e status. (MEIGUINS, 2005b, p.37)

Dentre os atos repressivos de barbárie e tortura praticados pelo DOI-Codi, ficaram conhecidas estratégias como os laudos falsos (médicos que compactuavam com o regime forjavam autópsias ou atuavam mantendo os presos em condições de falar durante os interrogatórios), maus-tratos nas celas (como choques elétricos e pau-de-arara), aula de tortura (nos quartéis havia aulas de tortura, nas quais presos eram supliciados “ao vivo” para demonstrar as explicações em aulas de torturas ministradas por oficiais) e métodos radicais (espancamento, palmatória e afogamentos. Contra mulheres aconteciam estupros, individuais e coletivos). (MEIGUINS, 2005b, p. 34-35).

Quando O *Pasquim* denuncia, então, o enunciado na s.d.35, faz ressoar outro dito popular, o *só dói quando eu respiro*, usado como estratégia de humor para afirmar ou ironizar o fato de que dói o tempo todo. Chamamos atenção para o fato de que dói (do verbo *doer*), conforme as regras ortográficas, por ser oxítone e ditongo aberto tônico em *ói*, leva acento agudo na letra *o*. Contudo, ao contrário do que ocorre na palavra *só*, que, na sequência discursiva, foi acentuada regularmente, a palavra DOI não estava acentuada. Esse *doi*, portanto, não se refere ao verbo, mas à sigla do Departamento de Operações e Informações.

A imagem, de página cheia e com um grande fundo preto, mostra um homem golpeado por um punhal que entra em suas costas e, após atravessá-lo, sai em sua barriga. Sua expressão, no entanto, ao contrário do que se poderia esperar (pelo logicamente estabilizado), não é de dor, mas contempla um grande sorriso, que, ancorado no texto verbal, faz ressoar no eixo da formulação o sentido de uma empolgante gargalhada.

O uso do verbo sem acento foi a estratégia usada para mostrar que, silenciada por trás do texto verbal (dito) está a revelação de que não era ao verbo que o texto fazia referência, mas à sigla do Destacamento de Operações e Informações. A combinação de verbal e não verbal permitia denunciar as ações do DOI, especificamente no que se refere aos integrantes d'*O Pasquim* (e, desta forma, estendendo aos demais). A publicação era a denúncia de que atos de violência (dói = dor) eram cometidos contra os integrantes do jornal a cada vez que o humor (rio = riso) era usado como arma de crítica e denúncia, ou seja, a exemplo do *só dói quando eu respiro*, como o riso (o recurso ao humor) era uma regularidade nas páginas do jornal, a violência também era constante. Em outras palavras, a cada vez que o riso era usado como instrumento de denúncia, agentes do DOI “baixavam” na redação do *Pasquim* e reagiam com violência.

O fundo preto também tem importante papel no ressoar de sentidos provocado pela imagem. A cor escura era a tradução das obscuridades que envolviam o DOI, o que remetia aos porões e a todas as barbáries que neles eram cometidas. Era o sujo, o escondido, o imoral. E, por fim, a expressão de riso do personagem, mesmo apunhalado pelas costas, denota a revelação de que *O Pasquim* não iria silenciar diante das forças repressivas da ditadura e que o discurso pasquiniano iria cumprir, incansavelmente, seu papel de resistência, de porta-voz na luta pela democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, ao chegar ao final desta dissertação, a certeza de que o discurso se entrelaça em uma teia de muitos fios, de muitos sentidos, que não existem isoladamente, mas que, como teia, formam um efeito de homogeneidade, como se fossem elementos de uma sinapse conectando milhares de pontos da história, da memória, da ideologia e da identidade, desconsiderando, é claro, o conceito de que as sinapses se dão, biologicamente falando, em um espaço limitado e determinado, ao passo que as sinapses de um discurso não têm limites para agir. Também temos certeza de que este estudo é só um dos pontos dessas sinapses, que, por suas infinitas possibilidades de conexão, podem ainda conduzir a incontáveis novos estudos, novos olhares, novas construções e novos tecidos, confeccionados com o mais nobre dos materiais: *o fio do discurso*.

Se ao início da pesquisa perguntávamos como era possível o riso na ditadura, ao chegarmos, nunca ao final, mas ao ponto por ora almejado, nossa identidade é formada por diferentes questões e questionamentos. Se, por um lado, encontramos as (algumas das) respostas ao que investigávamos, por outro, já pedindo perdão pela falta de formalidade, muitas outras pulgas passaram a habitar “os fundos” de nossas orelhas, aqui “plantadas” pela Análise do Discurso. Ainda no início, prenunciávamos *O Pasquim à vista!*, tomando emprestado o enunciado pelos navios quando encontram lugar para aportar, para registrar que era nestas terras que iríamos construir nosso estudo, em um caminho formado pelo *O Pasquim* e pela história da ditadura e de todo o cerceamento de liberdade que este regime impôs ao brasileiro e à imprensa alternativa no período de 1969 a 1971, quando o Brasil experimentava anos de chumbo.

Atribuímos o comando dessa embarcação ao passo-fundense Tarso de Castro, por acreditarmos que *O Pasquim* nasceu em Passo Fundo, talvez lá nas mesas do Café Elite, talvez na identidade deste polêmico sujeito, (anti) social e político, que foi Tarso. Deixamos claro (ou ao menos tentamos esclarecer, provocar um efeito de clareza, de evidência) que não é ao sujeito empírico que nos referimos, mas à posição-sujeito por ele representada, assim como não é ao jornal, mas aos acontecimentos históricos e discursivos por ele representado. E foi nas páginas d’*O Pasquim* que buscamos os principais textos do nosso *corpus*, formado por 35 sequências discursivas e por 11 imagens, em uma combinação de elementos verbais e não verbais, distribuídos ao longo dos três capítulos que compuseram a dissertação.

Vimos no primeiro capítulo, além do já referido nascimento (do embrião) d'*O Pasquim*, que a língua é marcada pela contradição, razão pela qual (pode) se configura(r) como um espaço de resistência. Entendemos que o discurso é, portanto, prática que transforma as relações sociais, o que nos permite entender também, com base em Pêcheux (1975), que o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, não podendo, contudo, ser reduzido à língua; nem mesmo pode ser – ideologicamente – reduzido à representação, pois estabelece com o campo teórico uma relação diversa daquela estabelecida com a língua. Pelo trotar do cavalo do *eu quero é mocotó!*, pelo Sig colhendo flores em um espírito de *faça amor não faça guerra*, pela promessa da revelação do nome das mulheres que *jáco*, ou pela declaração de que *€\$&7!* feita por Leila Diniz, pudemos entender um pouco de como o riso significava e, com isso, “falava sério”, na política e na notícia.

Compreendemos que a notícia é sempre um espaço de transgressão, onde se tem um discurso *sobre*, com base em um discurso *de*, o que nos faz considerar a importância da história na estrutura da língua, uma vez que o discurso comporta (re)escritas ou (re)significados oriundos de diferentes lugares. É na certeza de que nem tudo pode ser dito que tentamos entender que nossa sinapse pode acontecer de forma diversa para cada sujeito, o que vai depender de sua ideologia, de sua formação imaginária e de sua formação discursiva, a qual depende, por sua vez, da ideologia e da posição-sujeito na qual nosso (a)sujeito se inscreve.

Considerando, então, que o período delimitado para análise nesta dissertação compreende os anos de 1969 e 1971, marcado por um regime autoritário – que, por sua vez, era marcado por atos de cerceamento à liberdade, bem como de cerceamento das informações, principalmente aquelas que revelavam os atos da ditadura – é possível compreender que *O Pasquim*, em sua função social de porta-voz, cumpre o papel de (in)formar o brasileiro o que acontecia por detrás das cortinas de fumaça instauradas pelos militares.

Em uma época em que muitas redações eram fechadas e que a censura “ditava” o que devia e o que (não) podia ser dito, os atores d'*O Pasquim*, por meio do riso, formam um jornal alternativo, que vinha para marcar a história através dos espaços que criavam para confrontar o discurso da imprensa oficial (dos militares). Era a marca da resistência.

No segundo capítulo tentamos entender, na perspectiva da AD, como e por que funciona o riso, que se constrói quando, pela estrutura da língua, mesmo em meio ao silêncio, se desestabiliza aquilo que é logicamente estabilizado. O riso, então, muito característico no discurso de formação discursiva da repressão, provoca um efeito de evidência de que há uma liberdade total, em oposição a uma liberdade vigiada, que se dá pela interdição, pelo silêncio

local. Para Foucault (2005, p.139), nada do que se diz “é dito de qualquer lugar”, e o estudo do ato institucional n.5 nos permitiu perceber qual era o lugar ocupado – no imaginário de cada um – por militares e pelo *O Pasquim*, imprensa alternativa; mais do que isso, nos permitiu perceber como o imaginário de cada um via a si mesmo e ao outro. Os militares, que se consideravam *revolucionários*, tinham o sentido da palavra *revolução* enraizado na Revolução Francesa, sinônimo absoluto de democracia, e viam a si mesmos como os salvadores da pátria. Já pelos atores d’*O Pasquim* eram vistos como os monstros da ditadura, como a violência e a injustiça personificadas. O oposto também era verdadeiro: *O Pasquim* (e seus sujeitos) era visto como subversivo ou desordeiro pelos militares, ao passo que seus editores viam a si mesmos como potenciais salvadores da pátria e importantes armas na luta pela (justa) democracia no Brasil. Tal embate não se dava, no entanto, entre sujeitos, mas entre posições-sujeito por estes representadas, ou seja, entre o que está marcado como social, ideológica e historicamente, já que o sujeito não fala de um lugar vazio, mas de lugares historicamente construídos. Tais posições ficam – aparentemente – evidentes na análise da reação d’*O Pasquim* à campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o”, bem como nas revelações de como se constituíam os mecanismos de controle e de poder da polícia ditatorial.

No terceiro capítulo, percebemos – por meio da análise das sequências discursivas e de textos que, numa combinação de elementos verbais, não verbais e de (não) silenciamentos, exerciam o papel de denúncia e de crítica política –, que o *Pasquim* demonstra, ao informar a existência da censura, que resiste a ela, ao mesmo tempo em que critica outros veículos de comunicação que se mostram inertes ante sua força, não mostrando/impondo resistência. Para isso, vale-se do humor e do riso, muito característico no discurso de formação discursiva da repressão, já que o próprio período favorecia que os sujeitos buscassem subverter a ordem. O riso, percebido como um sintoma que nos aproxima do equívoco da língua (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 111), opera na violação de um saber, de uma crença, de um preceito, na quebra daquilo que estava logicamente estabilizado, valendo-se disso para, através da emersão do que não é logicamente estabilizado, configurar-se como instrumento de denúncia. Dentre os muitos elementos “denunciados” pelo *O Pasquim* estão os relativos aos costumes, ou à repressão à tentativa de liberação a costumes, fossem sexuais, fossem políticos, do uso de drogas, entre tantos outros. Esta busca, (leia-se: esta resistência), contudo, era fundada no fato de que as pessoas que assim reagiam tinham uma razão para fazê-lo, qual seja, não se conformavam com as ações dos regimes totalitários. O discurso pasquiniano revelava, ainda, a existência de problemas sociais como a miséria, o racismo, o analfabetismo e a má administração, contradizendo o discurso de enaltecimento

nacional apresentado nas campanhas publicitárias promovidas pelos militares. Ao demonstrar a desordem, o imoral e o caos, questiona a ordem, a moral e os (bons) costumes da sociedade brasileira e contradiz o discurso militar.

O jornal era, portanto, marcado pela coragem de questionar e de resistir e chamava atenção para o fato de que o discurso militar é utilizado para justificar os atos repressivos de um regime que tem a força como maior aliada, bem como mostrava sua postura de oposição a estes atos. Nem só de humor, portanto, era feito *O Pasquim*, que, além do riso, proporcionava ao seu leitor muita informação, escondida ou não nas entrelinhas ou nas estrelinhas (como visto nesta dissertação, faço referência, aqui, aos muitos asteriscos que, em uma tentativa mais frustrada do que de sucesso, procuravam silenciar muitos sentidos que ali circulavam). *O Pasquim* construiu a sua história, portanto, como um local discursivo de oposição ao regime militar e de resistência aos limites (im)postos pela censura, com o que demonstra que existia espaço para – criticamente – informar sobre os acontecimentos políticos do Brasil nesse período dos mais diversos cerceamentos. Por meio do humor, da ironia e da irreverência, elabora um contradiscurso, contrapondo-se ao discurso proferido pelos militares, mesmo num contexto em que qualquer ato de resistência era duramente repreendido.

Todas essas contradições e resistências são constituídas pelo imaginário, que, por sua vez, é calcado na ideologia e na formação discursiva dos sujeitos envolvidos no processo, o que os leva a produzir sentidos de (des)acordo com dada formação discursiva. Chama-se atenção, contudo, que esse ritual é marcado pela falha, ou seja, pela possibilidade de o sujeito leitor não se identificar com a forma-sujeito da formação discursiva militar.

É pela forte presença da ideologia e por atos conscientes e inconscientes que eram dela oriundos, bem como dos (não)silenciamentos e dos muitos sentidos (re)velados que o *Pasquim* criava um espaço de resistência e de crítica ao regime autoritário que marcava o período da ditadura militar, em especial o período compreendido entre os anos de 1969 e 1971, para os quais este estudo volta um olhar especial, porque deixaram fortes cicatrizes na história e na postura política do brasileiro.

Segundo o sociólogo Levi Bucalen Ferrari (MEIGUINS, 2005, p. 30), até o ano de 1968, “Durante muito tempo, todo dia tinha uma passeata em algum lugar. Todo dia os estudantes estavam nas ruas gritando ‘abaixo a ditadura’”. Na mesma reportagem encontramos a afirmação de que “os jovens queriam derrubar o governo. Faziam greves, passeatas, ocupavam universidades e tomavam as ruas das capitais”. O movimento estudantil foi, portanto, forte instrumento na luta contra a ditadura e suas injustiças, a tal ponto de pouco

após o golpe (1964) a UNE (União Nacional de Estudantes) chegar a ser declarada ilegal; quando reorganizada, em 1966, lançou, em uma ação popular, um movimento contra a ditadura. Na mesma época os jovens tomaram Paris e pediam, em Washington, o fim da guerra do Vietnã. No Brasil, segundo Dina Lida Kinoshita ((MEIGUINS, 2005, p. 31), “o movimento estudantil tornava-se um porta-voz político dos que lutavam contra o regime”. Para a jornalista Rose Nogueira (p. 31) , “o governo emburrecia o ensino”, para ela, a formação acadêmica “era excepcional”, razão pela qual havia pessoas engajadas e tão críticas. Segundo Nogueira, quando se fala nos movimentos intelectuais da época – que, registramos, é anterior ao período que estudamos nesta dissertação –, fala-se em “estudantes de 18 anos [que] discutiam com facilidade psicologia, economia, política”. Conclui Nogueira: “A ditadura começou, de propósito, a quebrar o ensino” (p. 31).

Embora não se tenha abordado nesta pesquisa especificamente os reflexos dos atos da ditadura no ensino, temos de concordar com o fato de que a ditadura calou o brasileiro, que hoje se mostra, geralmente, inerte às barbáries cometidas na esfera política nacional. Esse silenciamento se deu não só pelo comprometimento na qualidade de ensino, mas pela violência e pela censura, que foram responsáveis pela produção de uma memória pela interdição, que faz com que sentidos sejam apagados. Isso nos faz resgatar o prenunciado na epígrafe desta dissertação pelas palavras de Bergson: “A comicidade se dirige à inteligência pura”, ao que complementamos: uma postura política crítica e não inerte se dá pela inteligência pura, forte, *significativa*. É possível construir um país melhor pelo riso irreverente e pela inteligência pura, não comprometida pela opacidade daquilo que é (im)posto. Ousamos afirmar, então, que, ao contrário da ilusão de inércia que acompanha a imagem do brasileiro no que concerne a assuntos políticos, este não é inerte, mas sofre o efeito ainda provocado pela ditadura, que ressoa, pelo interdiscurso, pela historicidade, na memória, não só fomentada pela mídia, mas pela postura política de formação deste brasileiro. Assim, se os programas contemporâneos de humor são vazios de sentido e se o brasileiro mostra uma posição política inerte e pouco crítica, essa postura é enraizada no silenciamento provocado pela ditadura. Se hoje ainda pudéssemos contar com *O Pasquim* e seus atos de resistência, talvez pudéssemos também contar com um país mais avançado.

REFERÊNCIAS

- ANYSIO, Chico (1969). O Anjo. In: AUGUSTO, SÉRGIO; JAGUAR (Org.). *O Pasquim* – Antologia. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR. O melhor do *Pasquim*. In: AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR (Org.). *O Pasquim*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. v. 1
- AUGUSTO, Sérgio. O pingente que deu certo. In: AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR (Org.). *O Pasquim* – Antologia. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BERGSON, H. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CARDOSO, Tom. *Tarso de Castro, a vida de um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2005.
- COURTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da vida pública*. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- CORACINI, Maria José (Org.). *Identidade & discurso: (des)contruindo subjetividades*. Campinas: Editora da Unicamp Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964 – 1985*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DAGNEZE, Cinara Sabadin; SCHONS, Carme Regina. “Trapaceando” a língua no Governo Médici: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal *Pasquim*. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, II. Évora – Portugal: Universidade de Évora, 2009. *Anais...* V.1. p.352-352
- DIAS, Luiz Francisco. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tânia M. K. (Org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel (1969). *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. (1971). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GADET, F.; HAK, F. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua Inatingível*. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabete C. de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Reflexões sobre a linguagem; de Bakhtin à Análise de Discurso. In: Línguas e instrumentos Linguísticos. Pontes Editores e Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil. 2000.

_____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Discurso, memória, identidade*. Editora Sagra Luzzatto. 2000.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica na noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2007.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

JAGUAR, Sérgio. Toda a verdade (vá lá, meia) sobre o começo do Pasquim. In: AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR (Org.). *O Pasquim*. – Antologia. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco; a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MEIGUINS, Alessandro. Licença para matar. In: *Ditadura no Brasil* [Aventuras na História, Série dossiê Brasil]. São Paulo: Abril, 2005, p.24-31, 2005

_____. O horror. In: *Ditadura no Brasil* [Aventuras na História, Série dossiê Brasil]. São Paulo: Abril, 2005, p.32-37, 2005b

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e O real da história – considerações a partir do texto *La Lengua de Nunca Acabar*. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prata, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996a.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996b.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Análise de discurso. In: RODRIGUES, Suzy Lagazzi; ORLANDI, Eni P. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? *Série Cadernos PUC*, São Paulo: Educ, n. 31, p. 9-16, 1988b.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997, p. 163-252.

_____. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi et.al. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

_____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Tradução: Eni P. Orlandi et.al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. (1983). Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; FERRAREZI, Ludmila. O sujeito e a tessitura dos sentidos no discurso jornalístico. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina (Org.) *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

SCHONS, Carme Regina. *Adoráveis revolucionários: produção e circulação de práticas político discursivas no Brasil da Primeira República*. Tese (Doutorado em Teorias do texto e Discurso) _ UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SCHONS, Carme Regina; GRIGOLETTO, Evandra. O texto como possibilidade de ruptura: análise do funcionamento do gênero midiático. *Desenredo – Revista de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.3, n.2, p.213-226, jul./dez 2007

SMITH, Anne –Marie. *Um Acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.